MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
no Estado de Pernambuco

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

MARÇO/2011

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria - TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Resolução nº 234, de 1º de setembro de 2010).

Recife(PE), março/2011

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Wagner Gonçalves Rossi

Secretaria Executiva
José Gerardo Fontelles

Secretaria de Defesa Agropecuária
Francisco Sérgio Ferreira Jardim

Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
Márcio Antonio Portocarrero

Secretaria de Política Agrícola
Edílson Guimarães

Secretaria de Produção e Agroenergia
Manoel Vicente Fernandes Bertone

Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
Célio Brovino Porto

Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco
Denildo Pereira de Lima

Seção de Apoio Operacional e Divulgação- SAOD
Roseana Xavier Cavalcanti

Seção de Programação e Acompanhamento - SePA
Selma Acylina Valença

Divisão de Apoio Administrativo - DAD
Rodolfo José da Costa Vasconcellos

Seção de Gestão de Pessoas – SGP
Antônio Henriques Lyra de Menezes

Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF
Maria Lúcia da Silveira Galvão

Seção de Atividades Gerais – SAG
Geraldo Ferraz

Divisão de Defesa Agropecuária - DDA
José Soares Cardoso

Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA
José Bezerra Gomes Filho

Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV
Sergio Oliveira Farias

Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG
Cláudio José Calábria Cavalcanti

Serviço de Vigilância Agropecuária – Aeroporto Recife - SVA
Marineuza Vilela dos Santos

Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG
Fred de Melo Souto Lima

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ADAGRO	Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária
AIE	Anemia Infecciosa Eqüina
APOIOAGRIC	Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas
APPCC	Análise de Perigos e Controle de Pontos Críticos
BPF	Boas Práticas de Fabricação
CEPLEITE	Comitê Estratégico da Pecuária Leiteira
CERTORGAN	Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
CF	Certificado Fitossanitário
CFO	Certificado Fitossanitário de Origem
CFOC	Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado
CGU	Controladoria Geral da União
CJU	Consultoria Jurídica da União (antigo NAJ)
CIS-E	Certificado de Inspeção Sanitária
CNAE	Cadastro Nacional de Atividade Econômica
CONV.	Convênio
DAD	Divisão e Apoio Administrativo
DDA	Divisão de Defesa Agropecuária – Antiga DT (Divisão Técnica)
DESENORG	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico
DN	Decisão Normativa
DPDAG	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – Antiga SEPDAG
FEBREAFTOSA	Erradicação da Febre Aftosa
FFA	Fiscal Federal Agropecuário
FISAGROTOX	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins
FISCALSEM	Fiscalização de Sementes e Mudas
FISCANIMAL	Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos
FISCGENE	Fiscalização de Material Genético Animal
FISCINAN	Fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal
FISCONTRATO	Fiscalização, Acompanhamento e Avaliação dos Contratos
FISCPLANTA	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos
FISFECOI	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
FISPROVET	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
GTA	Guia de Trânsito Animal
IG	Identificação Geográfica
IN	Instrução Normativa
INDIGRAF	Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários
INSPANIMAL	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
IPVEGETAL	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
LANAGRO/PE	Laboratório Nacional Agropecuário de Pernambuco
LOA	Lei Orçamentária Anual
MANUTSFAS	Operação dos Serviços Administrativos das Superintendências Federais
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
NAJ/PE	Núcleo de Assessoramento Jurídico em Pernambuco
NAP	Núcleo de Apoio e Prevenção
NI	Não Informado
PADCLASSIF	Padronização, Classificação e Inspeção de Produtos Vegetais
PCEANIMAL	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
PCEVEGETAL	Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
PNCEBT	Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose
PNCRC	Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes
PNSA	Programa Nacional de Sanidade Avícola
PNSAA	Programa Nacional de Sanidade de Animais Aquáticos

PNSE	Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos
Port.	Portaria
PPA	Programa Plurianual
PPHO	Procedimentos Padrão de Higiene Operacional
PROMOCOOP	Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTV	Permissão de Trânsito Vegetal
RG	Relatório de Gestão
RT	Responsável Técnico
SAG	Seção de Atividades Gerais
SAOD	Seção de Apoio Operacional e Divulgação
SAPI	Sistema Agropecuário de Produção Integrada
SARA	Secretária de Agricultura e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco
SDA	Secretaria de Defesa Agropecuária
SEFAG	Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários
SEOF	Seção de Execução Orçamentária e Financeira
SePA – SPA	Seção de Planejamento e Acompanhamento
SeSA	Seção de Suporte Agropecuário
SFA/PE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco
SGP	Seção de Gestão de Pessoas
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICAR	Sistema de Avaliação e Classificação de Cargos
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIOR	Sistema de Informações Orçamentárias
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPE	Sistema de Informação de Produtos
SISA	Serviço de Inspeção e Saúde Animal (Antigo SIPAG)
SISV	Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal
SVA	Serviço de Vigilância Agropecuária – Aeroporto Recife
TCU	Tribunal de Contas da União
Ton.	Tonelada
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UJ	Unidade Jurisdicionada
ULSAV	Unidade Local de Sanidade Animal e Vegetal
UTRA	Unidade Técnica Regional Agropecuária (Petrolina, Caruaru e Garanhuns)
VIGIFITO	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos
VIGIZOO	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos

SUMÁRIO

1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL 2
2. RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010 2
3. RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010, APRESENTADO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO COMO PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL A QUE ESTA UNIDADE ESTÁ OBRIGADA NOS TERMOS DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ELABORADO DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DA INSTRUÇÃO NORMATIVA TCU Nº 63/2010, DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 107/2010 E DA PORTARIA - TCU Nº 277/2010 E DAS ORIENTAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (RESOLUÇÃO Nº 234, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010). 2
4. APRESENTAÇÃO 15
   1.1 Relatório de Gestão Individual....16
5. 2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE 17
   2.1 Responsabilidades institucionais da unidade....17
   2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais 18
   2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ 19
      Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ....19
      Análise dos programas....23
      Execução Física das ações realizadas pela UJ....24
      QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ....24
   PRODUTOS DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO....26
6. EFETIVIDADE*3 27
   PRODUTOS DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO....29
7. EFETIVIDADE*3 29
      Resultados....30
   PRODUTOS DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO....31
8. EFETIVIDADE*3 31
      Resultados....32
   PRODUTOS DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO....33
9. EFETIVIDADE*3 34
   Ação: 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais....34
   05 - Dados Gerais da Ação 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais 34
10. 2METAS 38
11. EFETIVIDADE*3 38
12. EFETIVIDADE*3 41
13. EFETIVIDADE*3 43
14. EFETIVIDADE*3 44
15. EFETIVIDADE*3 46
      Resultados....46
   Ação 4738 - Erradicação da Mosca da carambola 47
   Ação 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos e Insumos....47
16. 3EFETIVIDADE*3 49
17. EFETIVIDADE*4*3 51
18. EFETIVIDADEE*3 53
      2.3.216.575,80....55

19. EFETIVIDADE*3 55
20. EFETIVIDADE*3 57
21. EFETIVIDADE*3 59
22. EFETIVIDADE*3 61
23. EFETIVIDADE*3 63
24. - 63
25. DESENVOLVIMENTO 68
26. DESENVOLVIMENTO 69
27. DESENVOLVIMENTO 70
28. DESENVOLVIMENTO 70
29. DESENVOLVIMENTO 70
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro....83
Programação Orçamentária da Despesa....83
Programação de Despesas Correntes....83
Programação de Despesas de Capital....83
Quadro Resumo da Programação de Despesas....84
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa....84
Execução Orçamentária da Despesa....85
- Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ....85
30. 3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS 89
3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos....89
3.2 Análise Crítica....89
31. 4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES. 90
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores....90
4.2 Análise Crítica....90
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos....91
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas....92
5.3 Composição do Quadro de Estagiários....92
5.4 Quadro de custos de recursos humanos....93
5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra....93
5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos....95
32. INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA. 96
6.1 Transferências efetuadas no exercício....96
Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010....96
6.1.1Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios....97
Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes....97
6.1.2Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse....98
Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse....98
....98
6.2 Análise Crítica....99

33. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES AOS CONTRATOS, BEM COMO SOBRE CONVÊNIOS, FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMO DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI 11.768, DE 14 DE AGOSTO DE 2008. (CONFORME ITEM 9 DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010). 101

34. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS. 102

35. AS DECLARAÇÕES REQUERIDAS ESTÃO NO ITEM 20 – ANEXO, DO PRESENTE RELATÓRIO. 102

36. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UNIDADE JURISDICIONADA. 103

9.1 Estrutura de controles internos da UJ....103

37. INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI). 105

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis....105

38. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIA DE RESPONSABILIDADE DA UJ. 107

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial....107

39. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ. 109

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)....109

14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ....111

14.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida....111

14.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física....111

14.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica....112

14.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária ..112

14.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas....112

14.7 Comunicações à RFB....113

14.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas....113

14.9 Declaração....113

14.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB....113

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício....114

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício....114

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício....115

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício....115

40. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UJ ATESTANDO OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS. 118

18.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa....118

41. 19. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL.. 119

19.1 Composição Acionária do Capital Social....119

19.2 Composição Acionária da UJ como investidora....119

42. ANEXO 120

43. 8

44. LISTA DE QUADROS

45. QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL 16
46. QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS 83
47. QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES 83
48. QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL 83
49. QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS 84
50. QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA 84
51. QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ 85
52. QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ 85
53. QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ 86
54. QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO 87
55. QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO 87
56. QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO 88
57. QUADRO A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS 89
58. QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 90
59. QUADRO A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010 91
60. QUADRO A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010 91
61. QUADRO A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010 91
62. QUADRO A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010 92
63. QUADRO A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010 92
64. QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS 92
65. QUADRO A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010..93
66. QUADRO A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA 93
67. QUADRO A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA 94
68. QUADRO A.5.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA 94
69. QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA 96
70. QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS 97
71. QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTES 97
72. QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE. 98
73. QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE 98
74. QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS 105

75. QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO 107
76. QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS 107
77. QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ 108
78. QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ 109
79. QUADRO A.14.1 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ 111
80. QUADRO A.14.2 - VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA 111
81. QUADRO A.14.3 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS 111
82. QUADRO A.14.5 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS 112
83. QUADRO A.14.7 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DA RENÚNCIA DE RECEITA PELA PRÓPRIA UJ 112
84. QUADRO A.14.8 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS 112
85. QUADRO A.14.9 - COMUNICAÇÕES À RFB 113
86. QUADRO A.14.10 - INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS 113
87. QUADRO A.14.11 - AÇÕES DA RFB 113
88. QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO 114
89. QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO 114
90. QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI 115
91. QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO 115
92. QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR 118
93. QUADRO B.1.2 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA 118
94. QUADRO B.1.3 - DECLARAÇÃO ADVERSA DO CONTADOR 118
95. QUADRO B.4.1 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL 119
96. QUADRO B.4.2 - INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES 119

LISTA DE TABELAS

Tabela I	Principais despesas vinculadas à ação 8939	24
Tabela II	Recursos humanos envolvidos com a execução da ação 8938	25
Tabela III	Demonstrativo das atividades de inspeção/fiscalização da ação 8938	25
Tabela IV	Metas, previsão, execução e resultados da Ação 8938	25
Tabela V	Metas, produtos e resultados da ação 8938	25
Tabela VI	Indicadores do desempenho operacional Ação 8938	26
Tabela VII	Principais despesas vinculadas à ação 8939	27
Tabela VIII	Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 8939	27
Tabela IX	Demonstrativo das atividades de inspeção/fiscalização da ação 8939	28
Tabela X	Metas e resultados da ação 8939	28
Tabela XI	Metas, produto e resultados da ação 8939	28
Tabela XII	Indicadores do desempenho operacional da ação 8939	28
Tabela XIII	Principais despesas vinculadas à ação 4723	29
Tabela XIV	Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal da ação 4723	30
Tabela XV	Metas e resultados da ação 4723	30
Tabela XVI	Metas, Produtos e resultados da ação 4723	30
Tabela XVII	Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 4723	30
Tabela XVIII	Indicadores do desempenho operacional da ação 4723	30
Tabela XIX	Principais despesas vinculadas à ação 4746	31
Tabela XX	Demonstrativo das atividades de inspeção/fiscalização da ação 4746	32
Tabela XXI	Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 4746	32
Tabela XXII	Metas e resultados da ação 4746	33
Tabela XXIII	Metas, Produtos e resultados da ação 4746 no exercício 2010	33
Tabela XXIV	Indicadores do desempenho operacional da ação 4746	33
Tabela XXV	Principais despesas vinculadas à ação 8658	37
Tabela XXVI	Recursos humanos envolvidos com a execução da ação 8658	37
Tabela XXVII	Metas e resultados da Ação 8658	37
Tabela XXVIII	Indicadores do desempenho operacional Ação 8658	37
Tabela XXIX	Principais despesas vinculadas à ação 8572	39
Tabela XXX	Recursos humanos envolvidos com a execução da ação 8572	39
Tabela XXXI	Metas, produtos e resultados da ação 8572	39
Tabela XXXII	Indicadores do desempenho operacional da ação 8572	39
Tabela XXXIII	Principais despesas vinculadas à ação 2134	41
Tabela XXXIV	Recursos humanos envolvidos com a execução da ação 2134	41
Tabela XXXV	Metas, produtos e resultados da ação 2134	42
Tabela XXXVI	Indicadores do desempenho operacional Ação 2134	42
Tabela XXXVII	Principais despesas vinculadas à ação 2139	43
Tabela XXXVIII	Recursos humanos envolvidos com a execução da ação 2139	43
Tabela XXXIX	Metas, produtos e resultados da ação 2139	43
Tabela XL	Indicadores do desempenho operacional Ação 2139	43
Tabela XLI	Principais despesas vinculadas à ação 4842	45
Tabela XLII	Recursos humanos envolvidos com a execução da ação 4842	45
Tabela XLIII	Metas e resultados da Ação 4842	45
Tabela XLIV	Indicadores do desempenho operacional Ação 4842	45
Tabela XLV	Principais despesas vinculadas à ação 2180	47
Tabela XLVI	Recursos humanos envolvidos com a execução da ação 2180	47
Tabela XLVII	Metas e resultados da ação 2180	48
Tabela XLVIII	Indicadores do desempenho operacional Ação 2180	48
Tabela XLIX	Principais despesas vinculadas à ação 2181	49
Tabela L	Recursos humanos envolvidos com a execução da ação 2181	50
Tabela LI	Metas e resultados da ação 2181	50
Tabela LII	Indicadores do desempenho operacional Ação 2181	50
Tabela LIII	Principais despesas vinculadas à ação 2124	51
Tabela LIV	Recursos humanos envolvidos com a execução da ação 2124	52
Tabela LV	Metas e resultados da ação 2124	52
Tabela LVI	Indicadores do desempenho operacional Ação 2124	52
Tabela LVII	Principais despesas vinculadas à ação 2019	54
Tabela LVIII	Recursos humanos envolvidos com a execução da ação 2019	54
Tabela LIX	Metas e resultados da ação 2019	54
Tabela LX	Indicadores do desempenho operacional Ação 2019	54
Tabela LXI	Principais despesas vinculadas à ação 2140	56

Tabela LXII Recursos humanos envolvidos com a execução da ação 2140 56
Tabela LXIII Metas e resultados da ação 2140 56
Tabela LXIV Indicadores do desempenho operacional Ação 2140 56
Tabela LXV Principais despesas vinculadas à ação 2179 57
Tabela LXVI Recursos humanos envolvidos com a execução da ação 2179 58
Tabela LXVII Metas e resultados da ação 2179 58
Tabela LXVIII Indicadores do desempenho operacional Ação 2179 58
Tabela LXIX Principais despesas vinculadas à ação 2141 59
Tabela LXX Recursos humanos envolvidos com a execução da ação 2141 60
Tabela LXXI Metas e resultados da ação 2141 60
Tabela LXXII Desempenho operacional da ação 2141 60
Tabela LXXIII Principais despesas vinculadas à ação 2909 62
Tabela LXXIV Recursos humanos envolvidos com a execução da ação 2909 62
Tabela LXXV Metas e resultados da ação 2909 62
Tabela LXXVI Indicadores do desempenho operacional Ação 2909 63
Tabela LXXVII Principais despesas vinculadas à ação 4747 64
Tabela LXXVIII Metas e resultados da ação 4747 64
Tabela LXXIX Recursos humanos envolvidos com a execução da ação 4747 64
Tabela LXXX Principais despesas vinculadas à ação 2B47 65
Tabela LXXXI Recursos humanos envolvidos com a execução da ação 2B47 65
Tabela LXXXII Metas e resultados da ação 2B47 66
Tabela LXXXIII Recursos humanos envolvidos com a execução da ação 8606 71
Tabela LXXXIV Principais despesas vinculadas à ação 8606 71
Tabela LXXXV Metas e resultados da ação 8606 72
Tabela LXXXVI Principais despesas vinculadas à ação 4720 73
Tabela LXXXVII Recursos humanos envolvidos com a execução da ação 4720 73
Tabela LXXXVIII Metas e resultados da ação 4720 73
Tabela LXXXIX Principais despesas vinculadas à ação 8622 75
Tabela XC Recursos humanos envolvidos com a execução da ação 8622 75
Tabela XCI Metas e resultados da ação 8622 75
Tabela XCII Principais despesas vinculadas à ação 8591 76
Tabela XCIII Recursos humanos envolvidos com a execução da ação 8591 76
Tabela XCIV Metas e resultados da ação 8591 76
Tabela XCV Análise de propostas para o Prodesa no Siconv 77
Tabela XCVI Fiscalizações realizadas contratos e repasses 78
Tabela XCVII Recursos humanos envolvidos com a execução 79
Tabela XCVIII Principais despesas vinculadas à ação 2B17 79
Tabela XCIX Metas e resultados da ação 2B17 79
Tabela C Principais despesas vinculadas à ação 8611 80
Tabela CI Metas e resultados da ação 8611 80
Tabela CII Recursos humanos envolvidos com a execução da ação 8611 80
Tabela CIII Cartões Corporativos 109

APRESENTAÇÃO

Um Relatório Anual de Gestão tem como objetivo principal, qualquer que seja a instituição a que ele faça referência, tornar transparente e pública a atuação de seus gestores. Este é o caso desta Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco - SFA/PE, que apresenta seu relatório, produzido com base nas diretrizes emanadas pelo Governo Federal.

O que se busca alcançar é uma gestão holística, que valorize todas as interfaces do agronegócio, sendo capaz de aperfeiçoar e de criar inovações, sempre na direção de promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio, e, conseqüentemente, da satisfação da sociedade.

1. INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.

1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo – Unidade Descentralizada			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA		**Código SIORG**: 00014	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco			
Denominação abreviada: SFA/PE			
Código SIORG: 02797	**Código LOA:**	**Código SIAFI:** 130025	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Púbico			
Principal Atividade: Fiscalização, Assessoria, Orientação e Assistência Técnica na Agricultura		**Código CNAE:** 7490-1/03	
Telefones/Fax de contato:	(81) 3236-8500	(81) 3236-8532	(81) 3236-8531
E-mail: gab-pe@agricultura.gov.br			
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br link sfa-pe@agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Avenida General San Martin, 1000, Cordeiro, 506300-060, Recife/Pernambuco			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto Nº 7.127, de 4 de março de 2010, publicado no D.O.U em 05 de março de 2010 e Portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14/06/2010, Seção 1, fls. 35.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não aplicáveis a unidade			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130025	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130025	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
130025	0001		

2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco - SFA/PE, órgão descentralizado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, diretamente subordinada ao Ministro do Estado, compete executar atividades e ações de defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuária; fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura; assistência e extensão rural; infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural; produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool; administração e desenvolvimento de pessoas, bem como de serviços gerais; planejamento estratégico e planejamento operacional; programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados; qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal.

De acordo com a o regimento interno das Superintendências, são subordinadas à SFA/PE as seguintes unidades organizacionais: duas Unidades de Assistência Direta e duas Unidades de Execução Finalística com Unidades Descentralizada de Execução Finalística e uma Unidade de Apoio Operacional, conforme o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado em 2010, pela Portaria nº 428, de 14 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 14/06/2010, Seção 1, Página 35.

A Seção de Apoio Operacional e Divulgação – SAOD/SFA-PE, Unidade de Assistência Direta criada com a Portaria nº 428/2010, tem como encargos promover o processo de gestão estratégica, quanto ao apoio ao titular da SFA-PE; promover atividade de comunicação visual; auxiliar na divulgação de notícias e informações; bem como distribuir publicações e material audiovisual para os parceiros do agronegócio; receber e adequar as informações das demais unidades administrativas e encaminhá-las ao órgão setorial de comunicação de governo para divulgação; manter atualizado cadastro de autoridades do setor público, em todas as esferas, e de instituições relacionadas às competências da SFA/MAPA; providenciar a publicação de portarias, instruções, ordens de serviço e outros atos administrativos, observadas as instâncias de competências e orientações normativas dos órgãos específicos singulares e setoriais do MAPA; coordenar e executar as atividades inerentes à tecnologia da informática no âmbito da SFA/MAPA e consolidar dados para compor o Relatório de Gestão da Superintendência.

A Seção de Planejamento e Acompanhamento SePA/SFA-PE tem como competências a promoção do processo de gestão estratégica, e de gestão operacional, quanto à internalização do Plano Plurianual; a elaboração de relatórios, periódicos e anuais; apoio à realização dos levantamentos, prognósticos, diagnósticos e estudos relativos ao setor agropecuário; acompanhamento de auditorias técnico-fiscais e operacionais relacionadas às programações físico-financeiras das ações desempenhadas; e consolidação de dados para compor o Relatório de Gestão da Superintendência.

As Unidades de Execução Finalística são compostas por duas Divisões, a saber.

As políticas públicas inerentes a todo o Estado de Pernambuco são desempenhadas pela Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG, que faz parte das Unidades de Execução Finalística, tem sob sua subordinação a Seção de Suporte Agropecuário – SeSAG que tem a incumbência de coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relacionados ao desenvolvimento agropecuário; prestar apoio ao Chefe de Divisão no que concerne às suas competências. Ademais, por questões de melhoria e expansão do alcance das ações, alguns programas são desenvolvidos por meio de parcerias com a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco - SARA, tendo como órgão executor a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária - ADAGRO.

A Divisão de Defesa Agropecuária – DDA cabe coordenar internamente a integração e a sistematização dos trabalhos técnicos e à aplicação dos programas e ações do PPA no âmbito da Superintendência, interagir com o setor produtivo para resolução de problemas afetos ao MAPA,

contribuir para a melhoria das ações do MAPA em relação ao setor, bem como de outras questões, planos e ações determinados pelo órgão central. Desta forma, sob a subordinação da DDA estão as seguintes unidades: Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA; Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV; Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG; Serviço de Vigilância Agropecuária – Aeroporto Recife - SVA; Unidade de Vigilância Agropecuária - UVAGRO no Porto Recife; Unidade de Vigilância Agropecuária - UVAGRO no Porto SUAPE; Unidade de Vigilância Agropecuária – UVAGRO em Petrolina; Unidade Técnica Regional Agropecuária – UTRA em Caruaru; Unidade Técnica Regional Agropecuária – UTRA em Garanhuns.

A Unidade de Apoio Operacional conta com a Divisão de Apoio Administrativo - DAD que tem como atribuição regimental promover e coordenar a execução das atividades de administração geral e processamento da execução orçamentária e financeira dos recursos alocados; realizar os procedimentos licitatórios e de elaboração de contratos e convênios, bem como os de alienação de bens móveis; propor indicadores de desempenho administrativo; programar e promover auditorias nas unidades organizacionais subordinadas ou vinculadas tecnicamente; instruir processos administrativos de acordo com a legislação pertinente; coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações administrativas e de gestão; apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais; e, promover o apoio logístico às atividades da SFA/MAPA.

O trabalho desenvolvido pela SFA/PE tem sido decisivo no sucesso do segmento agropecuário do Estado de Pernambuco, por meio de ações desempenhadas tanto na inspeção federal e fiscalização de insumos, quanto na defesa sanitária agropecuária, visando manter a sanidade e qualidade dos produtos que entram no estado, os produzidos e comercializados no mercado interno e os destinados ao mercado externo.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

No processo de implementação das diretrizes políticas e das estratégias de ação e nas transformações sócio-econômicas que se pretende alcançar, a Superintendência vem desenvolvendo cultura organizacional com visão sistêmica e integração do pessoal técnico e administrativo, realizando capacitação e treinamento, com a incorporação de inovações metodológicas, com vistas a atender aos nossos públicos de interesse.

Dentre os fatores limitantes no decorrer do exercício para o desenvolvimento de suas atividades, destaca-se a dificuldade para a SFA-PE acompanhar o ritmo da demanda, notadamente pela falta de capital humano vis-à-vis aos desafios do incremento e do desenvolvimento sustentável do agronegócio.

Por outro lado, ainda persistem os problemas relacionados com a descentralização de créditos orçamentários de acordo com as programações das ações e o elevado número de Planos Internos – PIs, que, em conseqüência, gera dificuldades para os gestores estaduais responsáveis pelas consecuções das ações e a performance da Superintendência.

A estratégia de atuação da superintendência durante o ano de 2010 teve com meta alcançar os objetivos traçados pelo PPA 2008/2011, que nortearam as prioridades delineadas, conforme descrito a seguir:

1. Enfatizar a prevenção e combate de doenças dos animais e pragas dos vegetais - a fim de evitar a disseminação no Estado de Pernambuco. Este trabalho vem sendo realizado em parceria com a SARA/ADAGRO, por meio de convênios que prevêem: o fortalecimento das barreiras zoofitossanitárias; campanhas de vacinação bovina para erradicação da febre aftosa, cursos de certificação de origem, geoprocessamento das granjas de frango, prevenção da sigatoka negra para manter o status de área livre, levantamento fitossanitário e cadastramento de propriedades com vistas à presença da cochonilha do carmim, monitoramento e controle das moscas-das-frutas, controle da qualidade do leite, treinamento de técnicos da SFA/PE e da ADAGRO, distribuição de material educativo à população.
2. Fortalecer a vigilância zoofitossanitária internacional e interestadual - para impedir a entrada em Pernambuco e, consequentemente no país, de produtos clandestinos e material animal e vegetal proveniente do exterior, evitando a introdução de pragas e doenças no território nacional.

3. Dar continuidade às ações que asseguram a qualidade na produção de carnes de frango, com a intensificação dos programas de defesa, inspeção animal e fiscalização de insumos, tendo em conta que o setor é altamente relevante na composição do perfil do agronegócio em Pernambuco.
4. Intensificar a inspeção de sementes e mudas e a fiscalização de insumos agropecuários para assegurar a qualidade dos insumos agrícolas e pecuários ofertados ao setor produtivo do Estado.
5. No ano de 2010 foi organizada e realizada a VI Semana dos Alimentos Orgânicos do Estado de Pernambuco com programações diversas através de palestras, cursos, encontros, feiras e exposições.

Em relação aos recursos disponíveis para manutenção da entidade, tanto na ordem econômica quanto na disponibilização de recursos materiais, a SFA/PE não foi contemplada pelo Governo no volume adequado, especialmente no que tange a recuperação da infraestrutura predial.

Na área administrativa perduram os problemas relacionados à falta de capital humano em quantidade e qualidade para atendimento de todas as atribuições institucionais, cuja solução independe da vontade da gestão da superintendência, uma vez que se trata de uma questão de Governo.

O grande desafio a ser enfrentado pela SFA-PE, a médio e curto prazo, diz respeito à superação dos gargalos a serem gerados pela eminente aposentadoria de uma parte significativa do seu quadro de pessoal, especialmente da categoria de Fiscal Federal Agropecuário. Muitos destes já completaram o tempo de serviço exigido pela política previdenciária do Governo Federal e estão na ativa recebendo o chamado abono de permanência – ou seja, estão aptos a aposentadoria voluntária a qualquer momento.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento delega as Superintendências Federais de Agricultura à execução de programas e ações que constam no Plano Plurianual (PPA) 2008/2011. A SFA/PE operacionalizou oito programas, os quais abrangeram vinte e sete ações.

Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Código no PPA: 0356	**Denominação: Segurança e Qualidade dos Alimentos e Bebidas**
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Garantir a segurança alimentar.	
Objetivos Específicos: Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.	
Gerente: Francisco Sérgio Ferreira Jardim	**Responsável:**
Público Alvo: Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores em geral.	

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					**Em R$ 1,00**
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**
Inicial	**Final**				
-	-	-	-	-	-

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
1	Índice de conformidade de produtos de origem animal e vegetal	-	-	-	-	-
2	Índice de qualificação da rede nacional de laboratórios agropecuários	-	-	-	-	-
3	Número de estabelecimentos com sistema de análise de perigos e pontos críticos de controle	-	-	-	-	-
4	Número de estabelecimentos de produção de alimentos e bebidas com controle sanitário	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Realizado/previsto*100						

Análise do Resultado Alcançado
Texto ....

Código no PPA: 0357	Denominação: Segurança da Sanidade na Agropecuária
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Garantir a segurança alimentar.	
Objetivos Específicos: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.	
Gerente: Francisco Sérgio Ferreira Jardim	**Responsável:**
Público Alvo: Produtores, consumidores, exportadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.	

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
-	-	-	-	-	-

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Área com plantéis avícolas certificados pelo programa nacional de sanidade avícola	-	-	-	-	-
2	Área declarada livre de febre aftosa com vacinação (km2)	-	-	-	-	-
3	Área declarada livre de febre aftosa sem vacinação (km2)	-	-	-	-	-
4	Área livre de Siagtoka Negra	-	-	-	-	-
5	Incidência controlada da mosca da carambola (municípios)	-	-	-	-	-
6	Incidência da praga mosca da carambola (municípios)	-	-	-	-	-
7	Número de estabelecimentos certificados como livres ou monitorados para Brucelose e Bubalina (unidade)	-	-	-	-	-
8	Número ocorrências da Peste Suína Clássica (unidade)	-	-	-	-	-
9	Número de ocorrências de casos da doença da Vaca Louca (unidade)	-	-	-	-	-
10	Número de ocorrências da Raiva Bovina (unidade)		-	-	-	-
11	Taxa de conformidade no controle de fronteiras (percentagem)	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice
Realizado/previsto*100
Análise do Resultado Alcançado
Texto ....

Código no PPA: 0375	Denominação: Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.	
Objetivos Específicos: Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores e consumidores.	
Gerente: Francisco Sérgio Ferreira Jardim	**Responsável:**
Público Alvo: Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários	

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
-	-		-	-	-

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no	Índice atingido no
		Data	Índice	Índice		

			inicial	final	exercício	exercício
1	Taxa de conformidade de corretivos agrícolas (percentagem)	-	-	-	-	-
2	Taxa de conformidade de defensivos agrícolas (percentagem)	-	-	-	-	-
3	Taxa de conformidade de fertilizantes minerais (percentagem)	-	-	-	-	-
4	Taxa de conformidade de inoculantes (percentagem)	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Realizado/previsto*100

Análise do Resultado Alcançado

Texto ....

Código no PPA: 0393	**Denominação: Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual**

Tipo do Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento e uso do sistema de propriedade intelectual.

Objetivos Específicos: Promover o uso de estratégico e reduzir a vulnerabilidade do sistema de propriedade intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico e social.

Gerente: Marcio Antônio Portocarrero | **Responsável:** Helinton José Rocha

Público Alvo: Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					**Em R$ 1,00**
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**
Inicial	**Final**				
-	-	-	-	-	-

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
1	Prazo de análise de contratos e faturas de tecnologia (mês)	-	-	-	-	-
2	Prazo de concessão de patentes (ano)	-	-	-	-	-
3	Prazo de concessão de registro de desenho industrial	-	-	-	-	-
4	Prazo de concessão de registro de marcas (ano)	-	-	-	-	-
5	Volume de depósitos de modelo de utilidade (prioridade BR) (unidade)	-	-	-	-	-
6	Volume de depósitos de patentes de invenção (prioridade BR) (unidade)	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Realizado/previsto*100

Análise do Resultado Alcançado

Texto ....

Código no PPA: 1426	**Denominação: Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade**

Tipo do Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.

Objetivos Específicos: Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando à segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais.

Gerente: Marcio Antônio Portocarrero | **Responsável:**

Público Alvo: Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					**Em R$ 1,00**
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**
Inicial	**Final**				
-	-	-	-	-	-

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de participação dos alimentos orgânicos na produção agropecuária brasileira (%)	-	-	-	-	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Realizado/previsto*100

Análise do Resultado Alcançado

Texto ....

Código no PPA: 1442 | **Denominação: Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio**

Tipo do Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.

Objetivos Específicos: Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.

Gerente: Marcio Antônio Portocarrero | **Responsável:**

Público Alvo: Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
-	-	-	-	-	-

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Número de tecnologias protegidas no âmbito do agronegócio nacional (unidade por ano)	-	-	-	-	-
2	Taxa de participação das exportações brasileiras no mercado mundial de frutas (%)	-	-	-	-	-
3	Taxa de participação de associados de associações rurais e cooperativas na população brasileira (%)	-	-	-	-	-
4	Taxa de participação dos alimentos orgânicos na produção agropecuária brasileira (%)	-	-	-	-	-
5	Taxa de utilização e manejo adequado do solo (%)	-	-	-	-	

Fórmula de Cálculo do Índice

Realizado/previsto*100

Análise do Resultado Alcançado

Texto ....

Código no PPA: 6003 | **Denominação:** Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Tipo do Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos.

Objetivos Específicos: Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito.

Gerente: Marcio Antônio Portocarrero | **Responsável:**

Público Alvo: Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
-	-	-	-	-	-

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Custo médio de transporte de grãos (R$/ton)	-	-	--	-	-

2	Produção agrícola e derivados transportados por hidrovias no território nacional (%)	-	-	-	-	-
3	Volume de produtos agrícolas exportados pelos portos brasileiros (milhão de ton)	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Realizado/previsto*100						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						

Código no PPA: 0750	**Denominação:** atendimento dos custos e dos serviços administrativos.
Tipo do Programa: Apoio Administrativo	
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implantação e gestão de seus programas finalísticos.	
Objetivos Específicos: NÃO DEFINIDO	
Gerente: NÃO DEFINIDO	**Responsável: DAD**
Público Alvo: Governo	

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					**Em R$ 1,00**
Dotação		**Despesa Empenhada**	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar não processados**	**Valores Pagos**
Inicial	**Final**				

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Realizado/previsto*100						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						

Fonte:

Análise dos programas

Todos os programas acima relacionados são geridos diretamente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Brasília, com exceção do Programa **1426 - Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade**, que é administrado pelo Ministério do Meio Ambiente.

Diante disso as informações orçamentárias, financeiras e sobre os resultados alcançados dos Programas, são de competência dos gerentes desses Programas, lotados na sede do MAPA em Brasília.

As informações sobre a execução física das ações realizadas no âmbito da SFA-PE são apresentadas abaixo no Quadro A 2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realiza-da em 2011
22101.20	604	0356	8938	A	3	Estabelecimento inspecionado	39	39	44
22101.20	603	0356	8939	A	3	Estabelecimento inspecionado	75	67	80
22101.20	603	0356	4723	A	3	Estabelecimento inspecionado	38	34	38
22101.20	603	0356	4746	A	3	Produto fiscalizado	696.000	702.228	700.000
22101.20	604	0357	8658	A	3	Propriedade atendida	2.450	1.740	2.450
22101.20	604	0357	8572	A	3	Área controlada	68762	68.762	68.762
22101.20	604	0357	2134	A	3	Fiscalização	37.000	43.216	45.000
22101.20	604	0357	2139	A	3	Fiscalização	146.000	253.974	260.000
22101.20	604	0357	4842	A	3	Área livre*1	98.312	0	98.312
22101.20	604	0357	4738	A	3	Área controlada*2	0	0	0
22101.20	604	0357	2180	A	3	Fiscalização	7.469	9.459	9.500
22101.20	604	0357	2181	A	3	Fiscalização	4.138	4.758	5.000
22101.20	604	0375	2124	A	3	Fiscalização	121	118	256
22101.20	604	0375	2019	A	3	Fiscalização	29	33	39
22101.20	604	0375	2140	A	3	Fiscalização	98	125	80
22101.20	603	0375	2179	A	3	Fiscalização	373	493	378
22101.20	603	0375	2141	A	3	Fiscalização	725	733	607
22101.20	603	0375	2909	A	3	Fiscalização	-	-	-
22101.20	125	0375	4747	A	4	Fiscalização	-	-	2
22101.20	665	0393	2B47	A	4	Produtor atendido	-	-	-
-	665	1426	8606	A	4	Pessoa beneficiada*3	300	1.707	1.800
22101.20	125	1442	4720	A	4	Unidade controlada	-	-	-
22101.20	128	1442	8622	A	4	Entidade assistida	-	-	-
22101.20	128	1442	8591	A	4	Pessoa beneficiada	-	-	-
22101.20	122	6003	2B17	A	4	N.º contratos de repasse fiscalizados	-	-	-
22101.20	665	6003	8611	A	3	Produtor atendido*10	-	-	-
22101.04	123	0750	4716	A	3	Não definida	Não definida	Não definida	Não definida

*1 Como o produto dessa ação que consta no SIPLAN é "Área Livre" a meta realizada continua sendo zero pois o Estado ainda não atingiu o status sanitário de livre para a Febre Aftosa.

*2 Não houve liberação de recursos por parte do Departamento de Sanidade Vegetal para Ação 4738. O Estado de Pernambuco é livre da praga ***Bractocera carambolae***, as atividades de monitoramento são executadas pela ADAGRO nos Portos, Aeroporto, Rodoviária e nas empresas exportadoras de frutas para os mercados americano e japonês, por exigência de Acordo Bilateral.

*3 Ação vinculada ao Ministério do Meio Ambiente

Ação: 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

01 - Dados Gerais da Ação 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (PI INSPANIMAL3).

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade, a inocuidade e a qualidade

	dos produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição	- Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-morten e post-morten dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; - Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida; - Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Inspeção - CGI/DIPOA/SDA
Coordenador nacional da ação	Pedro Henrique Salgado Bueno
Unidades executoras	Superintendências Federais de Agricultura/SFAs
Área (dentro da UJ) responsável por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto Nº 7.127, de 4 de março de 2010, publicado no D.O.U em 05 de março de 2010

Resultados

As metas da Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal foram estimadas conforme as informações obtidas nos exercícios anteriores e encaminhadas à Coordenação Nacional do Plano Interno - PI INSPANIMAL3 e confirmadas através do Sistema SIPLAN. A programação de recursos foi efetuada de acordo com a disponibilidade orçamentária do programa/atividade.

Os recursos orçamentários disponíveis foram descentralizados regularmente e executados conforme programação enviada.

Tabela I - Principais despesas vinculadas à ação 8938

NATUREZA DAS DESPESAS	PROVISÃO RECEBIDA	LIQUIDADO	% APLICADA
339014	129.991,31	113.253,73	87,12
339030	10.746,60	9.956,90	92,65
339033	20.681,50	19.620,28	94,87
339036	767,30	0,00	0,00
339039	6.650,00	4.960,00	74,59
449052	28.244,00	28.244,00	100,00
TOTAL PI	197.080,71	176.034,91	89,32

Fonte: SIAFI

Tabela II - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 8938

Nº	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Nahôr Gueiros Malta Júnior	Médico Veterinário	Médico Veterinário	SISA/DDA
02	Jairo Bezerra da Silva	Nível Médio	Agente Agropecuário	SISA/DDA
03	João Ferreira Caldas	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
04	José Bezerra Gomes Filho	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
05	José Roberto Alves de Lima	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA
06	Luciana F. M. da Silva*	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
07	Lúcio José Gomes Pereira	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
08	Maria C. dos S. Magalhães	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
09	Otoniel dos Santos Gomes	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
10	Renilda M. B. de Andrade	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
11	Ruben Cícero dos Santos	Nível Médio	Agente de Inspeção	SISA/DDA

* Servidora em Licença Maternidade

Os recursos humanos disponíveis para as atividades fins do programa foram insuficientes. Há falta de motoristas oficiais na SFA/PE, além do que, houve uma diminuição significativa do número de servidores envolvidos na execução das atividades de inspeção e fiscalização, devido à solicitação de licenças legais e pedidos de aposentadorias.

Por motivo de licença, houve mudança de gestão na área de inspeção de leite, fato que afetou a execução de algumas atividades. Todos estes fatores influenciaram negativamente nos resultados finais. Para o ano de 2011, espera-se uma solução para resolver a carência na área de recursos humanos.

Tabela III - Demonstrativo das atividades de inspeção/fiscalização

	PRODUTOS DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO	DOCUMENTOS EMITIDOS
01	Auto de Infração	75
02	Notificação de Julgamento	21
03	Advertência	08
04	Auto de Multa	24

Tabela IV - Metas, previsão, execução e resultados da Ação 8938

Metas	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira	197.080,71	176.034,91	89,32
Física	44	39	88,64

As metas estabelecidas para a Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal, pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA, para o ano de 2010, foram de 44 (quarenta e quatro) estabelecimentos registrados ou relacionados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Devido ao cancelamento do registro de alguns estabelecimentos no Serviço de Inspeção Federal, a meta foi corrigida para 38 (trinta e oito estabelecimentos). A quantidade das fiscalizações/inspeções foi informada pelo DIPOA via SIPLAN.

Tabela V - Metas, produtos e resultados da ação 8938

AÇÃO	PRODUTO	METAS		RESULTADOS	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICO	FINANCEIRO
Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Animal	Estabelecimento Inspecionado (unid)	44	197.080,71	39	176.034,91

Fonte: SIAFI

O Resultado Financeiro do Plano Interno INSPANIMAL3 se aproximou à Meta Financeira devido aos recursos terem sido disponibilizados pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA, segundo demanda informada pelo Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA/DAD/SFA/PE, ou seja, foi pedido exatamente o que foi planejado para executar em cada mês, porém os recursos humanos insuficientes, associado aos pedidos de licença prêmio e aposentadoria, influenciaram no resultado alcançado.

Tabela VI - Indicadores do desempenho operacional Ação 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas **Ação 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal**						
Unidade Executora	Produto	Metas		Indicadores		
SISA/DDA	Estabelecimento Inspecionado	Programadas	Realizadas	Eficiência*[1]	Eficácia*[2]	Efetividade*[3]
		44	39	121,45%	88,63%	48,18%

*[1]Eficiência: Relação entre os custos unitários por estabelecimento fiscalizado/inspecionado para os exercícios 2009 e 2010. Memória de cálculo: R$ 4.602,33 (custo direto unitário do ano anterior) / R$ 4.513,71 (custo direto unitário do ano corrente 2010) X 100 = 101,96%.

*[2]Eficácia: Relação entre as fiscalizações executadas e as programadas durante o ano. [39/44] x100 = 88,63

*[3]Efetividade: Índice de conformidade tecnológica e higiênico-sanitária dos produtos inspecionados. (Número de amostras dentro do padrão/total de amostras analisadas) x 100 = [239/496] x100 = 48,18%

Resultados

No exercício de 2010 a meta prevista inicial de inspeções/fiscalizações do PI: INSPANIMAL3 foi corrigida devido ao cancelamento de registros de alguns estabelecimentos no Serviço de Inspeção Federal. Observa-se que houve um aumento de mais de 66 pontos percentuais do indicador de eficiência, se comparado ao ano de 2009, que está diretamente relacionado ao custo unitário de fiscalização/inspeção por estabelecimento. Isso se deve a diminuição da distância percorrida e números de dias gastos nas atividades de inspeção e fiscalização.

2.3.1.1 Ação: 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

02 - Dados Gerais da Ação 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

Tipo	Finalístico
Finalidade	Garantir a segurança higiênica – sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal. Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização. Registros, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal Fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como a realização de análise prévia a importação e exportação desses produtos Capacitação de recursos humanos para fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal. Celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	A) Inspeção e fiscalização em estabelecimentos que produzem alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, de onde são coletadas as amostras para avaliação da qualidade do produto. B) Coleta de amostras dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal importados, recebendo a certificação de garantia em conformidade com os padrões de identidade e de conformidade oficiais. C) Fechar temporariamente ou permanentemente estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal que não estejam em conformidade com as normas e regulamento técnicos oficiais, evitando a disponibilidade no mercado de produtos de origem vegetal impróprios ou que possam prejudicar a saúde humana. D) Retirar do mercado alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal impróprios ou que possam prejudicar a saúde humana.

	E)Capacitação de técnicos nos procedimentos de inspeção e fiscalização dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Geral de Vinhos e Bebidas - CGVB/DIPOV/DAS
Coordenador nacional da ação	Helder Morreira Borges
Unidades executoras	Superintendências Federais de Agricultura/SFAs
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto Nº 7.127, de 4 de março de 2010, publicado no D.O.U em 05 de março de 2010

Resultados

O estabelecimento das metas da Inspeção de Vinagres e Bebidas de Origem Vegetal, referentes ao Plano Interno IPVEGETAL2, foi realizado com base na analise dos dados obtidos nos exercícios anteriores, sendo em seguida submetidos à Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas – CGVB/DIPOV/SDA, em Brasília, para consolidação e reprogramação de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do programa/atividade. A nova meta foi informada por intermédio do Sistema SIPLAN.

A meta programada para a Inspeção/fiscalização de Produtos Vegetais, especificamente bebidas e vinagres, teve diminuição dos recursos pelo governo e tivemos que fazer uma reprogramação de meta, a qual foi ultrapassada.

Os recursos orçamentários e financeiros foram repassados, mês a mês, ocasião em que o Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV/SFA/PE, programava e aplicava os recursos da melhor forma para atender as demandas.

Tabela VII - Principais despesas vinculadas à ação 8939

NATUREZA DAS DESPESAS	PROVISÃO RECEBIDA	LIQUIDADO	% APLICADA
339014	34.379,82	32352,87	94,10
339030	5.960,00	4.833,28	81,10
339033	10.600,00	8.649,41	81,60
339039	6.597,69	370,49	20,77
449052	60.000,00	60.000,00	100,00%
TOTAL PI	117.537,51	107.206,05	91,21

Fonte: SIAFI

Com relação aos recursos na natureza de despesa 339039 informamos que foram solicitados estes recursos para contratação de envio de amostras para os laboratórios de analise de C3 no vinho com vistas à constatação de fraude. Informamos que por diversos fatores administrativos ocorridos durante o ano, não foi possível realizar esta contratação, motivo pelo qual os recursos foram devolvidos.

O programa conta com bons recursos de informática para a execução de suas atividades, ressentindo-se, entretanto, da disponibilidade de veículos próprios para o deslocamento das equipes de inspeção/fiscalização.

No final do ano de 2010 foi adquirido um veículo novo que vai contribuir bastante para o atendimento da demanda, porém ainda está defasada, porque temos no mesmo Serviço três áreas diferentes: inspeção de bebidas e vinagres, classificação de vegetais e resíduos.

Tabela VIII - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 8939

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO	LOTAÇÃO
1	Ana David de Sousa	Bacharel em Química	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
2	Evine Maria S.Fernandes	Química Industrial	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
3	Ilma Maria Gonçalves	Química Industrial	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
4	Nelson Luiz Abdon Pinto	Engenheiro Químico	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
5	Ione Maria F. Queiroz	Bacharel em Química	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
6	Silvana C. de Mendonça	Química Industrial	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
7	Sara M. da Rocha Melo	Engenheira Agrônoma	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA

8	Albertina Correia Lins	Técnico de Laboratório	Técnico de Laboratório	SISV/DDA
9	Hilda Maria da Silva	Veterinária e Zootecnista	Agente de Ativ. Agropecuária	SISV/DDA
10	Enoque Príncipe Júnior	Técnico Agrícola	Agente de Ativ. Agropecuária	SISV/DDA
11	José Carlos Paes de Lira	Nível médio	Administrativo	SISV/DDA
12	Renato Bezerra Barbosa	Nível médio	Administrativo	SISV/DDA
13	Zirlanda M. de A. Muniz	Nível Médio	Estagiária	SISV/DDA

Os recursos humanos disponíveis para as atividades fins do programa são sete Fiscais Federais Agropecuários, dois dos quais estão atendendo as três áreas vegetais do SISV (inspeção de bebidas e vinagres, resíduos e classificação vegetal), e quatro técnicos que dão suporte às referidas áreas.

Atualmente com a grande demanda o quadro de pessoal está no limite para o atendimento das nossas atribuições em tempo hábil, considerando a meta de duas inspeções anuais para cada estabelecimento registrado no Serviço.

Tabela IX - Demonstrativo das atividades de inspeção/fiscalização

	PRODUTOS DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO	**QUANTIDADES**	
		2009	2010
1	Auto de Infração	42	71
2	Termo de Colheita de Amostras p/controle de qualidade	55	64
3	Termo de Inspeção de Estabelecimentos produtores	167	111
4	Termo de Apreensão de Produtos Irregulares	23	35
5	Termo de Intimação	33	51
6	Laudo de Vistoria	13	22
7	Instrução de Proc. Administ. de Auto de Infração(Relatório 1ª Instância)	51	92
8	Apreciação de Defesa	1	51
9	Notificação de Julgamento	70	51
10	Advertência	7	0
11	Valor das Multas Aplicadas (em R$)	478.100,00	215.500,00

O aumento no número de Auto de Infração no ano de 2010 foi em decorrência do Art. 86 do Decreto N° 6.871/2009, que impõe como infração a não entrega do relatório de produção do ano anterior nos Autos de Infração em 2009.

Tabela X - Metas e resultados da ação 8939

META	**PREVISÃO**	**EXECUÇÃO**	**EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)**
Financeira	117.537,51	107.206,05	91,21
Física	75	67	89,33

Com relação à EXECUÇÃO/PREVISÃO informamos que os recursos na rubrica 339039, relativos à contratação de laboratório para análise de C3 no vinho, foram parcialmente devolvidos por não ter sido possível a efetivação da contratação do referido laboratório, o que contribuiu para a não execução do total dos recursos financeiros disponibilizados pela Coordenação em Brasília.

Tabela XI - Metas, produto e resultados da ação 8939

AÇÃO	**PRODUTO**	**METAS**		***RESULTADOS***	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICO	FINANCEIRO
Inspeção de Vinagres e Bebidas de Origem Vegetal	Estabelecimento Inspecionado	75	117.537,51	67	107.206,05

Fonte: SIAFI

Tabela XII - Indicadores do desempenho operacional da ação 8939 - Inspeção de Vinagres e Bebidas de Origem Vegetal

Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas **Ação 2131 - Inspeção de Vinagres e Bebidas de Origem Vegetal**						
Unidade Executora	**Produto**	**Metas**		**Indicadores**		
SISV/DDA		Programadas	Realizadas	Eficiência*[1]	Eficácia*[2]	Efetividade*[3]

	Estabelecimento Inspecionado	75	67	23,95	89,33	36,00

[1]Eficiência: Relação entre os custos unitários por estabelecimento controlado para os exercícios 2009 e 2010. Memória de cálculo: R$ 168,74 (custo direto unitário do ano anterior) / R$ 704,57 (custo direto unitário do ano corrente 2010) / 100 = 23,95% *Obs: Não foram contabilizados R$ 60.000,00 referente 4490-52 (Veículo).

*[2]Eficácia: Relação entre as fiscalizações executadas e as programadas durante o ano.

*[3]Efetividade: Taxa de conformidade de vinhos, bebidas e vinagres. (Número de estabelecimentos dentro do padrão/total de estabelecimentos inspecionados) x 100. (Estabelecimentos dentro do padrão são os Termos de Inspeção (111) menos os Autos de Infração (71)=40/111*100=36%

Resultados

Avaliando os indicadores do desempenho operacional da Ação 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal, Plano Interno: IPVEGETAL2, podemos afirmar que houve um desempenho excelente para essa ação.

2.3.1.2 Ação 4723 - Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal

03 - Dados Gerais da Ação 4723 – Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Contribuir para as garantias de certificação dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal em conformidade com os limites máximos de contaminantes químicos e biológicos, estabelecidos pela legislação nacional e internacional relativa à inocuidade dos alimentos.
Descrição	Monitoramento, fiscalização e controle dos produtos importados, exportados e de consumo interno por meio de coletas de amostras desde o produtor até o consumidor final com análises laboratoriais; e rastreamento dos produtos impróprios para o consumo, possibilitando a identificação dos infratores para possível orientação ou punição.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Resíduos e Contaminantes – CRC/SDA
Coordenador nacional da ação	Leandro Diamantino Feijó
Unidades executoras	Superintendências Federais de Agricultura - SFAs

Resultados

Em 2009, iniciou-se a execução do Plano Nacional de Controle de Resíduos e contaminantes em Produtos de Origem Vegetal – PNCRC/Vegetal, instituído pela Instrução Normativa MAPA nº 42 de 31/12/2008.

A partir da publicação da IN nº 21, de 30/07/2009, foram definidos os Programas Nacionais de Controle de Resíduos e Contaminantes para diversas culturas agrícolas, entre elas a manga e a uva, sendo iniciada a coleta de amostras para controle analítico de resíduos de agrotóxicos, conforme demonstrado no Quadro 13.

O Programa de Controle de Resíduos e Contaminantes envolve as empresas cadastradas no Sistema de Cadastro dos Agentes da Cadeia Produtiva de Vegetais, seus Produtos, Subprodutos e Derivados para Certificação da Segurança e Qualidade – SICASQ.

Tabela XIII - Principais despesas vinculadas à ação 4723

NATUREZA DAS DESPESAS	PROVISÃO RECEBIDA	LIQUIDADO	% APLICADA
339014	2.670,80	2.477,14	92,75%
339033	3.750,00	2.798,42	74,62%
TOTAL PI	6.420,80	5275,56	82,16%

Fonte: SIAFI

A execução dos trabalhos na ação Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal foi concentrada no Vale do São Francisco, em especial o município de Petrolina, pois as empresas fiscalizadas são as exportadoras de frutas, com ênfase para a manga e a uva exportadas para os Estados Unidos e Europa. Para realização das fiscalizações há necessidade do deslocamento dos técnicos, na maioria das vezes por meio aéreo, uma vez que o município de Petrolina dista aproximadamente de 800 km da sede, o que exige despesas com passagem aérea e diárias.

Tabela XIV - Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal

	PRODUTOS DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO	**PREVISTO**	**REALIZADO**
01	Amostras de Manga coletadas	18	16
02	Amostras de Uvas coletadas	20	18

Tabela XV - Metas e resultados da ação 4723

META	**PREVISÃO**	**EXECUÇÃO**	**EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)**
Financeira	6.420,80	5.275,56	82,16%
Física	38	34	*89,47%*

Tabela XVI - Metas, Produtos e resultados da ação 4723

AÇÃO	**PRODUTO**	**METAS**		**RESULTADOS**	
Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal	Análise realizada (unidade)	FÍSICA	FINANCE	FÍSICO	FINANCEIRO
		38	6.420,80	34	5.275,56

Fonte: SIAFI

Tabela XVII - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 4723

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Silvana C. de Mendonça	Química Industrial	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
02	Sara Medeiros da R. Melo	Eng.ª Agrônoma	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
03	Antônio Carlos F. de Souza	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
04	Liliane Karla F. da Silva	Eng.ª Agrônoma	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
05	Rômulo Sávio M. Florêncio	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UTRA Caruaru
06	Ilma MariaGonçalves	Química	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
07	Viviane J. B. Rodrigues	Engª. Agrônoma	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA

Tabela XVIII - Indicadores do desempenho operacional Ação 4723 - Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal

Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Ação 4723 - Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal

Unidade Executora	**Produto**	**Metas**		**Indicadores**		
SISV/DDA	Estabelecimento Inspecionado	Programadas	Realizadas	Eficiência*[1]	Eficácia*[2]	Efetividade*[3]
		38	34	602,95	89,47	100%

*[1]Eficiência: Relação entre os custos unitários por coleta de amostras para os exercícios 2009 e 2010. Memória de cálculo: R$ 935,54 (custo direto unitário do ano anterior) / R$ 155,16 (custo direto unitário do ano corrente 2010) x 100 = 602,95 (Obs: Indicador fortemente influenciado pelos elevados custos com coletas de amostras do ano anterior (2009) devido à necessidade de deslocamento de um número de fiscais maior do que o usualmente necessário para realização das coletas, por motivo de treinamento; além do que, ocorreu falta de frutos em alguns dos períodos previamente estabelecidos para a realização das coletas, resultando em mais despesas com deslocamentos).

*[2]Eficácia: Relação entre as coletas de amostras executadas e as programadas durante o ano.

*[3]Efetividade: Taxa de conformidade dos frutos (número de amostras coletadas dentro do padrão/total de amostras coletadas) x 100. (Obs: Dessas 34 Coletas não houve nenhum resultado não conforme).

Resultados

As metas foram cumpridas quase na sua totalidade, porém no final do ano a safra já estava no fim o que dificultou a coleta de todas as amostras previstas, mas que serão realizadas no primeiro semestre do próximo ano.

Foram realizadas também três coletas, sendo duas de melão e uma de manga, com a finalidade de confirmação de resultados que deram acima do limiar para resíduos de agrotóxicos encontrados nas referidas frutas e que estão em fase de investigação.

Observação: No ano de 2010 não foi disponibilizado recursos neste Plano Interno para execução de atividades na área animal.

2.3.1.3 Ação: 4746 - Padronização, Classificação e Inspeção de Produtos Vegetais

04 - Dados Gerais da Ação 4746 – - Padronização, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões; classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral da Qualidade Vegetal - CGQV/DIPOV/SDA
Coordenador nacional da ação	Fábio Florêncio Fernandes
Unidades executoras	Superintendência Federal de Agricultura em Pernambuco - SFA/PE

Resultados

O SISV/DDA/SFA/PE, em observância aos comandos da Portaria 300/2006, com fulcro na Lei n.º 9.972/2000 e do Decreto n.º 6.268/2007, executa as seguintes atividades e processos na área de Qualidade Vegetal: 1) fiscaliza a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico padronizados; 2) credencia e fiscaliza os serviços credenciados de classificação vegetal; e 3) subsidia a elaboração ou alteração de padrões e especificações destes produtos e tem outras atividades, de acordo com as novas Normas que vem sendo publicadas mais recentemente.

Tabela XIX - Principais despesas vinculadas à ação 4746

NATUREZA DAS DESPESAS	PROVISÃO RECEBIDA	LIQUIDADO	% APLICADA
339014	40.040,30	39.247,46	98,02
339033	12.600,00	9.599,25	76,18
339039	325.260,70	281.449,18	86,53
339030	9.400,00	8.702,26	92,58

409052	25.000,00	0,0	0
TOTAL	412.301,00	338.998,15	82,22

Fonte: SIAFI

Os recursos gastos no elemento de despesa 339039 foram utilizados para efetivação do repasse de pagamento para a empresa credenciada, a Proquality, que presta serviços de classificação de produtos vegetais importados que são internalizados no Estado de Pernambuco.

Tabela XX - Demonstrativo das atividades de inspeção/fiscalização da classificação de produtos vegetais

Nº	**PRODUTOS DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO**	**QUANTIDADES (Nº)**	
		2009	2010
01	Auto de Infração	21	24
02	Termo de Coleta de Amostras p/controle de qualidade	61	67
03	Quantitativo Fiscalizado (Toneladas)	2.828,91	6.907,06
04	Termo de Inspeção de Estabelecimentos Embaladores	11	62
05	Termo de Inspeção de Estabelecimentos Varejistas atacadistas	193	125
06	Termo de Inspeção de Credenciadas	2	4
07	Intimação	63	36
08	Advertência	8	4
09	Valor das Multas Aplicadas	R$ 111.806,40	R$ 25.547,76

Dos resultados obtidos, verifica-se que o quantitativo fiscalizado, em toneladas, aumentou do ano de 2009 para 2010, esse fato deve-se ao foco de inspeção ter se voltado para os estabelecimentos embaladores, conforme solicitação da Coordenação Geral de Qualidade Vegetal em Brasília, o que gerou um número maior de produtos fiscalizados e a conseqüente diminuição da inspeção em estabelecimentos varejistas/atacadistas.

A diminuição de intimações lavradas deve-se ao grande número de intimações preventivas emitidas em 2009 que serviram como orientação e prevenção para que as empresas não cometam irregularidades, não sendo necessária no ano de 2010 a repetição do envio de tais intimações.

Tabela XXI - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 4746

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
1	Silvana C. de Mendonça	Química Industrial	FFA	SISV/DDA
2	Sara M. da Rocha Melo	Eng.ª Agrônoma	FFA/Classificadora	SISV/DDA
3	Liliane K. F. da Silva	Eng.ª Agrônoma	FFA/Classificadora	SISV/DDA
4	Rômulo Sávio Monteiro	Eng.º Agrônomo	F FA/Classificador	UTRA Caruaru
5	Antônio Carlos F. de Souza	Engº Agrônomo	FFA	SISV/DDA
6	Enoque Príncipe Junior	Técnico Agrícola	Agente At.Agrop/Classificador	SISV/DDA
7	José L. Xavier dos Santos	Técnico Agrícola	Auxiliar Operac./Classificador	UTRA Caruaru

Em 2010 o Serviço contou com a colaboração de cinco Fiscais Federais Agropecuários, que foram responsáveis por toda a atividade de fiscalização de comércio, embaladores, entidades credenciadas e do acompanhamento do contrato de prestação de serviços na importação de produtos padronizados.

O quantitativo de servidores para o volume de trabalho no Estado é muito pouco, o que dificulta as ações, visto que os servidores também prestam serviços em outras áreas concomitantemente.

Os técnicos que auxiliam nas fiscalizações, são classificadores de nível médio e participam dos trabalhos realizando coleta de amostras, são atualmente dois técnicos classificadores de produtos vegetais, porém é necessário um aumento neste número para poder atender as demandas de fiscalização e análises dos produtos internos, fiscalização das credenciadas, dos atacadistas/varejistas e dos embaladores, assim como dos produtos de cestas básicas e dos adquiridos para a merenda escolar nos Municípios do Estado.

Com relação aos recursos materiais, para a melhoria da execução da ação, espera-se que no ano de 2011 haja a descentralização de mais recursos para a aquisição de mais uma impressora (pois a que temos não dá conta do volume de trabalho gerado) e uma impressora portátil para agilizar o trabalho em campo, notebook com acesso a internet e ainda reforma das instalações da área vegetal do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SISV.

Tabela XXII: Metas e resultados da ação 4746 no exercício de 2010:

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira	382.601,00	377.700,32	98,72%
Física	696.000	702.228	100,90%

Tabela XXIII - Metas, Produtos e resultados da ação 4746 no exercício 2010:

AÇÃO	PRODUTO	METAS		RESULTADOS	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICO	FINANCEIRO
Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais	Produto Padronizado/ Classificado (t)	696.000	382.601,00	702.228	377.700,32

Fonte: SIAFI

Tabela XXIV - Indicadores do desempenho operacional da ação 4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas **Ação 4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais**						
Unidade Executora	**Produto**	**Metas**		**Indicadores**		
SISV/DDA	Produto padronizado classificado (t)	Programadas	Realizadas	Eficiência*[1]	Eficácia*[2]	Efetividade*[3]
		696.000	702.228	74,07%	100,89%	83,59%

*[1]Eficiência: Relação entre os custos unitários de classificações realizadas no ano 2009 e 2010. Memória de cálculo: R$ 0,40/t (custo direto unitário do ano de 2009) / R$ 0,54/t (custo direto unitário do ano de 2010) * 100 = 74,07%
*[2]Eficácia: Relação entre as classificações executadas e as programadas durante o ano.
*[3]Efetividade: {[Total de produtos fiscalizados (6907,06t) – quantidade de produtos envolvidos em autuações (1.133,44t)] /Total de produtos fiscalizados} x 100

Resultados

Na avaliação dos resultados alcançados pela SFA/PE na Ação 4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – PI: PADCLASSIF, conclui-se que os trabalhos foram desenvolvidos com cuidado, resultando em um ótimo desempenho considerando-se o número de técnicos e demandas no Estado, como bem demonstra os indicadores de desempenho.

A eficiência leva em consideração as despesas com a empresa credenciada para classificação de produtos vegetais importados, o que aumenta bastante os recursos utilizados.

Ação: 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

05 - Dados Gerais da Ação 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança zoossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes zoossanitárias para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação zoossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Saúde Animal- DSA/SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Unidade executora	Superintendência Federal de Agricultura em Pernambuco - SFA/PE

Área (UJ) responsável por gerenciamento ou execução	Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA
Competências Institucionais	Decreto Nº 7.127, de 4 de março de 2010, publicado no D.O.U em 05 de março de 2010

Resultados

No ano de 2010 a ação teve continuidade, com a realização de quatro Cursos de Treinamento em Métodos de Diagnóstico e Controle de Brucelose e Tuberculose Bovina e de Noções em Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis, os Cursos foram ministrados na Clínica de Bovinos de Garanhuns, onde participaram Médicos Veterinários do Serviço Oficial do Estado, Médicos Veterinários Autônomos, Médicos Veterinários do Serviço Oficial de outros Estados e Autônomos de outros Estados.

Foram habilitados onze Médicos Veterinários, com isso houve um incremento substancial no número de propriedades trabalhadas, resultando um aumento considerável na execução de exames de Brucelose e Tuberculose, acarretando um maior número de propriedades com bovídeos controladas em relação a estas duas enfermidades.

Cabe frisar que o conceito de Propriedade Controlada concebido pelo Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose - PNCEBT é bem mais específico do que o que foi apurado neste relatório. Nele foi contabilizado aquelas propriedades de bovinos e bubalinos, onde foram executadas ações de controle e erradicação da Tuberculose e da Brucelose, inclusive aquelas executadas em conjunto com o órgão estadual de defesa sanitária animal e médicos veterinários habilitados no PNCEBT.

No total de animais testados foi identificada uma quantidade significativa comercializada por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que devido a peculiaridades do financiamento não está enquadrada no conceito aqui determinado, haja vista que são examinados apenas os animais que são financiados, geralmente 1 ou 2 animais, deixando-se de se fazer um controle sanitário razoável das propriedades de origem e destino.

Atualmente Pernambuco conta com cinco propriedades monitoradas, consideradas livres de Brucelose e Tuberculose Bovinas. A Estação Experimental de São Bento do Una, pertencente ao Instituto de Pesquisa Agronômica do Estado de Pernambuco foi considerada controlada no ano de 2010, as outras quatro propriedades controladas, localizadas nos Municípios de Itaíba, Jatobá e duas no município de Águas Belas, precisam renovar sua certificação anualmente.

Os exames são realizados rotineiramente pelos médicos veterinários habilitados no programa.

Os trabalhos relativos à raiva dos herbívoros vêm sendo desenvolvido pela Coordenação Estadual junto às equipes de captura do estado e apresentaram uma grande evolução em relação aos anos anteriores onde o programa de controle da raiva era incipiente.

Os números apresentados em 2010 para o controle da raiva dos herbívoros são satisfatórios: - 199.134 animais vacinados, número superior 28,9% em relação aos animais vacinados no ano de 2009, - 69 morcegos hematófagos capturados (número menor em 47,7% com relação ao ano de 2009 por conta do número menor de propriedades trabalhadas), - 42 propriedades trabalhadas (menor 23,6% em relação a 2009).

As equipes de captura continuam empenhadas nessa ação de captura de morcegos, precisando de apoio e um acompanhamento mais intenso dos seus superiores.

No exercício de 2010 foram realizados quatro cursos de coleta de amostras biológicas de animais para diagnóstico da raiva e EEB (Encefalopatia Espongiforme Bovina), para médicos veterinários e técnicos agrícolas do Órgão Executor; visando melhorar a qualidade do material coletado e enviado ao laboratório com fins de diagnóstico.

Com relação ao controle da EEB, no ano de 2010, foram realizadas 16 fiscalizações e coletadas 16 amostras para fins de análises laboratoriais, que apresentaram resultados negativos na microscopia, como também, quatro cursos e treinamento para 57 técnicos que atuam diretamente na área.

Impende registrar que no Estado não existe mais animal importado de área de risco para monitorar, uma vez que morreu o único exemplar existente, o qual estava localizado em propriedade rural no Município de Bom Conselho.

O Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos - PNSE em Pernambuco tem como objetivo controlar as doenças que acometem os eqüídeos, principalmente as que mais afetam a região Nordeste, tais como Mormo e Anemia Infecciosa Eqüina - AIE.

As ações foram desenvolvidas pelo Órgão Executor Estadual e supervisionadas pela SFA/PE, que constaram de: - interdição de propriedade, - sacrifício do animal reagente, - vigilância dos animais da propriedade foco (coleta de sangue para diagnóstico), - vigilância nas propriedades limites com a propriedade foco, - desinterdição da propriedade foco após duas coletas de sangue com diagnóstico negativo e, - Educação em Saúde.

Também foram realizadas fiscalizações de Eventos Agropecuários (leilões, Feiras, Exposições, Vaquejadas, Provas Hípicas, entre outros), laboratórios credenciados para diagnóstico de AIE e Mormo e cadastramento de médicos veterinários para realizar coleta de sangue para diagnóstico.

Atualmente existem cadastrados e aptos para realizarem coletas de sangue para diagnóstico do mormo 104 médicos veterinários, sendo que além destes, 62 encontra-se com seus cadastros suspensos por falta do envio do relatório mensal.

A quantidade de exames realizados para AIE no ano de 2010 foi 2,0 % ao ano de 2009. Houve um acréscimo de 19,6% no número de casos e de 12,3% no número de focos, em relação ao ano anterior. Foram realizados 16.896 exames, sendo 143 exames positivos, 16.753 exames negativos, 114 focos, 143 casos, ocorridos em 56 municípios, 141 animais sacrificados, 6.750 entidades visitadas, 1.697 visitas realizadas em municípios. Estes números são relativos ao trânsito.

Quanto a Vigilância Epidemiológica para AIE, foram realizados 2.777 exames (33,2% superior a 2009), com um aumento de 35,0% de exames positivos (89), de 33,2% de exames negativos (2.688), de 56,0% no número de focos (25) e de 35,9% no número de casos ocorridos em 18 municípios.

Quanto aos exames de Mormo, foram realizados no Trânsito 17.891 exames, sendo 7 exames com diagnóstico positivo e 17.884 com diagnóstico negativo. Dos sete focos (sete casos) registrados implicaram no sacrifício de sete animais em seis municípios.

Na Vigilância soro-epidemiológico, foram realizados 3.583 exames de diagnóstico, sendo 24 exames com diagnóstico positivo e 3.559 exames com diagnóstico negativo, 10 focos, 24 casos e 12 animais sacrificados.

Foi realizado um Curso de Sanidade Eqüina no Centro de Treinamento da Antiga Emater no município de Carpina para médicos veterinários da ADAGRO.

Foram realizamos palestras sobre as duas enfermidades que mais acometem os eqüídeos na região nordeste, especificamente no Estado de Pernambuco, o Mormo e a Anemia Infecciosa Eqüina, nos municípios de Caruaru (2); Serra Talhada, Petrolina, Araripina e Garanhuns (3); Tamandaré e Timbaúba (1), além de uma no Congresso da ABRAVEQ em Porto de Galinhas. Essas Palestras foram ministradas com a Participação do Coordenador Estadual do Programa de Sanidade dos Eqüídeos, Dr. Marcelo Brasil Machado, Fiscal estadual Agropecuário da ADAGRO.

O público alvo foi médicos veterinários, estudantes de medicina veterinária, técnicos agrícolas, criadores e tratadores.

Todos os números apresentados mostram que a conscientização sobre as enfermidades que afetam os eqüídeos, as fiscalizações que ocorrem nos eventos agropecuários e nas barreiras sanitárias, como também as palestras ministradas sobre Educação em Saúde Animal, são indicadores que as Ações de Defesa Sanitária Animal, especificamente do Programa de Sanidades dos Eqüídeos, estão sendo bem conduzidas pelos órgãos envolvidos.

Em atenção ao Plano Nacional de Sanidade Avícola - PNSA no estado, no ano de 2010, visou principalmente o atendimento a IN SDA nº 59/2009, que trata do registro de empresas avícolas no MAPA e atendimento às solicitações de demandadas Auditorias promovidas pela Coordenação de Sanidade Avícola do Departamento de Saúde Animal - DSA/SDA/MAPA, fato este que demandou a maior parte do tempo dos fiscais ligados ao citado programa.

Ao longo do ano de 2010 três aspectos foram priorizados no PNSA:

(1) Aspecto econômico: visando incrementar o cadastramento, recadastramento e registro de granjas na ADAGRO/PE, cujo prazo expira em dezembro de 2012 e definições das ações que possibilitem a certificação sanitária do plantel avícola no Estado de Pernambuco, além de favorecer a elaboração de produtos avícolas saudáveis para o mercado interno e externo.

(2)Aspectos epidemiológicos- através das ações da defesa sanitária são desenvolvidos: sistemas de detecção precoce de Influenza Aviária e Doença de Newcastle, eventos sanitários para obter feedback informativos mais rápidos, monitoramento e certificação dos plantéis, fiscalização e controle dos pontos de ingresso, aumento da biosseguridade das instalações, capacitação técnica para melhor atuação nos trabalhos e educação sanitária com participação de grupos de trabalho e discussões técnicas internacionais (intercâmbio).

(3)Aspectos legais- trabalhos executados sob a ótica e o amparo legal da **Portaria Nº 193, de 19/09/1994** (institui Comitê Consultivo do PNSA); da **IN SDA Nº 17, de 17/04/2006** (aprova o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e Controle e Prevenção da Doença de Newcastle); da **IN SDA Nº 56, de 04/12/2007** (estabelecendo procedimentos para registro, fiscalização e controle de estabelecimentos avícolas de reprodução e comercial); e da **IN SDA Nº 59, de 04/12/2009**(alterando a IN SDA Nº 56/2007).

No exercício de 2010 foi realizado em 03/05/2010 o Curso Sobre Procedimentos Operacionais de Guia de Trânsito Animal, no qual participaram exclusivamente os Fiscais Estaduais Agropecuários da ADAGRO e reunião em Unidade Local de Sanidade de Sanidade Animal e Vegetal – ULSAV da ADAGRO.

Outras ações realizadas nas empresas, em parceria com a ADAGRO, nas granjas de matrizes e incubatórios, estão no quadro abaixo:

Ações nas empresas em parceria com ADAGRO:

AÇÕES	QUANTIDADE
Vistoria em granjas	**33**
Vistoria em incubatórios	**16**
Fiscalização em empresas	**01**
Colheita de amostras	**02**
Georreferenciamentos	**10**
Auditoria em empresas	**02**

O Programa Nacional de Sanidade de Animais Aquáticos - PNSAA no Estado de Pernambuco vem dando continuidade a fase de implantação desde 2008, implementando o cadastramento de propriedades que exploram animais aquáticos. Em 2010 foram realizadas as atividades abaixo descritas:

- Nº de propriedades cadastradas- 107
- Nº de reuniões técnicas realizadas- 10
- Treinamento/Curso- 01
- Nº de coletas realizadas- 0
- Nº de Supervisões realizadas- 22
- Nº de propriedades georreferenciadas - 107

No entanto, há um entrave de importância econômica que desfavorece a carcinicultura, devido a muitas enfermidades que acometem os camarões cultivados, sendo necessário delegar ao MAPA a realização da revisão da legislação, criando manuais de normas e procedimentos para animais aquáticos, inserindo novas formas de controle de enfermidades com a certificação de larvas e de propriedades a exemplo de outros programas.

Devido ao momento de transição, em que as ações de defesa sanitária passam o Ministério da Agricultura para o Ministério da Pesca e Aqüicultura, há um impasse quanto à atuação do Ministério da Agricultura, mesmo assim, o órgão executor do estado continua sendo a ADAGRO.

Convênio: No exercício de 2010 não houve transferência de recursos para Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco – ADAGRO, para continuidade do Convênio n.º SICONV 715481, uma vez que o Termo Aditivo foi aprovado apenas para alteração no cronograma de execução.

Tabela XXV - Principais despesas vinculadas à ação 8658

NATUREZA DAS DESPESAS	PROVISÃO RECEBIDA	LIQUIDADO	% APLICADA
339014	45.424,20	33.909,90	74,65
339030	10.630,70	10.387,70	97,71
339033	9.602,78	4.976,95	51,83
339039	3.166,69	828,68	26,17
339093	1.289,89	1.289,89	100
TOTAL PI	70.114,26	51.393,12	73,30

Fonte: SIAFI

Os recursos recebidos e liquidados na natureza de despesa 3390-14, referente a diárias, não foi totalmente utilizado devido aos deslocamentos de Fiscais por meio aéreo só foi viabilizado a partir de maio.

Os recursos na natureza de despesa 3390-33, passagens aéreas, só puderam ser utilizados a partir do mês de maio, implicando na redução da aplicação desses recursos.

Os recursos na natureza de despesa 3390-39 foram solicitados para manutenção dos veículos da área de Saúde animal, porém não foi viabilizada oficina credenciada para manutenção de veículos na SFA-PE e nem pode ser usado pela modalidade cartão corporativo, pois o limite já tinha sido alcançado por uso dessa modalidade de pagamento por outros serviços da SFA-PE.

Os recursos na natureza de despesa 3390-93 foram utilizados para indenização de proprietário por abate de um bovino.

Tabela XXVI - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 8658

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO	LOTAÇÃO
01	Antonio Felipe de Souza	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
02	Homero Marcos Sampaio	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
03	Lia Treptow Coswig	Médica Veterinária	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
04	Luciana Gomes Maciel	Médica Veterinária	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
05	Luís de C. Xavier Correia	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
06	Pedro Paulo M. da Silveira	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
07	Severino Inácio da Silva	Motorista	Motorista Oficial	DAD/SFA-PE
08	Francisco Leandro Gomes	Motorista	Motorista Oficial	DAD/SFA-PE
09	Maurício José da Silva	1º Grau	Auxiliar Operacional	DAD/SFA-PE
10	Maurílio Alves da Silva	2º Grau	Agente Administrativo	DAD/SFA-PE
11	Marcos Pimentel Bulhões	2º Grau	Assistente Administrativo	DAD/SFA-PE

Tabela XXVII - Metas e resultados da ação 8658

AÇÃO	PRODUTO	2 METAS		RESULTADOS	
Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças de Animais	Propriedade Atendida	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICO	FINANCEIRO
		2.450	70.114,26	1.740	51.393,12

Fonte: SIAFI

Tabela XXVIII - Indicadores do desempenho operacional da ação 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.

Programa 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária **Ação 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais**						
Unidade Executora	**Atividades**	**Metas**		**Indicadores**		
SISA/DDA	Propriedade controlada	Programadas	Realizadas	Eficiência*[1]	Eficácia*[2]	Efetividade*[3]
		2.450	1.740	-	71,00%	-

*[1] Eficiência: índice não avaliado.
*[2] Eficácia: Relação entre as fiscalizações programadas e as executadas durante o ano (1740/2450)x100
*[3] Efetividade: índice não avaliado.

Resultados

De uma maneira geral pode-se afirmar que os recursos alocados nesta ação foram utilizados de forma eficaz no cumprimento das metas traçadas.

As propriedades são atendidas pela Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do estado de Pernambuco - ADAGRO, e os Fiscais Federais Agropecuários do Serviço de Inspeção e Saúde Animal-SISA supervisionam todas as atividades da ADAGRO, além de realizar algumas vistorias específicas, como no caso do PNSA, em relação aos estabelecimentos avícolas de reprodução e do PNCEBT e PNSE, em Laboratórios de Médicos Veterinários privados que realizam exames para atendimento destes Programas.

Com a saída de dois Fiscais Federais Agropecuários do SISA, especificamente da área de saúde animal, há necessidade da lotação de pelo menos mais um FFA para melhor realização das metas constantes dessa ação.

2.3.1.4 Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

06 - Dados Gerais da Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamentos fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal - DSV/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	Cósan Coutinho de Carvalho
Unidade executora	Superintendência Federal de Agricultura em Pernambuco - SFA/PE
Área (UJ) responsável por gerenciamento ou execução	Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV
Competências Institucionais	Decreto Nº 7.127, de 4 de março de 2010, publicado no D.O.U em 05 de março de 2010

Resultados

A Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais foi muito importante na execução de atividades inerentes a defesa vegetal no Estado de Pernambuco.

As principais atividades desenvolvidas foram os levantamentos fitossanitários de detecção, delimitação e verificação da existência de pragas; cursos e treinamentos para Fiscais Federais Agropecuários, Fiscais Estaduais Agropecuários e Engenheiros Agrônomos da iniciativa privada; celebração e acompanhamento de convênios e supervisões e auditorias nas atividades realizadas pela Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco – ADAGRO.

Essas ações visaram garantir a sanidade e evitar a disseminação de pragas agrícolas nos diversos municípios pernambucanos.

As auditorias realizadas nas áreas produtoras de banana garantiram a permanência do status de estado livre da Sigatoka Negra. No ano de 2010 foram treinados dois Fiscais Federais Agropecuários em Análise de Risco de Pragas e teve a participação de um FFA no Curso Internacional de Moscas-das-Frutas, realizado na Biofábrica Moscamed Brasil.

Convênio: Os recursos referentes a esse Plano Interno, disponibilizados pelo órgão central no exercício de 2010, estão discriminados na tabela abaixo. Os valores de R$ 118.161,80, natureza de despesa 3330.41, e de R$ 696.847,49, natureza de despesa 3390.42, referem-se aos recursos transferidos para a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco – ADAGRO, conforme Termo Aditivo ao Convênio n.º SICONV 704099.

Esse convênio foi assinado em 22.07.2009, situação atual em execução. Esses recursos foram fundamentais para a execução das atividades da ADAGRO na manutenção e ampliação dos programas de sanidade vegetal para o Estado de Pernambuco.

Tabela XXIX - Principais despesas vinculadas à ação 8572

NATUREZA DAS DESPESAS	PROVISÃO RECEBIDA	LIQUIDADO	% APLICADA
339014	40.827,50	33.235,68	81,41
339030	7.670,00	6.973,67	90,92
339033	8.700,00	4.198,81	48,26
339039	2.600,00	180,00	6,92
333041	118.161,80	118.161,80	100
339042	696.847,49	696.847,49	100
TOTAL PI	874.806,79	859.597,45	98,26

Fonte: SIAFI

Tabela XXX - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 8572

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Antonio Carlos F. de Souza	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
02	Crélio Leão de Souza	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
03	Evaristo P. de Albuquerque	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
04	José Lamartine Lins Pereira	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
05	Shizuo Asano	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
06	Viviane J. L. B. Rodrigues	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
07	José Soares Cardoso	Eng.º Agrônomo	Chefe Div. Def. Agropecuária	DDA/SFA/PE
08	Carlos A. Martins Pereira	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	Uvagro Petrolina
09	Elias Lopes da Silva	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	Uvagro Petrolina
10	João Guimarães Tanajura	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	Uvagro Petrolina
11	Sérgio Oliveira Farias	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
12	Paulo Roberto P. da Silva	Nível Médio	Agente de Serv. Engenharia	SISV/DDA
13	Maria de L. S. Almeida	Nível Médio	Setor de Informática	DAD/SFA/PE
14	Severino Inácio da Silva	Nível Médio	Motorista Oficial	DAD/SFA/PE
15	Maurício José da Silva	Nível Médio	Agente de Serviços Diversos	DAD/SFA/PE
16	Marcos Pimentel Bulhões	Nível Médio	Auxiliar Administrativo	DAD/SFA/PE
17	Maurílio Alves da Silva	Nível Médio	Agente de Serviços Diversos	DAD/SFA/PE

Tabela XXXI - Metas, Produtos e resultados da ação 8572

AÇÃO	PRODUTO	METAS		RESULTADOS	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICO	FINANCEIRO
Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	Área Controlada (ha)	68.762	874.806,79	68.762	859.597,45

Tabela XXXII - Indicadores do desempenho operacional da ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

Programa 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária **Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais**			
Unidade	**Produto**	**Metas**	**Indicadores**

Executora						
SISV/DDA	Área Controlada (ha)	Programadas	Realizadas	Eficiência*[1]	Eficácia*[2]	Efetividade*[3]
		68.762	68.762	-	100,00%	-

*[1]Eficiência: Indicador não trabalhado
*[2]Eficácia: Relação entre a área controlada executada e planejada durante o exercício de 2010. Memória de cálculo: (68.762/68.762) x 100 = 100,00%
*[3]Efetividade: Indicador não trabalhado

Resultados

De uma maneira geral pode-se afirmar que os recursos disponibilizados nesta ação foram utilizados de forma eficiente e, pelo que mostra o indicador Eficácia, pode-se concluir que as metas que foram demandadas dentro dessa ação foram totalmente cumpridas e com êxito.

2.3.1.5 Ação 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos e Insumos

07 - Dados Gerais da Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Cósan Coutinho de Carvalho
Unidades executoras	Superintendência Federal de Agricultura em Pernambuco - SFA/PE
Áreas (UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV
Competências Institucionais	Decreto Nº 7.127, de 4 de março de 2010, publicado no D.O.U em 05 de março de 2010

Resultados

As atividades desenvolvidas dentro dessa ação são fundamentais para garantir a sanidade e a segurança dos produtos agrícolas produzidos no Estado de Pernambuco.

Em relação às exportações de uvas e mangas, principais produtos de exportação do estado, o ano de 2010 foi bastante positivo, com um aumento de 41,51% nas exportações uvas e de 36,31% nas de manga, em comparação com o ano de 2009.

A variação cambial e os preços dos insumos agrícolas ainda são os principais obstáculos para serem superados pelos produtores e exportadores dessas duas commodities.

A instalação de dois recintos não alfandegados (REDEX) na cidade de Petrolina melhorou consideravelmente a logística de certificação de produtos agrícolas e de transporte dos produtos produzidos no Vale do São Francisco, além de desafogar portos e aeroportos no período de pico da safra de exportação de frutas dessa região.

Os recursos referentes a esse Plano Interno, disponibilizados pelo órgão central no exercício de 2010, estão discriminados na tabela a seguir.

Os valores de R$ 30.097,94, natureza de despesa 3390.41, e de R$ 186.161,34, natureza de despesa 4430.42, referem-se aos recursos transferidos para a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco – ADAGRO, órgão vinculado a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco - SARA, conforme Convênio n.º SICONV 704098.

Esses recursos foram fundamentais para a execução das atividades da ADAGRO na supervisão, monitoramento e controle da emissão de Certificado Fitossanitário de Origem – CFO, Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado – CFOC e emissão de Permissão de Trânsito Vegetal – PTV, o que contribuiu de forma significativa para o controle do Sistema de Certificação Fitossanitária no Estado de Pernambuco.

A fiscalização das empresas exportadoras de mangas para os mercados americano, argentino, chileno e japonês, e a certificação de uvas para os Estados Unidos da América, são atividades exclusivas realizadas por Fiscais Federais Agropecuários, credenciados pelo Departamento de Agricultura dos estados Unidos.

Tabela XXXIII - Principais despesas vinculadas à ação 2134

NATUREZA DAS DESPESAS	PROVISÃO RECEBIDA	LIQUIDADO	% APLICADA
339014	86.371,00	85.580,15	99,08
339030	13.600,00	12.582,33	92,52
339033	26.940,00	20.975,68	77,86
339039	12.700,00	1.938,72	15,27
339041	30.097,94	30.097,94	100,00
443042	186.161,34	186.161,34	100,00
TOTAL PI	355.870,28	337.336,16	94,79

Fonte: SIAFI

As atividades desenvolvidas dentro desse Plano Interno envolvem um grande número de servidores da SFA-PE, pertencentes aos diversos serviços e unidades, e, muitas vezes, até servidores de outras unidades do MAPA.

Abaixo detalhamento da participação dos FFAs e sua unidade de lotação, na certificação de frutos para exportação safra 2010.

Tabela XXXIV - Recursos Humanos da SFA-PE envolvidos com a execução da ação 2134

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	José Soares Cardoso	Eng.º Agrônomo	Chefe Div. Def. Agropecuária	DDA/SFA/PE
02	Milton F. de Lacerda	Eng.º Agrônomo	Chefe da UVAGRO Petrolina	Uvagro Petrolina
03	Carlos Augusto M. Pereira	Eng.º Agrônomo	Coordenador da Exportação	Uvagro Petrolina
04	Elias Lopes da Silva	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	Uvagro Petrolina
05	Francisco C. Soares Filho	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	Uvagro Petrolina
07	Francisco Flávio Matias	Nível Médio	Agente de Inspeção	Uvagro Petrolina
08	Antônio F. de Sobral	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
09	Sérgio Oliveira Farias	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
10	Antônio Moreira da Silva	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	Uvagro Porto Suape
11	Ivan de Oliveira	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	Uvagro Porto Suape
12	Mário Dias da Costa	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	Uvagro Porto Suape
13	Narciso B. dos Santos	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	Uvagro Porto Recife
14	Crélio Leão de Souza	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
15	Evaristo P. de Albuquerque	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
16	José Luiz de M. Junior	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
17	Shizuo Asano	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/DDA
18	José Nilson B. Araújo	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	Utra Picos/SFA/PI
19	Raul S. Castelo Branco	Eng.º Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SISV/SFA/PI
20	Severino Inácio da Silva	Nível Médio	Motorista Oficial	DAD/SFA/PE
21	Maurício José da Silva	Nível Médio	Agente de Serviços Diversos	DAD/SFA/PE
22	Marcos Pimentel Bulhões	Nível Médio	Auxiliar Administrativo	DAD/SFA/PE
23	Maurílio Alves da Silva	Nível Médio	Agente de Serviços Diversos	DAD/SFA/PE
24	Paulo José Barbosa	Nível Médio	Auxiliar O. em Agropecuária	DT/SFA/PE
25	Maria de L. S. Almeida	Nível Médio	Chefe do Setor de Informática	DAD/SFA/PE
26	Enoque Príncipe Junior	Nível Médio	Agente de Ativ. Agropecuária	DAD/SFA/PE
27	José Rodrigues de Lima	Nível Médio	Auxiliar Administrativo	DAD/SFA/PE

Tabela XXXV - Metas, Produto e resultados da ação 2134

AÇÃO	PRODUTO	METAS		RESULTADOS	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICO	FINANCEIRO
Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos	Partida Fiscalizada	32600	355.870,28	35742	337.336,16

Tabela XXXVI Indicadores do desempenho operacional da ação 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos.

Programa 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária ***Ação 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos***						
Unidades Executoras	**Produto**	**Metas**		**Indicadores**		
SISV/DDA	Partida Inspecionada	Programadas	Realizadas	Eficiência*[1]	Eficácia*[2]	Efetividade*[3]
		37.000	43.216	-	116,8	-
*[1]Eficiência: Indicador não trabalhado *[2]Eficácia: Relação entre o número de partidas inspecionadas e as que foram planejadas para serem inspecionadas em 2009. Memória de cálculo: (43.216/37.000) x 100 = 116,8% *[3]Efetividade: Indicador não trabalhado						

Resultados

A ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos tem grande importância dentro do Programa de Segurança da Sanidade na Agropecuária, pois é a principal ação no cumprimento das normas fitossanitárias para atender os acordos comerciais para exportação e controlar o trânsito de vegetais e seus produtos, além de ser a responsável pelo monitoramento e controle do sistema de certificação que garante a sanidade e a rastreabilidade dos produtos vegetais.

O quadro acima apresenta o indicador Eficácia de 116,8% o que demonstra que as metas programadas para 2010 foram superadas.

2.3.1.6 Ação 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos

08 - Dados Gerais da Ação 2139 - Dados gerais da Ação 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos (PI: VIGIZOO)

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sanidade Animal - SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Unidade executora	Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Pernambuco – SFA/PE.
Área (UJ) responsável por gerenciamento ou execução	Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA
Competências Institucionais	Decreto Nº 7.127, de 4 de março de 2010, publicado no D.O.U em 05 de março de 2010

Resultados

No ano de 2010 foi realizado o 4º curso sobre a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, com a participação de 45 Médicos Veterinários privados, Fiscais Estaduais Agropecuários e Fiscais Federais

Agropecuários da Vigilância Agropecuária Internacional. Nesse exercício houve a habilitação de 15 (quinze) Médicos Veterinários.

Atualmente existem 46 habilitados para emissão de GTA para aves, eqüídeos e animais aquáticos. A emissão de GTA para animais suscetíveis à Febre Aftosa só é permitida aos Médicos Veterinários e servidores credenciados pela ADAGRO. No exercício de 2010, passaram pela fiscalização do Serviço de Inspeção e Saúde Animal-SISA 1.195 (hum mil, cento e quarenta e cinco) CIS-E e 253.974 (duzentos e cinqüenta e três mil, novecentos e setenta e quatro) GTAs de trânsito inter e intra-estadual que foram fiscalizadas pela ADAGRO.

As GTAs e CIS-E são vistoriadas com a finalidade de se detectar inconformidades as quais são repassadas para os emitentes com vistas a realização das devidas correções.

Não foram descentralizados recursos no ano de 2010 para a execução das atividades deste Plano Interno. O acompanhamento da emissão das GTAs de trânsito interestadual foi determinado pelo Departamento de Saúde Animal – DSA/SDA/MAPA, através do ofício circular nº. 26, de 19 de fevereiro de 2008, para ser executado pela ADAGRO, que ficaria responsável por receber os relatórios semanais dos Médicos Veterinários habilitados e apresentar mensalmente o relatório consolidado ao SISA, o que não ocorreu no exercício de 2010.

O aumento na fiscalização do trânsito intra e interestadual pelos fiscais da ADAGRO têm provocado uma procura maior pelos cursos de habilitação para emissão de GTA pelos Médicos Veterinários privados, o que demonstra que este é um dos serviços mais procurados pelos grandes e pequenos produtores.

Tabela XXXVII - Principais despesas vinculadas à ação 2139

NATUREZA DAS DESPESAS	*PROVISÃO RECEBIDA*	LIQUIDADO	% APLICADA
...	0	0	0
TOTAL PI	**0**	**0**	**0**

Fonte: SIAFI

Tabela XXXVIII - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 2139

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Antonio Felipe da Silva	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
02	Homero Marcos Sampaio	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
03	Luciana Gomes Maciel	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
04	Pedro Paulo M. da Silveira	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
05	José Bezerra Gomes Filho	Médico Veterinário	Chefe do SISA/DDA	SISA/DDA
06	Erivânia Camelo	Médico Veterinário	Gerente Geral da ADAGRO	ADAGRO

Tabela XXXIX- Metas e resultados da ação 2139

AÇÃO	PRODUTO	METAS		*RESULTADOS*	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICO	FINANCEIRO
Vigilância e Fiscalização de Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos	Fiscalização realizada	146.000	-	253.974	-

Tabela XL - Indicadores do desempenho operacional da ação 2139 - Vigilância e Fiscalização de Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos

Programa 0357 – Segurança na Sanidade Agropecuária **Ação 2139 – Vigilância e Fiscalização de Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos**						
Unidade Executora	**Produto**	**Metas**		**Indicadores**		
SISA/DDA	Documentos emitidos	Programadas	Realizadas	Eficiência*[1]	Eficácia*[2]	Efetividade*[3]
		146.000	253.974	-	173,95%	-

*[1]Eficiência: Indicador não trabalhado
*[2]Eficácia: Relação entre o número de GTAs e CISs emitidas e as planejadas para o exercício 2010. Memória de cálculo: (253.974/146.000) x 100 = 107,75%
*[3]Efetividade: Indicador não trabalhado

Resultados

O indicador eficácia (173,95%) mostra grande evolução no controle dos GTAs. O uso da GTA eletrônica por parte da ADAGRO tem melhorado sensivelmente o acompanhamento do trânsito de animais e para o ano de 2011 há previsão do uso da GTA eletrônica pelos Médicos Veterinários do setor privado, principalmente para àqueles que atuam no ramo da avicultura, onde a demanda é grande. Espera-se com isto uma melhora cada vez maior no acompanhamento do trânsito interestadual.

Ação 4842 - Erradicação da Febre Aftosa

09 - Dados Gerais da Ação 4842 - Erradicação da Febre Aftosa

Tipo da ação	97. ATIVIDADE
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias zoossanitária; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento soroepidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Unidades executoras	Superintendências Federais de Agricultura nos Estados -SFAs
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Inspeção e Saúde Animal SISA/DDA
Competências Institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto Nº 7.127, de 4 de março de 2010, publicado no D.O.U em 05 de março de 2010

Resultados

No exercício de 2010, o Estado de Pernambuco manteve a classificação de Risco Médio para Febre Aftosa. Neste particular, a mudança do risco de classificação dos estados que fazem fronteira com o Estado de Pernambuco foi de capital importância para o controle do trânsito interestadual de animais, uma vez que o risco dos estados é o mesmo.

A execução dessa ação é delegada a ADAGRO, mediante a celebração de convênio para tal fim, ficando o SISA/DDA/SFA/PE responsável pelo acompanhamento das atividades. Foram realizadas supervisões nas Unidades Locais de Sanidade Animal e Vegetal – ULSAVs, em regionais e na sede, com análise de documentação, reuniões técnicas, além do acompanhamento *in loco* nas ULSAVs nos municípios e regionais, bem como nas propriedades e barreiras sanitárias.

Para melhor aproveitamento dos recursos, a maioria dessas supervisões/fiscalizações foi realizada concomitantemente com outras ações desenvolvidas pelo SISA.

Convênio: No exercício de 2010 não houve transferência de recursos para Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco – ADAGRO, para continuidade do Convênio n.º SICONV 715486, uma vez que o Termo Aditivo foi aprovado apenas para alteração no cronograma de execução.

Tabela XLI - Principais despesas vinculadas à ação 4842

NATUREZA DAS DESPESAS	PROVISÃO RECEBIDA	LIQUIDADO	% APLICADA
339014	12.996,00	7.828,69	60,24
339030	8.250,00	7.565,41	91,70

339033	8.000,00	6.114,75	76,43
339039	500,00	180,00	36,00
449052	590.000,00	584.204,95	99,02
TOTAL PI	619.746,00	605.893,80	97,76

Fonte: SIAFI

Com relação aos recursos materiais disponibilizados nessa ação, salientamos que no final do ano de 2010 foram liberados recursos, na natureza de despesa 4090-52, para compra de veículos.

Tabela XLII - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 4842

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Luís de Carvalho X. Correia	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
02	Homero Marcos Sampaio	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
03	Luciana Gomes Maciel	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
04	Pedro Paulo M. da Silveira	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
05	Antonio Felipe da Silva	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
06	Lia Treptow Coswig	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SISA/DDA
07	Francisco Leandro Gomes	Motorista	Motorista Oficial	DAD/SFA-PE

A quantidade de FFAs deste Serviço, na especialidade Médico Veterinário, é insuficiente para atender todas as demandas na área animal, principalmente a partir da saída de dois FFAs no ano de 2010, não havendo descontinuidade das ações por dedicação e superação dos fiscais existentes atualmente. Entretanto, faz-se necessário que, no exercício de 2011, o Serviço seja suprido desta lacuna.

Tabela XLIII - Metas e resultados da ação 4842

AÇÃO	PRODUTO	METAS		RESULTADOS	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICO	FINANCEIRO
Erradicação da Febre Aftosa	Área Controlada (km^2)	98.311,616	619.746,00	-	605.893,80

Tabela XLIV - Indicadores do desempenho operacional da ação 4842 - Erradicação da Febre Aftosa

Programa 0357 – Segurança da Sanidade Agropecuária **Ação 4842 - Erradicação da Febre Aftosa**						
Unidade Executora	**Atividades**	**Metas**		**Indicadores**		
SISA/DDA	Área controlada (Km^2)	Programada	Realizada	Eficiência*[1]	Eficácia*[2]	Efetividade*[3]
		98.311,616	-	-	-	-
*[1]Eficiência: Indicador não trabalhado. *[2]Eficácia: Indicador não trabalhado *[3]Efetividade: Indicador não trabalhado.						

Resultados

As atividades referentes ao acompanhamento do PI FEBREAFTOS no exercício de 2010 foram direcionadas às ações para melhorar a classificação de risco do Estado de Pernambuco, que ainda não faz parte da zona livre de Febre Aftosa reconhecida pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Sua classificação como RISCO MÉDIO, obtida no final do ano de 2005, na classificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem ocasionado óbices às pretensões dos criadores do estado de negociarem abertamente seus animais com os estados localizados na área reconhecida como livre da doença.

Os esforços, por parte do governo estadual no sentido de melhorar sua classificação se avolumaram durante todo exercício, houve indiscutivelmente uma melhoria significativa na execução das ações.

A situação sanitária dos estados limítrofes, que ostentam a mesma classificação de RISCO MÉDIO para Febre Aftosa, também apresentou melhoras substanciais.

O Serviço de Inspeção e Saúde Animal acompanhou através de auditorias as atividades desenvolvidas pela Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco - ADAGRO, constatando a estruturação de escritórios e postos fixos de controle de trânsito, treinamento de pessoal técnico, bem como o aprimoramento dos procedimentos de controle e vigilância epidemiológica e a consolidação da taxa de cobertura vacinal contra a enfermidade em níveis superiores a 90%.

Ação 4738 - Erradicação da Mosca da carambola

Não houve liberação de recursos por parte do Departamento de Sanidade Vegetal para Ação 4738 (PI ERRADMOSCA). O Estado de Pernambuco é livre da praga ***Bractocera carambolae***, as atividades de monitoramento são executadas pela ADAGRO nos Portos, Aeroporto, Rodoviária e nas empresas exportadoras de frutas para o mercado americanos e o japonês, por exigência de Acordo Bilateral.

Ação 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos e Insumos

11 - Dados Gerais da Ação **2**180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais oriundas de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional. Certificar a fitossanidade dos produtos nacionais nos processos de exportação.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais, quando das importações e exportações de produtos agrícolas, bem como na análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral da Vigilância Agropecuária Internacional - CGVIGIAGRO/SDA
Coordenador Nacional da Ação	Marcos Valadão
Unidades executoras	Unidades de Vigilância Agropecuária – UVAGROs e SVAs
Áreas(UJ) responsável por gerenciamento ou execução	Serviço de Acompanhamento da Gestão da Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO
Competências Institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto Nº 7.127, de 4 de março de 2010, publicado no D.O.U em 05 de março de 2010

Resultados

Esta ação apresentou um aumento em torno de 7% das atividades na área das exportações no ano 2010, bem diferente do ano anterior em que sofreu uma queda de 10%.

No exercício de 2010 foram gastos R$ 74.909,92 (setenta e quatro mil novecentos e nove reais e noventa e dois centavos) para execução desta ação.

Os recursos foram utilizados principalmente com combustíveis, diárias e passagens aéreas para participação dos Fiscais em cursos, treinamentos e reuniões técnicas e na compra de material permanente. Com relação à natureza de despesa 3390-39 (serviços de terceiros), os recursos solicitados para recuperação e manutenção de veículos utilizados pelas unidades do Vigiagro no Estado de Pernambuco, por motivo da não formalização de pregão eletrônico, em tempo hábil, para contratação de empresa prestadora de serviços de recuperação e manutenção de veículos, por parte da SFA-PE, esses

recursos não puderam ser utilizados no ano de 2010 e, conseqüentemente, tiveram que ser devolvidos a Coordenação Geral do Vigiagro em Brasília.

Tabela XLV - Principais despesas vinculadas à Ação 2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos

NATUREZA DAS DESPESAS	ROVI	LIQUIDADO	APLICADA
339014	19.646,10	18.277,42	93,03
339030	18.400,00	18.369,54	99,83
339033	1.975,34	1.975,34	86,94
339039	8.000,00	**0**	0,0
449052	23.000,00	23.000,00	100
TOTAL	86.596,10	74.904,92	86,50

Fonte: SIAFI

De uma maneira geral, os recursos financeiros disponibilizados para o Plano Interno (PI: FISCAPLANTA2) foram adequados, não tendo havido restrições que limitassem o desenvolvimento das atividades do ponto de vista técnico.

Esperamos que no exercício de 2011, sejam disponibilizados recursos para substituição da frota de veículos que atendem as Unidades do Vigiagro no âmbito da SFA-PE, principalmente, aquelas que são mais distantes da SFA-PE, tais como, a Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Suape e a Unidade de Vigilância Agropecuária de Petrolina.

Apesar da grande melhora nos equipamentos de informática das Unidades, precisamos completar esta renovação no sentido de suprir todas as necessidades das Unidades de Vigilância Agropecuária e, principalmente, dotar todas as unidades com banda larga de internet, ferramenta indispensável para anuências no Siscomex, o que proporcionará uma melhoria na execução dos trabalhos e um ambiente de trabalho mais adequado para os fiscais desenvolverem suas atividades.

Tabela XLVI - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 2180

Nº	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Carlos Augusto M. Pereira	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Petrolina
02	Elias Lopes da Silva	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Petrolina
03	Francisco das C. S. Filho	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Petrolina
04	Joana Angélica de S. Lima	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Petrolina
05	Milton Ferreira de Lacerda	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Petrolina
06	Rosivaldo A. B. da Silva	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Petrolina
07	Carlos Eduardo L. S. Pires	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
08	José Alberto C. M. de Souza	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
09	Maria de Fátima A. e Lemos	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
10	Sérgio Oliveira Farias	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
11	Tereza Cecília S. Almeida	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
12	Pedro Rodolfo Filho	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
13	Mário Jesuíno de M. Araújo	Nível Médio	Motorista Oficial	SVA Aeroporto
14	Neyde R. de Oliveira	Nível Médio	Agente Administrativo	SVA Aeroporto
15	José Carlos C. Silva	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Recife
16	José Erivaldo S. de Almeida	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Recife
17	Gilson A. de Oliveira	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Recife
18	Emanuel Andrade Silva	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Recife
19	Nivaldo Galdino Pereira	Nível Médio	Agente Administrativo	UVAGRO Porto Recife
20	Maria José Fidelis	Nível Médio	Agente Administrativo	UVAGRO Porto Recife
21	Severino Gonçalves da Silva	Nível Médio	Agente Administrativo	UVAGRO Porto Recife
22	Ivan de Oliveira	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Suape
23	Napoleão G. da Fonseca	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Suape
24	Mário Dias da costa	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Suape
25	Antonio Moreira da Silva	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Suape

Os recursos humanos utilizados para execução dessa ação são insuficientes, a deficiência de pessoal é geral, visto que o número de Fiscais Federais Agropecuários, Técnicos de Nível Médio e Administrativos é insuficiente para a execução das ações de competência do MAPA.

Há necessidade de localizar mais FFAs nas diversas unidades do Vigiagro na SFA-PE, principalmente na especialidade Engenheiro Agrônomo.

A Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto Recife necessita de pelo menos um FFA, especialidade Eng.º Agrônomo, para compor a equipe, uma vez que, sob a responsabilidade dessa unidade se encontra um Porto Seco (EADI), que a cada dia aumenta a demanda requerida.

Assim, para a Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Suape, é necessário pelo menos dois FFAs, na especialidade Engenheiro Agrônomo, para que esta unidade possa atender plenamente as demandas provenientes da aplicação da Norma Internacional Fitossanitária n.º 15 (NINF 15), que trata da fiscalização da madeira, embalagens e suportes de madeira de qualquer produto internalizado por esta unidade.

A tendência é que a situação fique difícil em termos de recursos humanos, pois as equipes de Fiscais das Unidades são compostas, em sua maioria, por servidores em final de carreira, sendo que muitos já se encontram aptos à aposentadoria, aguardando apenas a aprovação do subsídio para efetivarem a aposentadoria.

Tabela XLVII - Metas e resultados da ação 2180

AÇÃO	PRODUTO	METAS		*ULTADOS*	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICO	FINANCEIRO
Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais e seus produtos	Partida Inspecionada	7.469	86.596,10	9.459	74.904,92

Tabela XLVIII - Indicadores do desempenho da ação 2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos

Programa 0375 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários **Ação 2180 – Vigilância e Fiscalização no Trânsito de Vegetais e seus Produtos**						
Unidade Executora	**Atividades**	**Metas**		**Indicadores**		
VIGIAGRO/DDA	Partidas Inspecionadas	Programadas	Realizadas	Eficiência*[1]	Eficácia*[2]	3 Efetivi
		7.469	9.459	-	126,6%	-

*[1]Eficiência: indicador não trabalhado.
*[2]Eficácia: Relação entre as fiscalizações executadas e as programadas durante o ano.Memória de cálculo: (N. partidas inspecionadas / N. partidas programadas p/serem inspecionadas) X 100 = (9.459 / 7.469) X 100= 126,6%
*[3]Efetividade: indicador não trabalhado.

Resultados

Os indicadores de eficiência e efetividade, nessa ação, não podem ser mensurados, pois não há meio de se medir financeiramente uma partida, e não há parâmetros para se efetuar comparações entre as partidas inspecionadas em um ano com partidas inspecionadas em ano anterior.

O desempenho dessa ação é expresso baseado em número de "partidas inspecionadas", de acordo com a legislação nacional vigente. Cada ação fiscal desenvolvida é considerada uma partida.

No exercício de 2010 essa ação atingiu uma eficácia de 126,6% das metas físicas inicialmente previstas, ou seja, um ótimo resultado acima do planejado.

2.3.2.12 Ação: 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e Seus Produtos e Insumos

12 - Dados Gerais da Ação 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e Seus Produtos

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada e disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, objetivando evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como, inspecionar a qualidade dos produtos pecuários no trânsito internacional. Certificar a zoossanidade dos produtos nacionais nos processos de exportação.
Descrição	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral da Vigilância Agropecuária Internacional - CGVIGIAGRO/DAS
Coordenador nacional da ação	Marcos Valadão
Unidade executora	Unidades de Vigilância Agropecuária - UVAGROs/SFA/PE
Área (UJ) responsável por gerenciamento ou execução	Serviço de Acompanhamento da Gestão da Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO
Competências Institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto Nº 7.127, de 4 de março de 2010, publicado no D.O.U em 05 de março de 2010

Resultados

As principais atividades dentro dessa ação visam o cumprimento da legislação Zoossanitária, relacionada à documentação, e a inspeção dos animais e seus respectivos produtos, quando do comércio internacional.

O desenvolvimento dessas atividades contribui para a diminuição dos riscos de entrada no país de doenças que podem causar sérios danos a economia e à agropecuária nacional e, conseqüentemente, a perda de competitividade dos produtos agropecuários no mercado internacional.

O volume dos trabalhos relacionados a esta ação também está diretamente influenciado pela demanda externa.

Por sua vez, tal demanda oscila conforme o volume de produtos animais importados e exportados, fluxo de passageiros, ora portando animais de estimação, ora trazendo em suas bagagens produtos de origem animal em desacordo com a legislação brasileira.

Tabela XLIX - Despesas vinculadas à Ação 2181- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos

NATUREZA DAS DESPESAS		LIQUIDADO	APLICADA
339014	2.100,00	1.521,38	72,45
339030	12.200,00	12.154,02	99,62
339039	3.093,51	93,51	3,02
449052	87.000,00	0	0,0
TOTAL	106.893,51	14.343,84	13,42

Fonte: SIAFI

Os recursos financeiros disponibilizados para essa ação, de um modo geral foram adequados, não tendo havido grandes restrições que limitassem o desenvolvimento das atividades do ponto de vista técnico.

Os recursos descentralizados na natureza de despesa 4490-52, relativos à compra de materiais permanentes, não foi utilizado devido problemas de formalização do pregão eletrônico, devido ao tempo que o processo ficou em análise na Consultoria Jurídica da União - CJU e atendimento das recomendações por parte da administração da SFA-PE.

No exercício de 2010, houve carência, principalmente no SVA Aeroporto e nas UVAGROs Porto do Recife e Porto de SUAPE, de pelo menos mais um veículo para cada unidade.

Há necessidade urgente de implantação de banda larga nas unidades para que viabilizem as anuências de exportação e importação via Siscomex.

Tabela L - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 2181

Nº	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	José Marinho Mendes	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Petrolina
03	Francisco Flávio Matias	Nível Médio	Agente de Inspeção	UVAGRO Petrolina
04	Maria de L. X. de Farias	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
05	Marineuza V. dos Santos	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
06	Marcos Antonio C. Barros	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
07	Robério Silveira de Siqueira	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
08	João Duque Filho	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
09	José Rodrigues da Gama	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
10	Romero Antonio M. Cintra	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SVA Aeroporto
11	Mário Jesuíno de M. Araújo	Nível Médio	Motorista Oficial	SVA Aeroporto
12	Neyde R. de Oliveira	Nível Médio	Agente Administrativo	SVA Aeroporto
13	João Lopes Filho	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Recife
14	Leonardo Pereira Alves	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Recife
15	Maria Isabel de S. Correia	Medica Veterinária	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Recife
16	Guido F. Lins de Castro	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Recife
17	Adair Bernardes da Silva	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Recife
18	Maria Lúcia Brito	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Recife
19	Ricardo Freire Emery	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Recife
20	Nelton Maunel da Silva	Nível Médio	Agente Administrativo	UVAGRO Porto Recife
21	Severino Gonçalves da Silva	Nível Médio	Agente Administrativo	UVAGRO Porto Recife
22	Nivaldo Galdino Pereira	Nível Médio	Agente Administrativo	UVAGRO Porto Recife
23	Maria José Fidelis	Nível Médio	Agente Administrativo	UVAGRO Porto Recife
24	Maurício da Silva Gomes	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Suape
25	José Irajá da Mata Silva	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Suape
26	Carlúcio A. B. de Menezes	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Suape
27	Antonio P. de M. Neto	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Suape
28	Natanael Emery Lopes	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO Porto Suape

Tabela LI - Metas e resultados da ação 2181

AÇÃO	PRODUTO	METAS		RESULTADOS	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICO	FINANCEIRO
Vigilância e Fiscalização do trânsito internacional de animais e seus produtos	Partida Inspecionada	4.138	106.893,51	4.758	14.343,84

Tabela LII - Indicadores do desempenho da ação 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos

Programa 0375 – Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários **Ação 2180 – Vigilância e Fiscalização no Trânsito de Vegetais e seus Produtos**						
Unidade Executora	**Atividades**	**Metas**		**Indicadores**		
		Programadas	Realizadas	Eficiência*[1]	Eficácia*[2]	Efetividade
VIGIAGRO/DT/SFA	Partidas Inspecionadas	4.138	4.758	-	97,58%	-

*[1]Eficiência: indicador não trabalhado.

*[2]Eficácia: Relação entre as fiscalizações executadas e as programadas durante o ano. Memória de cálculo: (N.º partidas inspecionadas / N.º partidas programadas p/serem inspecionadas) X 100 = (4.758 / 4.138) X 100= 114,98%

*[3]Efetividade: indicador não trabalhado.

Resultados

Nessa ação não puderam ser mensurados os indicadores de eficiência e efetividade, pois não existem meios de medir financeiramente uma partida.

Da mesma forma, como não há parâmetros para se efetuar comparações entre as partidas inspecionadas nos diversos exercícios.

O desempenho dessa ação, expresso em número de "partidas inspecionadas" de acordo com a legislação nacional vigente, atingiu uma eficácia de 114,98% das metas físicas previstas, resultado que pode ser considerado excelente.

2.3.2.13 Ação 2124 – Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal

13 - Dados Gerais da Ação 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal.
Descrição	Registro e fiscalização de conformidade dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de ingredientes, rações, concentrados e suplementos; registro dos rótulos dos produtos; fiscalização da conformidade dos mediante realização de análises fiscais; realização de diagnósticos dos componentes utilizados nas formulações de alimentos para bovinos de leite e corte sob o regime de confinamento; capacitação dos fiscais federais agropecuário em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC e auditoria; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Coordenador nacional da ação	Fernanda Marcussi Tucci
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP/DAS
Unidades executoras	Superintendências Federais de Agricultura – SFAs
Áreas(UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG/DDA
Competências Institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto Nº 7.127, de 4 de março de 2010, publicado no D.O.U em 05 de março de 2010

Resultados

A Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal consiste da execução dos processos de: 1) registro de estabelecimento que produza, fabrique, manipule, fracione, importe e comercialize insumos destinados à alimentação animal; 2) registro de substâncias ou mistura de substâncias, elaboradas, semi-elaboradas ou brutas que se empregam na alimentação animal (ingredientes, rações, concentrados, suplementos e aditivos); e 3) fiscalização (quantitativa e qualitativa) da produção, comercialização e utilização dos insumos registrados.

Acrescenta-se a esses esforços a realização e participação em reuniões técnicas e treinamentos em serviços, com vistas à normatização e ao aprimoramento desses processos. O processo de fiscalização é executado pelo Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG das Superintendências Federais de Agricultura do MAPA situadas nas Unidades da Federação em colaboração e sob a Coordenação do CPAA/DFIP, vinculados à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Tabela LIII - Principais despesas vinculadas à Ação 2124 - Fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal

NATUREZA DAS DESPESAS	PROVISÃO RECEBIDA	LIQUIDADO	% APLICADA
339014	33.834,81	30.406,51	89,87
339030	4.900,00	3.620,42	73,89
339033	1.176,00	899,31	76,47
339039	1.050,00	93,51	8,91
449052	0,00	0,00	-
TOTAL	40.960,61	35.019,75	85,50

Fonte: SIAFI

Os recursos financeiros disponibilizados para a atividade foram aplicados, atingindo-se o percentual de 85,50 %.

Tabela LIV - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 2124

Nº	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Petrônio Corrêa Sodré	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
02	Jorge F. Eloi da Hora	Zootecnista	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
03	José de Ribamar D. Ramos	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
04	Ricardo Pimentel Ramalho	Zootecnista	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
05	Jurivaldo Alves de Souza	Técnico Agrícola	Agente de Ativ. Agropecuárias.	SEFAG/DDA

De janeiro a dezembro de 2010 esta ação contou com quatro Fiscais Federais Agropecuários, dos quais três com dedicação exclusiva ao PI, um com 50% e um Agente de Atividade Agropecuária para a execução das atividades de apoio.

Tabela LV - Metas e resultados da ação 2124

AÇÃO	PRODUTO	METAS		RESULTADOS	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICO	FINANCEIRO
Fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal	Fiscalização realizada	120	40.960.61	118	35.019,75

Fonte: SIPLAN/SIAFI/SEFAG-PE

A informação referente ao resultado físico desta ação, com a previsão de 120 fiscalizações a serem realizadas, foi feita com base na quantidade de produtores registrados no MAPA, à época, da programação, para o Estado de Pernambuco, no período de março a dezembro prevendo-se duas fiscalizações por produtor/ano. O foco dos trabalhos foram, por orientação do Órgão Central em Brasília (DFIP/SDA/MAPA), as indústrias com ênfase nas Boas Práticas de Fabricação (BPF), coletas de amostras para análises fiscais e a fiscalização propriamente dita, ficando as casas comerciais em segundo plano.

O foco das fiscalizações é o fabricante, enquanto as visitas aos comerciantes oferecem subsídios para novas fiscalizações em nível de produtor além de detectar empresas clandestinas.

Das 120 fiscalizações programadas foram efetivadas 118 sendo 111 para estabelecimentos produtores e 7 para casas comerciais.

O percentual de cumprimento das metas foi de 92,5 % (considerando o previsto para as indústrias).

O grande volume de trabalho decorrente de um número cada vez maior de solicitações de registros de produtos e os decorrentes de mudança na legislação concorreram para a não realização de um significativo número de fiscalizações em casas comerciais.

A eficiência de 35,31 % em relação ao ano anterior pode ser atribuída ao aumento do valor pago por diária em deslocamento de técnico e auxiliar de fiscalização, aumentando assim, o valor aplicado por viagem de fiscalização bem como pelo citado na Nota 2 do Quadro 44 abaixo.

Tabela LVI Indicadores do desempenho da ação 2124- Fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal - 2010

Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
Ação 2124 -Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal

Unidade Executora	Atividades	Metas		Indicadores		
		Programadas	Realizadas	Eficiência*[1]	Eficácia*[2]	Efetividade
SEFAG/DDA	Fiscalização	120	111	35,31	92,5	73,10
SEFAG/DDA	Coleta de amostra	141	131			

*[1]Eficiência: Relação entre os custos unitários de fiscalizações realizadas no ano 2009 e 2010.
Memória de cálculo: R$ 111,41 (custo direto unitário do ano anterior) / R$ 315,49 (custo direto unitário do ano corrente 2010) * 100 = 35,31%
*[2]Eficácia: Relação entre as fiscalizações executadas e as programadas durante o ano.
*[3]Efetividade: Índice de conformidade dos insumos agropecuários ofertados ao mercado (Total de amostras dentro do padrão/ total de amostras fiscalizadas) x 100

Nota 1: O cálculo acima levou em conta tão somente as fiscalizações nos estabelecimentos fabricantes (Indústrias)
Nota 2: O baixo custo das fiscalizações do ano de 2009 deveu-se ao grande número de fiscalizações de casas comerciais realizadas.
Nota 3: Foram programadas 141 coletas de amostras, realizadas 131 das quais 87 amostras foram aprovadas e 32 reprovadas o que perfaz 119 analisadas das 131 colhidas. Doze (12) amostras colhidas não foram analisadas pelo Laboratório de Referência do MAPA (LANAGRO/PE) por estar em reforma no Setor de Microbiologia.

Resultados

Dentro dessa ação, que tem como objetivo principal assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal, avaliando os resultados dentro dos parâmetros preconizados no SIPLAN, pode-se afirmar que os objetivos foram alcançados.

O resultado para Efetividade poderia ter sido melhor se não tivesse havido a reforma no laboratório de referência.

Ação 2019 – Fiscalização de Material Genético Animal

14 - Dados Gerais da Ação 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal - 2010

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.
Descrição	Realização das atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal, e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializam ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade; encaminhar, para laboratórios oficiais, amostras coletadas de produtos terminados para análise fiscal de conformidade e, posteriormente, emitir os respectivos pareceres técnicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP/SDA
Coordenador Nacional da Ação	Beronete Barros de Freitas Araújo
Unidades Executoras	Superintendências Federais de Agricultura - SFAs
Áreas (UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG/DDA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto Nº 7.127, de 4 de março de 2010, publicado no D.O.U em 05 de março de 2010

Resultados

A Fiscalização de Material Genético Animal consiste da execução dos processos de:

1) registro de estabelecimento que multiplique, manipule e comercie material genético animal; e

2) fiscalização (quantitativa e qualitativa) da produção, comercialização e utilização de material genético animal.

O processo de fiscalização é executado pelo SEFAG/SFA/PE situados nas Unidades da Federação em colaboração e sob a Chefia da Divisão de Material Genético/DFIP, vinculados à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Acrescente-se a esses esforços a realização e participação em reuniões técnicas e treinamentos em serviços, com vistas à normatização e ao aprimoramento desses processos.

Tabela LVII - Principais despesas vinculadas à Ação 2019

NATUREZA DAS DESPESAS	*PROVISÃO RECEBIDA*	LIQUIDADO	% APLICADA
339014	12.045,80	11.757,58	97,61
339030	1.030,00	950,66	92,30
339033	3.500,00	2.409,05	68,83

TOTAL	**2.3.2** 16.575,80	15.117,29	91,20

Fonte: SIAFI

Os recursos financeiros disponibilizados para a atividade atingiram o percentual de 91,20%, de forma que não houve uma restrição financeira ao cumprimento das metas estabelecidas.

Tabela LVIII - Recursos Humanos e Materiais envolvidos com a execução da Ação 2019

N.	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Eleonora de Figueiredo Moraes	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
02	José de Ribamar Duarte Ramos	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
03	Jurivaldo Alves de Souza	Técnico Agrícola	Agente de Ativ. Agropec.	SEFAG/DDA

Esta ação contou com dois Fiscais Federais Agropecuários (FFAs) e um Agente de Atividades Agropecuárias para a execução das atividades, todos lotados na sede, e apenas um FFA com dedicação exclusiva ao PI FISCGENE e responsável por dar andamento aos processos e demandas cartoriais.

Convém ressaltar que o FFA que atua parcialmente no PI, atende também a outros PIs do programa, o que permite que o mesmo trabalhe no PI FISCGENE apenas para serviços externos (fiscalizações).

No segundo semestre, em razão de um problema de saúde, a FFA com dedicação exclusiva ao PI passou um período de licença médica, o que ocasionou um acúmulo de serviço cartorial.

Espera-se que no ano de 2011 possamos ter a disponibilização de FFAs para o Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG, para atender a área material genético animal, uma vez que a FFA responsável pelo PI FISCGENE entrará em licença maternidade a partir de março.

Tabela LIX - Metas e resultados da Ação 2019

AÇÃO	PRODUTO	METAS		2.3.2.14.1.1.1.1	
Fiscalização de Material Genético Animal	Fiscalização realizada	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICO	FINANCEIRO
		32	16.575,80	33	15.117,29

Fonte: SIAFI 2010

A informação referente ao resultado físico desta ação, com a previsão de 32 fiscalizações a serem realizadas, foi feita com base na quantidade de Estabelecimentos Avícolas de Reprodução, Estabelecimentos de Criação e Alojamento de Ratitas, Central de Coleta e Processamento de Sêmen/ Embriões de Caprinos e Ovinos e Estabelecimentos Comerciais de Material de Multiplicação Animal registrados à época da programação no Estado de Pernambuco.

Além disso, foram realizadas vistorias de Estabelecimentos Avícolas de Reprodução para registro inicial ou adequação de registro à Instrução Normativa nº 56 de 04 de dezembro de 2007.

Tabela LX - Indicadores do desempenho da ação 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal

Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários Ação 2019- Fiscalização de Material Genético Animal						
Unidade Executora	**Atividades**	**Metas**		**Indicadores**		
SEFAG/DDA	Fiscalização realizada	Programadas	Realizadas	Eficiência*[1]	Eficácia*[2]	Efetividade*[3]
		32	33	73,10%	103,12	-

*[1] Eficiência: Relação entre os custos unitários de fiscalizações realizadas no ano 2009 e 2010. Memória de cálculo: R$ 334,87 (custo direto unitário do ano anterior 2009) / R$ 458,09 (custo direto unitário do ano corrente 2010) * 100 = R$ 73,10%.

*[2] Eficácia: Relação entre as fiscalizações executadas e as programadas durante o ano.

*[3] Efetividade: indicador não trabalhado

Resultados

Foram realizadas 33 fiscalizações no ano de 2010 atingindo assim o percentual de 103,12% da meta prevista.

O valor ficou acima do programado em virtude do surgimento de novos processos de registro inicial ou adequação de registro à Instrução Normativa nº 56, de 04 de dezembro de 2007, tornando necessária a realização de vistorias.

Deve-se levar em consideração, quando da análise do custo unitário da fiscalização do PI que o mesmo torna-se elevado, comparado com outros PIs do Programa, em virtude da necessidade do **"vazio sanitário"** para garantir a biossegurança dos estabelecimentos avícolas de reprodução fiscalizados.

Este fator limita o número de fiscalizações a serem realizadas por deslocamento. Além disso, a maior demanda de fiscalização/vistoria neste ano correspondeu aos Estabelecimentos Avícolas de Reprodução o que exigiu o período de vazio sanitário, conforme legislação vigente.

Ação: 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

15 - Dados Gerais da Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Registro, fiscalização e inspeção de empresas industriais e comerciais de produtos de uso veterinário localizadas no País e no exterior e controle da importação de produtos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Produtos Veterinários - CPV/DAS
Coordenador nacional da ação	Marcus Vinicius de S. Leandro Júnior
Unidades executoras	Superintendências Federais de Agricultura – SFAs
Área (UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG/DDA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto Nº 7.127, de 4 de março de 2010, publicado no D.O.U em 05 de março de 2010

Resultados

A esta ação compete fiscalizar e registrar, conforme normas específicas e após parecer conclusivo, empresas que fabriquem, fracionem, envasem, rotulem, controlem a qualidade, comercializem, armazenem, distribuam, importem ou exportem produtos de uso veterinário para si ou para terceiros.

Também compete a esta ação supervisionar a fiscalização do comércio de produtos de uso veterinário, atividade delegada à Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco - ADAGRO, além de participar de reuniões técnicas e treinamentos em serviço, visando à padronização e o aperfeiçoamento de ações.

Tabela LXI - Principais despesas vinculadas à Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

NATUREZA DAS DESPESAS	*PROVISÃO RECEBIDA*	LIQUIDADO	(%) APLICADA
339014	15.400,00	8.835,44	57,37
339030	2.400,00	373,03	15,54
339033	2.900,00	419,23	14,46
339039	1.793,51	93,51	5,21
TOTAL	22.493,51	9.721,21	43,22

Fonte: SIAFI

Os recursos financeiros disponibilizados foram suficientes para o cumprimento das metas desta ação, porém, no exercício de 2010, a equipe do SEFAG/PE se desdobrou para que alcançasse seus objetivos quantitativos de fiscalização, dentro deste Plano Interno.

Tabela LXII - Recursos Humanos envolvidos com a execução da Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Carlos Nepoziano da Silva	Médico Veterinário	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA

Pode-se considerar que esta ação na SFA-PE, no momento, não dispõe de uma equipe satisfatória para o desenvolvimento de suas atividades de acordo com a demanda existente no Estado.

Tabela LXIII - Metas e resultados da Ação 2140

AÇÃO	PRODUTO	METAS		RESULTADOS	
Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário	Fiscalização realizada	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICO	FINANCEIRO
		98	22.493,51	123	9.721,21

Fonte: SIAFI

Tabela LXIV - Indicadores do desempenho da ação 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
Ação 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Unidade Executora	Atividades	Metas		Indicadores		
SEFAG/DDA	Fiscalização realizada	Programadas	Realizadas	Eficiência*[1]	Eficácia*[2]	Efetividade*[3]
		98	123	-	125,51	-

*[1]Eficiência: Indicador não trabalhado
*[2]Eficácia: Relação entre as fiscalizações executadas e as programadas durante o ano. Memória de cálculo: (107/ 102) X 100.
*[3]Efetividade: Indicador não trabalhado

Resultados

Analisando o cumprimento das metas e o percentual de 125,51% do indicador de eficácia, pode-se afirmar que o desempenho dessa ação foi um sucesso, superando as metas previstas. Grande parte desse sucesso deve-se ao empenho e esmero dos FFAs para realização dos objetivos propostos no ano de 2010.

Com relação à aplicação dos recursos disponibilizados houve um cancelamento de treinamento após os recursos já estarem descentralizados para a SFA-PE.

2.3.2.15 Ação 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudas

16 - Dados Gerais da Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudas

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição	Registro, fiscalização e inspeção da produção e da comercialização de sementes e mudas; análise laboratorial de amostras coletadas para verificação de atendimento aos padrões estabelecidos; e certificação da produção de sementes e mudas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Sementes e Mudas -CSM/DFIA/SDA
Coordenador nacional da ação	José Neumar Francelino

Unidades executoras	Superintendências Federais de Agricultura – SFAs
Área (UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG/DDA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto Nº 7.127, de 4 de março de 2010, publicado no D.O.U em 05 de março de 2010

Resultados

A Fiscalização de Sementes e Mudas consiste da execução dos processos de: a) inscrição de produtor, beneficiador, reembalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas, credenciamento de certificador de produção própria, amostrador, e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENASEM; b) fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas.

Além da execução destas atividades acrescente-se a realização e participação em reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.

O processo de fiscalização é executado pelo Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG das Superintendências Federais de Agricultura do MAPA situadas nas Unidades da Federação em colaboração e sob a Coordenação da CSM/DFIA, vinculados à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O registro de comerciantes e a fiscalização do comércio interno são legalmente atribuídos ao Estado através da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária - ADAGRO.

Tabela LXV - Principais despesas vinculadas à Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudas

NATUREZA DAS DESPESAS	RECEBIDO	LIQUIDADO	(%) APLICADO
339014	75.065,50	74.405,30	99,13
339030	7.348,00	7.063,01	96,12
339033	23.152,00	16.219,34	70,06
339039	2.689,04	2.522,06	93,79
449052	106.500,00	100.000,00	93,90
TOTAL	214.754,54	200.209,71	93,23

Fonte: SIAFI

Os recursos financeiros disponibilizados para a atividade foram aplicados, atingindo um percentual de 93,23%, de forma que não houve uma restrição financeira ao cumprimento das metas estabelecidas.

Tabela LXVI - Recursos Humanos envolvidos com a execução da Ação 2179

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Cláudio José Calábria	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
02	Carlos Augusto M. Pereira	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO/Petrolina
03	Joana Angélica S. Lima	Eng. Agrônoma	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO/Petrolina
04	Ademir Santana da Costa	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UTRA/Caruaru
05	José David Lins de Araújo	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
06	Michelle J. de Oliveira	Eng. Agrônoma	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
07	Severino Pereira Falcão	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
08	Antônio R. de Lima	Técnico Agrícola	Agente de Ativ. Agropec.	SEFAG/SFA-PE
09	Severino G. Ferraz Filho	Técnico Agrícola	Agente de Ativ. Agropec.	SEFAG/SFA-PE

Os recursos humanos envolvidos nesta ação foram suficientes, porém, a partir de agosto a equipe ficou desfalcada de 01 FFA (licença maternidade) o mesmo ocorrendo em outubro com outra FFA o que pode ter contribuído para um atingimento de meta aquém do programado.

Convém ressaltar que os FFAs lotados na Unidade Técnica Regional de Caruaru - UTRA/Caruaru e na Unidade de Vigilância Agropecuária de Petrolina - UVAGRO/Petrolina, além das atividades relativas ao PI FISCALSEM1, desempenham atividades inerentes às suas unidades de trabalho, atendendo as demandas solicitadas pelos demais Serviços da SFA/PE, participando também do Programa de Exportação de Frutas no Vale do São Francisco..

Espera-se que no ano de 2011 possamos ter a disponibilização de FFAs para o Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG, principalmente para atender a área de sementes e mudas, uma vez que 01 dos nossos FFA irá se aposentar.

Com relação aos recursos materiais do Serviço pode-se afirmar que, atualmente, as condições são boas e que toda nossa infraestrutura de mobiliário e equipamentos de informática foram suficientes para o cumprimento das metas.

Tabela LXVII - Metas e resultados da Ação 2179

AÇÃO	PRODUTO	METAS		RESULTADOS	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICO	FINANCEIRO
Fiscalização de Sementes e Mudas	Fiscalização realizada	374	214.754,54	445	200.209,71

Fonte: SIAFI

As informações contidas na tabela acima se referem ao resultado físico da ação Fiscalização de Sementes e Mudas no exercício 2010, com a previsão inicial de 374 fiscalizações a serem realizadas, baseadas na quantidade de produtores registrados no RENASEM e de acordo com a demanda de inscrição de campos para produção de sementes e a inscrição de viveiros solicitadas pelos produtores à época da programação para o estado de Pernambuco, prevendo-se duas fiscalizações/produtor/ano.

Tabela LXVIII - Indicadores do desempenho da ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudas

Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudas

Unidade Executora	Atividades	Metas		Indicadores		
		Programadas	Realizadas	Eficiência*[1]	Eficácia*[2]	Efetividade*[3]
SEFAG/DDA	Fiscalização realizada	374	445	74,96%	118,98%	82,45%

*[1]Eficiência: Relação entre os custos unitários de fiscalizações realizadas no ano 2009 e 2010.
Memória de cálculo: R$ 168,82 (custo direto unitário do ano anterior) / R$ 225,19 (custo direto unitário do ano corrente 2010) * 100 = 74,96% (Obs: os recursos no valor de R$ 100.000,00 não foram computados).
*[2]Eficácia: Relação entre as fiscalizações executadas e as programadas durante o ano.
*[3]Efetividade: Taxa de conformidade de material de multiplicação vegetal (sementes e mudas) de acordo com os padrões estabelecidos = (total de amostras dentro do padrão / total de amostras analisadas) x 100 : (47/57*100) = 82,45%

Resultados

Na execução das atividades relativas a sementes e mudas no Estado de Pernambuco, alguns problemas foram detectados:

a) ainda persistem as dificuldades na aplicação da nova legislação de sementes e de mudas, por parte dos produtores, uma vez que os mesmos vêm encontrando dificuldades para compreender e atender as exigências da legislação, com conseqüente aumento da freqüência de solicitações das orientações dos FFAs, e das correções das exigências previstas na lei, acarretando demora no andamento dos processos, principalmente com as solicitações dos novos inscritos;

b) "demora ou ausência" de resposta às consultas ao Órgão Central, sobre as dúvidas na aplicação da legislação de sementes e mudas, dado que esta legislação é bastante complexa;

c) freqüentes interrupções ocasionadas por problemas na rede de computadores e nos sistemas de informação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Mesmo com esses entraves, podemos dizer que as metas foram cumpridas com desempenho satisfatório, bastando analisar os indicadores: eficiência 74,96%, eficácia 118,98% e efetividade 82,45%.

2.3.2.16 Ação 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

17 - Dados Gerais da Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	Registro e certificação de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e Inoculantes; inspeção e fiscalização sobre a produção e a comercialização dos insumos básicos; realização de reuniões técnicas, cursos e estágios e treinamentos em serviço para capacitação de fiscais; elaboração e revisão de normas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; e realização de auditorias técnicas e operacionais nas unidades descentralizadas, para avaliação da atividade de fiscalização.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - CFIC/DFIA/DAS
Coordenador nacional da ação	Hideraldo Jose Coelho
Unidades executoras	SFA-PE
Áreas (UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG/DDA
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto Nº 7.127, de 4 de março de 2010, publicado no D.O.U em 05 de março de 2010

Resultados

As ações da fiscalização de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes consistem no registro de estabelecimentos produtores, importadores e exportadores, bem como no registro de seus produtos, e da fiscalização dos estabelecimentos supracitados, além dos estabelecimentos comerciais, e da fiscalização dos produtos, através da coleta de amostras.

Todas estas ações têm como meta melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes colocados à disposição dos produtores rurais. O registro dos estabelecimentos comerciais atualmente é feito pela ADAGRO.

Tabela LXIX - Principais despesas vinculadas à Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

NATUREZA DAS DESPESAS	*PROVISÃO RECEBIDA*	LIQUIDADO	(%) APLICADO
339014	77.335,87	77.335,87	100
339030	16.435,00	16.334,61	99,39
339033	16.400,00	14.854,26	90,57
339039	1.318,13	1.152,14	87,41
339093	5.000,00	4.942,91	98,86
449052	25.203,00	20.000,00	79,36
TOTAL	141.692,00	134.619,79	95,01

Fonte: SIAFI

Como se pode verificar no quadro acima, os recursos disponibilizados para os diferentes elementos de despesa foram suficientes para o cumprimento das metas de fiscalização estabelecidas no Plano Operativo, bem como para a aquisição do material permanente solicitado e para a execução dos serviços de terceiros, alcançando-se um percentual de 95,01% de aplicação.

Tabela LXX - Recursos Humanos envolvidos com a execução da Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Jorge Alexandre Mezzomo	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
02	Antônio F. de Sobral	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA

03	José Lourenço de S. Filho	Químico	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
04	Cláudio José Calábria	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
05	Carlos Augusto M. Pereira	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UVAGRO/Petrolina
06	Ademir Santana da Costa	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UTRA/Caruaru
07	Jaime Barreto Filho	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	UTRA/Caruaru
08	Antônio Rodrigues de Lima	Técn. Agrícola	Agente de Ativ. Agropec.	SEFAG/SFA-PE
09	Severino G. Ferraz Filho	Téc. Agrícola	Agente de Ativ. Agropec.	SEFAG/SFA-PE

Os recursos humanos envolvidos na ação são insuficientes para atender todas as demandas do serviço, em função das atividades burocráticas e de fiscalização no campo.

Na sede conta-se com três fiscais diretamente envolvidos com esta ação. Os demais técnicos participam eventualmente, uma vez que também estão envolvidos com outras atividades do Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários.

Os recursos materiais disponíveis para utilização na atividade são insuficientes no que diz respeito a computadores e impressoras portáteis para uso nas fiscalizações efetuadas nas empresas, bem como de material gráfico, tais como formulários e etiquetas adesivas, valendo-se ressaltar que foram descentralizados recursos para suprimento desta deficiência, mas não foi possível utilizá-los por erro de digitação do responsável pela inclusão destes itens por ocasião da realização do pregão eletrônico. Espera-se contar novamente com estes recursos e adquirirmos os respectivos equipamentos.

Registram-se as dificuldades na execução da ação, por conta de problemas com os sistemas de informações coorporativos do MAPA, especialmente SIPE e SICAR, que são muito lentos e ultrapassados, e, também, com a rede de computadores.

Tabela LXXI - Metas e resultados da Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

AÇÃO	PRODUTO	METAS		RESULTADOS	
Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	Fiscalização realizada	FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICO	FINANCEIRO
		900	141.692,00	683	134.619,79

Fonte: SIPLAN/SIAFI

Tabela LXXII - Desempenho operacional da Ação 2141-Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários Ação 2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes						
Unidade Executora	Atividades	Metas		Indicadores		
SEFAG/SFA	Fiscalização realizada	Programadas	Realizadas	Eficiência*[1]	Eficácia*[2]	Efetividade*[3]
		900	683	50,07%	75,88%	000

*[1]Eficiência: Relação entre os custos unitários de fiscalizações realizadas no ano 2009 e 2010.
Memória de cálculo: R$ 80,40 (custo direto unitário do ano anterior)/R$ 160,58 (custo direto unitário do ano corrente 2010) * 100 = 50,07 (Obs: não foram computados R$ 24.942,91)
*[2]Eficácia: Relação entre as fiscalizações executadas e as programadas durante o ano.
*[3]Efetividade: Índice de Conformidade dos Insumos Ofertados ao Mercado (Total de amostras dentro do padrão/total de amostras fiscalizadas) x 100. (000/000 x 100)

Resultados

Pela análise dos indicadores de desempenho operacional pode-se afirmar que as metas alcançadas nessa ação foram bastante satisfatórias.

A baixa efetividade deveu-se principalmente ao alto índice de inconformidades dos fertilizantes minerais mistos, entretanto, com a realização do Programa especial de fiscalização, a expectativa é que em 2011 este indicador deve melhorar.

O custo unitário da fiscalização foi maior em função da participação de mais de um servi dor por ocasião dos deslocamentos, por orientação do Departamento.

2.3.2.17 Ação 2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

18 - Dados Gerais da Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins 2010

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a oferta de agrotóxicos efetivos no controle de pragas e doenças das plantas e que apresentem baixo impacto ambiental e baixos níveis de resíduos nos alimentos, mantendo-os adequados ao consumo humano.
Descrição	Fiscalização e inspeção de agrotóxicos e afins na produção, comercialização, importação, exportação e utilização; coleta de amostras para controle de qualidade e verificação de eficácia e praticabilidade agronômica dos produtos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins - CGAA/DFIA/DAS
Coordenador Nacional da Ação	Luiz Eduardo Pacifici Rangel
Unidades executoras	SFA-PE
Áreas (UJ) responsáveis pelo gerenciamento ou execução	Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG/SFA/PE
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 5.351 de 21/01/2005, publicado no D.O.U., de 24 de janeiro de 2005

Resultados

O Programa Fiscalização de Agrotóxicos e Afins tem como objetivo principal, no que concerne ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, assegurar ao mercado consumidor do Agronegócio Nacional, produtos e serviços dentro dos padrões de qualidade e especificidade pré-determinados nas Legislações e Normas específicas objetivando garantir ao consumidor final a conformidade, idoneidade e especificidade desses insumos.

Esses instrumentos reguladores se constituem em uma ferramenta de fundamental importância para o sucesso e competitividade da agropecuária brasileira perante o competitivo e tecnificado mercado globalizado.

Para tanto, são desenvolvidas ações planejadas, coordenadas pelos Serviços de Fiscalização Agropecuária - SEFAGs, das Superintendências Federais de Agricultura - SFAs, em sintonia com a Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins - CGA/DFIA/SDA/MAPA, no que refere ao registro de produtores de Agrotóxicos e Afins e seus produtos, como também a fiscalização da sua produção, manipulação e importação em seus respectivos estabelecimentos.

Concomitantemente, também são desenvolvidas outras ações de fiscalização e acompanhamento junto as Empresas Prestadoras de Serviços Fitossanitários e Quarentenários registradas no MAPA que tenham como objetivo o trânsito internacional de vegetais seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira, assim como a fiscalização e acompanhamento perante as instituições de pesquisa que atuam na área de Agrotóxicos.

Tabela LXXIII - Principais despesas vinculadas à Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

NATUREZA DAS DESPESAS	*PROVISÃO RECEBIDA*	LIQUIDADO	(%) APLICADA
339014	7.125,90	7.075,90	99,30
339030	500,00	0	0
339033	2.980,00	2.540,68	85,26
339036	1.198,30	0	0
449052	120.797,51	120.700,00	99,92
TOTAL	132.601,71	130.316,58	98,28

Fonte: SIAFI

Os recursos financeiros disponibilizados pela Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins - CGA para o cumprimento das metas do Plano Interno FISAGROTOX, no exercício de 2010, foram

insuficientes, só houve descentralização de recursos até julho de 2010, o que comprometeu o atingimento das metas físicas do SEFAG.

Os recursos referentes a natureza de despesa 449052 foram descentralizados pelo Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas-DFIA, em dezembro de 2010 para compra de um veículo.

Tabela LXXIV- Recursos Humanos envolvidos com a execução da Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Cláudio José Calábria	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
02	Vladimir O. Guimarães	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
03	Carlos Augusto M. Pereira	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	Uvagro Petrolina
04	Severino Pereira Falcão	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
05	Carlos A. V. de Carvalho	Eng. Químico	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/DDA
06	Antônio Rodrigues de Lima	Técnico Agrícola	Agente de Ativ Agropec.	SEFAG/DDA
07	Severino G. Ferraz Filho	Técnico Agrícola	Agente de Ativ. Agropec.	SEFAG/SFA-PE

Dentro das limitações relacionadas ao contingente de recursos humanos imposta ao serviço público federal e em específico ao MAPA pode-se considerar que o programa Fiscalização de Agrotóxicos e Afins na SFA/PE dispõe de uma equipe satisfatória para o desenvolvimento de suas ações estando compatível com a demanda existente no Estado.

Assim dispomos na Sede da SFA/PE de 04 (quatro) Fiscais Federais Agropecuários com aproximadamente 20% de sua carga de trabalho dedicada à atividade e 02 (dois) Agentes de Atividades Agropecuárias que dedicam parte do seu tempo na referida atividade, além de 02 (dois) FFAs na Unidade de Vigilância Agropecuária de Petrolina - UVAGRO Petrolina dedicando 20% de suas jornadas à ação.

Tabela LXXV - Metas e resultados da ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

AÇÃO	PRODUTO	METAS		*RESULTADOS*	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICO	FINANCEIRO
Fiscalização de Agrotóxicos e Afins	Fiscalização realizada		132.601,71		130.316,58

Fonte: SIAFI

Tabela LXXVI - Indicadores do desempenho operacional da ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários Ação 2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins						
Unidade Executora	**Atividades**	**Metas**		**Indicadores**		
		Programadas	Realizadas	Eficiência*[1]	Eficácia*[2]	Efetividade*[3]
SEFAG/DDA	Fiscalização realizada	-	-	-	-	-
*[1] Eficiência: Não trabalhado *[2] Eficácia: Não trabalhado *[3] Efetividade: Não trabalhado						

Resultados

As atividades inerentes a essa ação no âmbito do Estado de Pernambuco são as fiscalizações das empresas de agrotóxicos, empresas que executam os tratamentos fitossanitários quarentenários, supervisão e acompanhamento dos tratamentos quarentenários e credenciamento de empresas para executarem os tratamentos fitossanitários quarentenários. As atividades de fiscalização, supervisão e acompanhamento das empresas que executam os tratamentos quarentenários foi redistribuída para o Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal-SISV.

As atividades realizadas pelo SEFAG no ano de 2010 foram palestras sobre agrotóxicos e treinamentos em agrotóxicos e a participação no Fórum de Agrotóxicos.

A única empresa produtora de agrotóxico no Estado de Pernambuco não operou no exercício de 2010.

2.3.2.18 Ação 4747 – Fiscalização de Serviços Pecuários PI: FISCALPEC

19 - Dados Gerais da Ação 4747 – Fiscalização de Serviços Pecuários PI: FISCALPEC

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Fiscalizar a conformidade dos serviços prestados ao setor pecuário
Descrição	Avaliação da conformidade do conjunto de elementos que caracterizam os controles técnicos dos serviços consignados. Auditagens técnico-fiscais e operacionais realizadas nas organizações autorizadas a prestarem serviços pecuários referentes às atividades assim especificadas: registros genealógicos; provas zootécnicas; provas funcionais; avaliações genéticas; exposições e feiras agropecuárias; competições turfísticas; promoções hípicas; classificação de animais de abate e suas carcaças; classificação de couros, peles e casulos; fiscalização do bem estar animal e da prestação de serviços das atividades delegadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Produção Integrada da Cadeia Pecuária – CPIP/CGSPR/ DEPROS
Coordenador nacional da ação	Felipe José de Carvalho Corrêa
Unidade executora	SFA/PE
Áreas (UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG
Competências Institucionais requeridas para execução da ação	Art. 2º da Lei nº 4.716 de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 58.984 de 1966; Cap. II, Item 1, do Anexo à Portaria/SNAP nº 47 de 1987; Título II, Item 4.2, do Anexo à Portaria/SNAP nº 09 de 1989; Título II, Item 4, do Anexo à Portaria/SNAP nº 45 de 1986; Título III, Item 5.2, do Anexo à Portaria/SNAP nº 45 de 1987; Cap. V, art. 17, da Portaria nº 22 de 1995.

Resultados

Participação na semana de reuniões que tinham como objetivo a Harmonização de Procedimentos de Fiscalização em Entidades Turfísticas na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Durante as reuniões na Superintendência Federal de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro podemos analisar a base legal que permite a fiscalização das entidades que promove o turfe no país.

Estas reuniões foram os passos iniciais para retomada do processo de fiscalização das Entidades que promovem o turfe no país, refazendo a base legal, promovendo toda análise da situação que se encontra o turfe no Brasil e do controle das apostas que são promovidas por estas entidades.

Tabela LXXVII - Principais despesas vinculadas à Ação 4747 – Fiscalização de Serviços Pecuários

Natureza da despesa	Provisão recebida	Liquidado	Aplicado
339014	1.100,00	1.034,80	94,07
339033	600,00	548,05	91,34
TOTAL PI	1.700,00	1.582,85	93,11

Fonte: SIAFI

Tabela LXXVIII - Metas e resultados da Ação 4747 – Fiscalização de Serviços Pecuários

AÇÃO	PRODUTO	METAS		RESULTADOS	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICO	FINANCEIRO
Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário	Pessoa atendida	-	**1.582,85**	-	**1.582,85**

Fonte: SIAFI

Tabela LXXIX - Recursos Humanos envolvidos na Ação 4747 – Fiscalização de Serviços Pecuários

N.º	Nome	Formação	Cargo/ Atribuição	Lotação
01	Fred de Melo Souto Lima	Med. Veterinário	FFA / Chefe do DPDAG	DPDAG/SFA-PE

Resultados

Não houve solicitação de planejamento de metas por parte do órgão central, as demandas foram apresentadas ao longo do exercício foram executadas no âmbito da SFA/PE.

2.3.2.19 Ação 2B47 - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - IG

Esta ação permite que determinadas regiões através dos seus produtos tradicionais e com diferencial de qualidade produzidos no Estado possam ter seu reconhecimento e valorização de mercado com a implementação da Indicação Geográfica.

20 - Dados Gerais da Ação 2B47 - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - IG

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o conseqüente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.
Descrição	Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos (capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo); - Realização de estudos e diagnósticos de produtos agropecuários, inclusive sua inserção mercadológica; Realização de programas de cooperação técnica com potenciais parceiros institucionais; Orientação, promoção e acompanhamento de processos de reconhecimento de produtos agropecuários protegidos como IG; - Desenvolvimento de sistemas de informação que subsidiem e tratem as questões que envolvam a IG de produtos agropecuários; - Incremento da produção de produtos agropecuários que têm potencial de reconhecimento como IG com vistas à melhoria da qualidade destes produtos; - Auditoria das cadeias produtivas protegidas como IG
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DEPTA/SDC/MAPA
Unidade executora	Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – CIG
Área (UJ) responsável por gerenciamento	Divisão de Políticas, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG
Coordenador da ação nacional	Patrícia Metzler Saraiva
Competências Institucionais	Lei 9.279/96, Decreto nº 5.351/05; Portaria MAPA nº 85/05, IN MAPA nº 1.305, IN MAPA nº 22/05, Decreto nº 5.741/06, artigo 45º da Lei nº 8.171/91 (Lei Agrícola), Resolução INPI nº 75, de 28/11/2000.

Resultados

Acompanhamento das ações realizadas no projeto de Indicação Geográfica do Queijo de Coalho com participação em palestras e reuniões. Participação em reunião para apresentação do Estatuto e Regimento Interno da Associação de Certificação do Queijo de Coalho do Agreste de Pernambuco, entidade formada pelos produtores de queijo que estão buscando a certificação.

Discussão sobre a elaboração do Regulamento de Uso para a Indicação Geográfica. Este último ainda está em fase de elaboração por parte dos produtores, uma vez que de acordo com a legislação nacional o queijo produzido a partir de leite cru não pode receber Inspeção Federal.

Participação em reunião realizada em Araripina pelos Produtores de Mel da Chapada do Araripe – PE nos dias 15 a 17 de julho de 2010.

O processo para solicitação do selo de Indicação de Procedência do mel da Chapada do Araripe, que engloba municípios dos Estados do Ceará, Pernambuco e Piauí já está em fase de conclusão.

Os produtores de mel do Estado de Pernambuco, apesar de estarem envolvidos no processo não estão organizados nem tem um produto de qualidade adequada, necessitando de um acompanhamento

para compreensão do que é Indicação Geográfica e como poderão participar adequadamente deste processo.

Esse trabalho está sendo acompanhado pelo Fiscal Federal Agropecuário José de Anchieta Martins Vieira.

Apresentação de Palestra "O uso dos sinais distintivos na proteção de produtos agropecuários: marca e indicação geográfica" em reunião para produtores de leite e queijo de coalho do Agreste de Pernambuco, em Pesqueira, no dia 28 de janeiro de 2010.

Apresentação de Palestra "A Indicação Geográfica na Proteção de Produtos Agropecuários" no Encomex realizado em Recife nos dias 13 e 14 de julho de 2010.

Apresentação de Palestra "Indicação de Procedência da uva de mesa e manga do Vale do São Francisco" na FENAGRI/2010 realizada em Petrolina no dia 30 de julho de 2010.

Participação em reunião de planejamento em Brasília.

Participação no II Seminário Internacional de Indicação Geográfica: produtos de origem como estratégia de desenvolvimento, de 20 a 22 de setembro de 2010 em João Pessoa/PB. Participaram os FFAs Fred Souto, Chefe do DPDAG/SFA-PE, Lia Coswig e José de Anchieta Martins Vieira.

Tabela LXXX - Principais despesas vinculadas à ação **2B47**

Natureza da despesa	Provisão recebida	Liquidado	Aplicado
339014	3.413,16	3.086,16	90,42
339030	348,49	348,49	100%
TOTAL PI	3.761,65	3.086,16	82,04

Fonte: SIAFI

A provisão financeira foi utilizada com combustível e diárias foram para deslocamentos dos Fiscais Federais Agropecuários no desempenho de suas atividades.

Tabela LXXXI - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação **2B47**

N.º	Nome	Formação	Cargo/ Atribuição	Lotação
01	Fred de Melo Souto Lima	Medico Veterinário	FFA / Chefe do DPDAG	DPDAG / SFA-PE
02	Lia Treptow Coswig	Médica Veterinária	FFA/Chefe SEDESA	SEDESA/SFA/PE
03	José de Anchieta M. Vieira	Zootecnista	FFA/Chefe ULTRA	UTRA/Garanhuns
04	Marcos Pimentel Bulhões	Nível Médio	Asst. Administrativo	DAD/SFA-PE

A SFA-PE conta com dois Fiscais Federais Agropecuários dedicando parte significativa de suas jornadas de trabalho para desenvolver as atividades de IG no Estado de Pernambuco.

As condições materiais de trabalho, como móveis e equipamentos foram suficientes para a execução da ação. Entretanto, existe a necessidade de aquisição de mais um veículo para uso de Fiscal Federal Agropecuário na execução das atividades do PI.

Tabela LXXXII Metas e resultados da ação 2B47

AÇÃO	PRODUTO	METAS		RESULTADOS	
		Física	Financeira	Físico	Financeiro
Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG	Produto Agropecuário Protocolado	-	3.761,65	-	3.086,16

Fonte: SIAFI

A execução física refere-se aos treinamentos e reunião técnica. O processo de Indicação Geográfica depende do interesse dos produtores, para a obtenção de um certificado de agregação financeira nos produtos agropecuários.

Como a demanda é criada pelos produtores e não pelo MAPA e como o produto da ação é "Produto Agropecuário Protocolado" não existem metas nacionais e regionais.

O CIG/SDC/MAPA atua na formação de Fiscais Federais Agropecuários, para atuarem no diagnóstico e acompanhamento do processo de solicitação da IG, e na realização de convênios com grupos de produtores em processo de solicitação da IG.

Resultados

Produtores de Queijo Coalho: o trabalho que tem sido executado por diversas entidades, entre elas o MAPA, ITEP, SEBRAE, SENAR, UPE e UFPE Campus Garanhuns, tem contribuído para uma melhora na qualidade do queijo produzido, com a aplicação de normas de higiene para a ordenha e Boas Práticas de Fabricação para o produto.

Com certeza o resultado de todo o trabalho desenvolvido para a obtenção do selo de Indicação Geográfica tem resultado em um produto com maior qualidade e segurança alimentar.

Produtores de Manga e Uva de Mesa: em julho de 2010 a UNIVALE (União das Associações e Cooperativas dos Produtores de Uvas de Mesa e Mangas do Vale do São Francisco) recebeu o Certificado do INPI.

No momento os produtores estão elaborando o Regulamento de Uso do selo para que o mesmo seja usado o mais breve possível. Nesta etapa os produtores estão recebendo auxílio através do SEBRAE/Petrolina.

Produtores de mel da Chapada do Araripe: os produtores de mel dos municípios de Araripina, Trindade, Ouricuri, Ipubi, Exu, Santa Cruz, Bodocó, Cedro, Moreilândia, Granito e Serrita, que fazem parte da área denominada Chapada do Araripe, estão em fase de conhecimento sobre a Indicação Geográfica, sendo que as ações executadas no momento são muito importantes para o conhecimento sobre o assunto.

2.3.2.20 Ação 8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró Orgânico

Para que a agricultura orgânica se constitua num segmento importante na agropecuária brasileira é necessário ampliar o número de técnicos capacitados a dar assistência aos produtores que queiram se inserir no sistema orgânico de produção bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos que são necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos produtos orgânicos.

Também é importante propiciar a transferência, a técnicos e produtores, dos resultados de estudos e pesquisas que proporcionem aos produtores orgânicos brasileiros, produtos e processos que tornem a sua atividade mais eficiente e competitiva.

21 - Dados Gerais da Ação 8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró Orgânico

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; Articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agroecológicos;
	Ampliação do número de técnicos capacitados a da assistência aos produtores para a inserção no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos que são necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos produtos orgânicos; promoção do acesso a informação, capacitação e treinamento em sistemas orgânicos de produção agropecuária, conjugando técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo

Descrição	e da qualidade da água; promoção e apoio a eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; Promoção do acesso ao crédito, com características diferenciadas, que considere as particularidades do sistema de produção orgânica, principalmente no aspecto referente Aos produtores em processo de conversão do sistema convencional para o orgânico; divulgação sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; fomento e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica entre eles a de material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico; Realização ou participação de campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais; Articulação de iniciativas para formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares, para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio de alimentos orgânicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DEPROS/SDC/MAPA
Unidade executora	Coordenação de Agroecologia – COAGRE / CGDS / DEPROS / SDC
Área (UJ) responsável por gerenciamento	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG
Coordenador de ação nacional	Rogério Pereira Dias
Competências Institucionais	Lei 10.831 de dezembro de 2003 e Instrução Normativa nº 07 de maio de 1999.

RESULTADOS

As atividades realizadas neste PI estão relacionadas com a ação planejada anualmente pela Coordenação Nacional de Agricultura Orgânica - COAGRE. Este ano foi realizada pela Comissão de Agricultura Orgânica do Estado de Pernambuco (CPOrg-PE) a VI Semana dos Alimentos Orgânicos.

No Plano Interno DESENORG foram realizadas também, as atividades relacionadas com a segunda etapa do programa "Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes" deliberadas pelos membros da Comissão da Produção Orgânica de Pernambuco - CPOrg-PE. Os eventos programados e realizados no decorrer da V Semana dos Alimentos Orgânicos foram:

RELATÓRIO DE REALIZAÇÃO DE EVENTOS

- VI Semana dos Alimentos Orgânicos no Fórum do Recife
- Evento: Mesa Redonda: "Produtos Orgânicos: Sustentabilidade Rural e Urbana"; Coletiva de Imprensa; Curso: Gestão Pública e Sustentabilidade; Palestra: "Benefícios da Alimentação com Orgânicos"; Feira Orgânica; Feira de Produtos Reciclados e Degustação de Alimentos Orgânicos.
- Unidade da federação: PE
- Data/Período: 25 a 29 de maio de 2010 – manhã e tarde
- PI: DESENORG
- Rubricas / Valores: 339036 – 263,88
- Nº Produtores Atendidos: 16
- Nº Outras Pessoas Atendidas: Cerca de 570 diretamente – Cerca de 700 indiretamente.

DESENVOLVIMENTO

Na capital, as atividades concentraram-se no Fórum Rodolfo Aureliano, localizado na Ilha do Leite, em uma parceria inédita com o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE), com ampla cobertura da mídia local.

Uma Feira de Produtos Orgânicos foi realizada no hall monumental do Fórum, com produtores oriundos do projeto Pólo de Orgânicos de Pernambuco, financiado pelo Governo do Estado e gerido por quatro ONGs em sistema de consórcio.

A feira movimentou cerca de R$ 3.000,00 (três mil reais), beneficiando diretamente 16 produtores nos Municípios Glória do Goitá, Amaraji, Chã Grande, Ribeirão, Pombos, Vitória e Feira Nova, atendidos pelo Polo de Orgânicos.

Durante a feira, a Cachaçaria Sanhaçú, única em Pernambuco a produzir cachaça orgânica, realizou degustação de seu produto. Foram realizadas visitas as propriedades produtoras de orgânicos no Município de Chã Grande, localizado no Agreste do estado, bem como a Cachaçaria Sanhaçú e a Fazenda Pureza da Serra, esta última produtora de hortaliças que comercializa para as grandes redes de supermercado no estado.

A estimativa é que durante a semana cerca de três mil pessoas participaram diretamente do evento, ou obtiveram informações diretamente de promotores.

Cerca de 5.000 folders foram distribuídos na ocasião e pelo menos 800 cartilhas destinadas a consumidores. Os folders e cartilhas também foram distribuídos em outras atividades do TJPE em cidades do interior. Cem bolsas foram distribuídas nas ocasiões da abertura de solenidade, cursos e passeio.

RELATÓRIO DE REALIZAÇÃO DE EVENTOS

- Oficinas em Escolas Agrotécnicas sobre produção orgânica – EMBRAPA
  - Evento: Mini curso sobre Construção do Conhecimento em Alternativas de Insumos para Manejo em Sistemas Agrícolas de Base Ecológica, nas seguintes escolas Agrotécnicas: CODAI/UFRPE/São Lourenço da Mata, IFET – Barreiros/PE, Escola Agrícola Municipal Antônio de Barros Wanderley – Sirinhaém/PE
  - Unidade da federação: PE
  - Data/Período: 26 a 29 de maio de 2010
- PI: DESENORG
- Rubricas / Valores: 339036 – R$ 849,42
- Nº Produtores Atendidos:
- Nº Outras Pessoas Atendidas: 80 no município de São Lourenço; 26 em Barreiros e 31 em Sirinhaém; totalizando 137 estudantes do Ensino Médio das Escolas Agrotécnicas.

DESENVOLVIMENTO

Nos mini cursos os técnicos da EMPRABA enfatizaram as técnicas e atividades alternativas para o manejo dos sistemas de produção de orgânicos.

Os participantes debateram com os técnicos e receberam o material promocional da Semana dos Alimentos Orgânicos além de participarem também dia de campo abordando as técnicas e procedimentos apresentados nos Mini cursos.

RELATÓRIO DE REALIZAÇÃO DE EVENTOS

- Ações de divulgação da importância da Produção de Orgânicos – Programa de Apoio ao Desenvolvimento sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA)/POLO DE ORGÂNICOS – Recife
- Evento: Feira de Orgânicos CEASA/PE, Feira Agroecológica de Gravatá, Feira Orgânica de Caruaru/PE, Feira Orgânica de Amaraji/PE, Feira da Juventude – Cordeiro/Recife, Feira das Graças – Recife, Feira de Olinda/PE, Feira de Boa Viagem – Recife, Feira de Orgânicos do IPA/Recife e Feira demonstrativa no Fórum do Recife.
- Unidade da federação: PE
- Data/Período: 25 a 30 de maio de 2010 – manhã
- PI: DESENORG
- Rubricas / Valores: 339036 – R$ 1.113,30

- Nº Produtores Atendidos: 135
- Nº Outras Pessoas Atendidas: 1.900 (consumidores atendidos)

DESENVOLVIMENTO

Distribuição junto aos consumidores das feiras orgânicas do material de divulgação da VI Semana dos Alimentos Orgânicos: folders e cartilhas.

Os colaboradores, através da abordagem direta, responderam perguntas e dirimiram dúvidas dos consumidores, relativas à produção, consumo e acesso a produtos orgânicos.

RELATÓRIO DE REALIZAÇÃO DE EVENTOS

- Mesa redonda: "Agricultura Orgânica em Pernambuco" – Instituto de Pesquisa Agronômico de Pernambuco (IPA)
- Evento: Mesa Redonda
- Unidade da Federação: PE
- Data/Período: 28 de maio de 2010
- PI: DESENORG
- Rubricas / Valores: 339036 – R$ 1.113,30
- Nº Produtores Atendidos: 20
- Nº Outras Pessoas Atendidas: 60

DESENVOLVIMENTO

Este ano, o IPA realizou uma Mesa redonda para discutir a Agricultura Orgânica em Pernambuco, com a presença dos seguintes parceiros: Universidades Federal e Federal Rural de Pernambuco (UFPE e UFRPE), Secretaria de Planejamento do Estado – SEPLAG/PROMATA, Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE) e CERTIVIDA – Certificadora de PRODUTOS ORGÂNICOS e a ADAGRO.

A mesa redonda foi desdobrada através dos seguintes subtemas: 1. Consumo de Produtos Orgânicos; 2 Situação Atual da Agricultura Orgânica em Pernambuco; 3. Certificação de produtos Orgânicos no estado; 4. Atuação nas Feiras Orgânicas no Recife. Após a exposição dos temas, foi aberto o debate, mediado pelo professor Dimas Menezes da UFRPE.

Para fortalecer as atividades da VI Semana dos Alimentos Orgânicos, a feira tradicionalmente organizada pelo IPA, nas sextas feira, foi incrementada com a presença de trio de forró e com a distribuição de material promocional (folders e cartilhas) aos consumidores, além de café da manhã com produtos regionais.

RELATÓRIO DE REALIZAÇÃO DE EVENTOS

- Excursão Técnica – AMA TERRA – Gravatá/PE
- Evento: Excursão Técnica de consumidores à produtores de alimentos orgânicos na Comunidade de São Severino em Gravatá/PE
- Data/Período: 31 de maio de 2010 – manhã
- PI: DESENORG
- Rubricas / Valores: 339036 – R$ 556,65
- Nº Produtores Atendidos: 25
- Nº Outras Pessoas Atendidas: 22 participantes da excursão/Recife e 150 consumidores locais – Total de 177.

DESENVOLVIMENTO

Os vinte e dois participantes da capital (Recife) e os consumidores locais foram divididos em grupos para a visitação do sistema produtivo, esclarecendo aos consumidores dos cuidados e benefícios da produção orgânica.

Foi feita a distribuição para os participantes de material promocional e educativo da VI Semana dos Alimentos Orgânicos. O evento culminou com a abertura da Semana do Meio Ambiente, contanto com a presença do prefeito do Município de Gravatá e dos Secretários do Meio Ambiente e Turismo.

Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes

Os princípios da Agricultura Orgânica levam a priorização do uso de produtos e processos que propiciem aos agricultores uma maior independência em relação à utilização de insumos externos em suas atividades produtivas.

Nessa ótica e, também sob o ponto de vista ambiental e tecnológico, a adubação verde é uma das práticas mais adequadas para agricultura orgânica, pois: - Contribui para a conservação do solo, aumento do seu teor de matéria orgânica, promovendo sua descompactação, estruturação e aeração com o conseqüente aumento de sua capacidade de armazenamento de água e nutrientes; - Contribui para uma maior disponibilidade de nutrientes por meio da fixação simbiótica de nitrogênio atmosférico e das relações simbióticas mutualísticas com fungos; - Reduz a incidência de vegetação espontânea e de infestação de pragas nas culturas de interesse econômico, promovendo um maior equilíbrio ecológico do solo; - Promove redução dos custos de produção pela minimização da aquisição de insumos fornecedores de nitrogênio.

A adubação verde é pouco divulgada e há pouco estímulo à sua pesquisa. Fatores que reduzem ainda mais a disponibilidade de material propagativo, o desenvolvimento e a adoção de sistemas produtivos que envolvam o emprego de adubos verdes.

Assim, cabe ao Estado suprir essas lacunas criando meios para que, em parceria com diferentes segmentos da sociedade, seja viabilizado o acesso dos produtores aos insumos e às técnicas apropriadas à agricultura orgânica.

Particularmente, em relação à adubação verde, torna-se também fundamental a produção de material instrucional e informativo sobre o tema e o desenvolvimento de ações de capacitação junto aos agricultores e técnicos.

A segunda etapa desse programa esta sendo desenvolvido junto a agricultores familiares que produzem organicamente ou que estão em processo de transição agroecológica.

Foram distribuídos nessa etapa 2.000 Kg de sementes de feijão de porco alocadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em função da demanda dos membros da CPOrg-PE entre 200 novas famílias/produtores de oito municípios do Estado de Pernambuco.

O projeto de "Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes" tem duração prevista de quatro anos, de janeiro de 2007 a dezembro de 2010, e a SFA/PE está envolvida desde o início do projeto até a sua conclusão.

Tabela LXXXIII - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 8606

N.º	Nome	Formação	Cargo/ Atribuição	Lotação
01	Vladimir O. da S. Guimarães	Engenheiro Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	DPDAG-PE
02	Geraldo Joaquim de Moura	Nível Médio	Motorista Oficial	SFA-PE
03	Luiz Evandro de Lima	Engenheiro Agrônomo	Colaborador Eventual	IPA-PE
04	Maria Cristina Lemos da Silva	Engenheiro Agrônomo	Colaborador Eventual	IPA-PE
05	Rildo Tomé de Gouveia	Geográfo	Colaborador Eventual	SERTA-PE
06	Paulo José de Santana	Economista	Colaborador Eventual	SERTA-PE
07	Macione Gleice Pessoa	Ass. Social	Colaborador Eventual	AMA-Gravatá
08	Guimarães José da Silva	Geográfo	Colaborador Eventual	SERTA-PE
09	Elias Moura de Moraes Silva	Engenheiro Agrônomo	Colaborador Eventual	SERTA-PE
10	José Severino de S. Irmão	Geográfo	Colaborador Eventual	SERTA-PE
11	Elk Barreto Silva	Turismóloga	Colaborador Eventual	SERTA-PE

Os recursos humanos disponíveis para as atividades fins do programa são suficientes, uma vez que todas as atividades são executadas pela CPOrg-PE, que é coordenada por técnicos da Superintendência, mas conta com a participação de órgãos públicos e instituições não governamentais.

Na SFA/PE o PI está regimentalmente sob a responsabilidade do DPDAG, porém, os trabalhos são desenvolvidos em parceria com o SEFAG e a CPOrg/PE.

As condições materiais de trabalho foram suficientes para o cumprimento das metas. A COAGRE disponibilizou camisetas, bonés, bolsas, folders, cartazes e cartilhas para distribuição entre os colaboradores e participantes da VI Semana dos Alimentos Orgânicos, além de folders, banners, cartilhas técnicas e sementes para agricultores, como parte da segunda etapa do programa "Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes".

Esta ação não foi regionalizada para a SFA/PE, mesmo assim foram repassados recursos para desenvolver atividades, como as descrita abaixo.

Tabela LXXXIV - Principais despesas vinculadas à ação 8606

Natureza da despesa	Provisão recebida	Liquidado	Aplicado
339014	3.185,00	2.951,50	92,67
339033	1.100,00	1.045,75	95,07
339036	3.317,00	3.186,00	96,05
TOTAL PI	7.602,00	7.183,25	94,49

Fonte: SIAFI

Uma vez que o recurso utilizado nesta ação foi descentralizado pelo Coordenador de Ação Nacional especificamente para a realização da VI Semana de Alimentos Orgânicos e para a segunda etapa do programa "Bancos Comunitários de Sementes dos Adubos Verdes", não sendo previsto ou planejado pelo Coordenador de Ação Estadual. O recurso foi totalmente utilizado para o desenvolvimento dessas atividades.

A coordenação de ação nacional não tem regionalizado o PI, impossibilitando o planejamento através do SIPLAN, portanto não existem metas regionais.

As metas financeiras são determinadas pelo Coordenador Nacional de Ação e descentralizadas para as ações nas Superintendências, no caso para execução da V Semana de Alimentos Orgânicos e dos "Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes".

Tabela LXXXV - Metas e resultados da ação 8606

AÇÃO	PRODUTO	METAS		RESULTADOS	
		Física	Financeira	Físico	Financeiro
Organização e Capacitação de Agentes Atuantes em Produção Orgânica de Alimentos	Pessoa atendida	300	7.602,00	1.007	7.183,25

Fonte: SIAFI

Resultados

Não houve previsão financeira nem programação para realização das atividades vinculadas a essa ação. Os recursos foram liberados de acordo com as demandas no decorrer do ano, no entanto, todas as demandas que surgiram foram atendidas em sua totalidade, o que demonstra que os resultados foram atingidos na sua plenitude.

2.3.2.22 Ação 8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró Orgânico

22 - Dados Gerais da Ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos.
Descrição	Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo

	cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CGDS/DEPROS/SDC/MAPA
Coordenador da nacional ação	Rogério Pereira Dias
Unidade executora	COAGRE – Coordenação de Agroecologia
Área (UJ) responsável por gerenciamento ou execução	Divisão de Política e Produção Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG
Competências Institucionais	Lei nº 8.171, de 1991; Lei nº 9.712, de 1998; Instrução Normativa nº 07, de 1999; e Instrução Normativa nº 06, de 2002.

Resultados:

A publicação do Decreto n.º 6323, de 28/12/2007, que regulamenta a Lei n.º 10.831, de 23/12/2003, é o marco inicial da regulamentação para aplicação dos mecanismos de garantia da produção orgânica.

No exercício de 2010 não houve ações de fiscalização no segmento dos mecanismos de garantia da qualidade Orgânica, uma vez que, as instruções normativas referentes aos temas complementares ao regulamento tiveram suas publicações efetuadas apenas no mês de maio/2010 com suas respectivas aplicabilidades a serem adotadas e efetivamente entrarem em vigor á partir de 01/01/2011.

Durante o ano de 2010, a SFA/PE através da Comissão da Produção Orgânica-CPOrg-PE concentrou seus esforços no trabalho de divulgação, conscientização e processamento dos mecanismos para a implementação da Legislação para os Sistemas Orgânicos de Produção.

A Comissão da Produção Orgânica no Estado de Pernambuco - CPOrg/PE realizou várias reuniões com seus membros e com a sociedade de uma forma em geral, para discutir e analisar a nova legislação, visando um melhor entendimento da mesma aos produtores, entidades envolvidas na agroecologia e aos consumidores.

No segundo semestre do ano de 2010 a CPOrg-PE concentrou seus esforços no trabalho de divulgação , conscientização e processamento dos mecanismos para a implementação da Legislação Para os Sistemas Orgânicos de Produção.

O resultado dessa vertente de atuação foi o cadastramento de 12 (doze) ORGANIZAÇÕES DE CONTROLE SOCIAL-OCS para a venda direta sem certificação, beneficiando diretamente 141 (cento e quarenta e um) agricultores familiares vinculados á essas OCS.

Durante o exercício de 2010 o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por meio da SFA/PE e da CPOrg/PE acompanhou institucionalmente as atividades de implantação das etapas do termo de Cooperação Técnica junto à CODEVASF o projeto denominado "O Uso Sustentável da Biodiversidade como um Diferencial na Estratégia de Internacionalização de MPEs".

Este projeto tem como objetivo melhor aplicar a biodiversidade local, diversificando a produção através do desenvolvimento da Fruticultura e da Horticultura Orgânicas, agregando valor e atendendo a crescente demanda do mercado europeu, e obter maior conhecimento para a produção e o processamento de Aloe Vera**,** com sua utilização na fabricação de medicamentos e cosméticos, como forma de garantir uma renda complementar, durante todo o ano, para que não exista restrição à produção sazonal de uva e manga.

Atendendo esta proposta, foram realizadas viagens de inspeção para verificação da implantação das metas pactuadas no já referido Termo de Cooperação Técnica objetivando a produção orgânica de frutas e o potencial para expansão deste segmento agropecuário na Região do Vale do São Francisco.

Tabela LXXXVI - Principais despesas vinculadas à ação 4720

Natureza da Despesa	Provisão recebida	Liquidado	% Aplicado
339014	1.350,00	614,04	45,48
339033	2.800,00	1.087,46	38,84
TOTAL PI	4.150,00	1.701,50	41,00

Fonte: SIAFI

Os recursos utilizados nesta ação foram descentralizados pelo Coordenador de Ação Nacional, sem haver planejamento no SIPLAN, ou seja, quando aparecia à demanda os recursos eram disponibilizados para o desenvolvimento das atividades.

A coordenação de ação nacional não tem regionalizado o PI CERTORGAN1, impossibilitando o planejamento através do SIPLAN, e, portanto não existem metas regionais. As metas financeiras são determinadas pelo Coordenador Nacional de Ação e descentralizadas para as ações nas Superintendências.

O PI está regimentalmente sob a responsabilidade da Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG, porém, os trabalhos são desenvolvidos em parceria com o SEFAG e a CPOrg/PE.

Tabela LXXXVII - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 4720

N.º	Nome	Formação	Cargo/ Atribuição	Lotação
01	Vladimir O. S. Guimarães	Engenheiro Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/SFA-PE

Os recursos humanos disponíveis para as atividades fins do programa são suficientes, uma vez que todas as atividades são executadas pela CPOrg/PE, que é coordenada por técnicos da Superintendência, mas conta com a participação de órgãos públicos e instituições não governamentais.

Foram utilizados os recursos materiais do Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG e da Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG. De uma maneira geral, podemos afirmar que os recursos materiais e as condições de trabalho, foram suficientes para o cumprimento das metas.

Tabela LXXXVIII - Metas e resultados da ação 4720

AÇÃO	PRODUTO	METAS			
Aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica	Pessoa atendida	Física	Financeira	Físico	Financeiro
		-	4.150,00	-	1.701,50

Fonte: SIAFI

Resultados

As metas físicas não foram estabelecidas e, consequentemente, não há como aferir o resultado físico, já que as ações relacionadas ao PI CERTORGAN de fiscalização e inspeção de produtos orgânicos só terão início a partir de 2010.

Os resultados de execução de 2010 se referem apenas à parte legal posterior a edição do Decreto n.º 6323/2007, e a consolidação das Instruções Normativas.

2.3.2.23 Ação 8622 - Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo

23 - Dados Gerais da Ação 8622 – Desenvolvimento do Associativismo (PI: PROMOCOOP2)

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços.
Descrição	Organização econômica e social dos indivíduos na sociedade, cujos benefícios se revertam em avanços sociais e melhoria na qualidade de vida da sua comunidade. Contribuir para a diminuição da exclusão social, experimentada por grupos e redes sociais que não dispõem de acesso à plena participação política, econômica e social. Fomentar as estruturas associativas e apoiar as práticas de desenvolvimento inclusivo para orientar o bem estar socioeconômico da população. Apoiar a realização de diagnósticos locais ou regionais, e a elaboração de projetos que visem à agregação de valor ao produto das cooperativas. Contribuir para a geração de renda e de oportunidades de trabalho; para a otimização do

	processo produtivo, organizando a infra-estrutura e os serviços essenciais, agregando valor aos produtos básicos e abastecendo o mercado; para o aumento da oferta interna de alimentos, contribuindo para suprir as necessidades nutricionais da população; e para melhorar a estruturação sistêmica do setor agropecuário, com a participação organizada de produtores e consumidores ao longo das cadeias produtivas e de abastecimento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Desenvolvimento Sustentável - CGDS /DEPROS/SDC/
Coordenador nacional da ação	Daniel Amin Ferraz
Unidades executoras	Superintendências Federais de Agricultura – SFAs
Áreas (UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG
Competências Institucionais requeridas para execução da ação	Lei nº 2.613 de 1955; Lei nº 7.231 de 1984; Lei nº 9.649 de 1998; Medida Provisória 2.143-36 de 2001; art. 4º, VIII, Lei nº 8.171; anexo I, art. 1º, XI, Decreto nº 3.527; Medida Provisória nº 1.715 de 1998; Medida Provisória nº 1.961 de 2000.

Os estudos desenvolvidos nessa Ação têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios a formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio, necessárias a gestão do programa.

A ação poderá ser executada diretamente, mas, predominantemente, por meio de da celebração de convênios com sindicatos, cooperativas, universidades, fundações e organizações não-governamentais.

Resultados

Esta é uma ação não regionalizada, impossibilitando o planejamento no âmbito da Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG, desta SFA/PE. Os recursos são destinados ao acompanhamento de convênios na área do cooperativismo que são firmados diretamente pela Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo - SDC.

Cabem as Superintendências o apoio no âmbito do estado onde ocorre a execução do convênio, através da designação de técnicos para o acompanhamento *in loco* das atividades. Pelo exposto podemos concluir que não é possível uma previsão das atividades para o estabelecimento de metas.

Participação de técnico do DPDAG/SFA-PE no 7º Encontro estadual de Apicultores e na 1ª Feira do Mel em Araripina/PE, como incentivo ao fortalecimento das Associações e Cooperativa de Produtores de Mel da Chapada do Araripe, junto com todos que estão desenvolvendo um processo de indicação geográfica do Mel do Sertão do Araripe e o fortalecimento da Cooperativa de Mel de Araripina, para que se tornem um pólo de exportação de mel.

Tabela LXXXIX - Principais despesas vinculadas à ação 8622

Natureza da despesa	Provisão Recebida	Liquidado	% Aplicado
339014	800,00	591,86	73,98
339030	700,00	595,17	85,02
TOTAL PI	1.500,00	1.187,03	79,14

Tabela XC - Quadro - Recursos Humanos envolvidos com a execução da ação 8622

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	José de Anchieta M. Vieira	Zootecnista	Fiscal Federal Agropecuário	UTRA Garanhuns

Os recursos humanos envolvidos no desenvolvimento da ação foram suficientes e atenderam todas as demandas que se apresentaram durante o exercício de 2010.

As condições materiais de trabalho, como móveis e equipamentos foram suficientes para o atendimento dos objetivos propostos, porém há necessidade de um veículo para melhor desempenho das atividades, visto que, em algumas oportunidades foi necessário fazer uma reprogramação dos trabalhos por falta de veículo no momento preciso.

Tabela XCI - Metas e resultados da ação 8622

AÇÃO	PRODUTO	METAS		RESULTADOS	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICO	FINANCEIRO
Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo	Entidade assistida	-	**1.500,00**	-	1.187,03

Fonte: SIAFI

Resultados

As demandas no exercício de 2010 foram atendidas e o desenvolvimento dessa ação, no âmbito da SFA/PE, foi realizado com sucesso.

2.3.2.24 Ação 8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas

24 - Dados Gerais da Ação 8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas (PI: APOIOAGRIC)

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a organização da base produtiva das cadeias agrícolas, por meio de Produção Integrada de Boas Práticas Agrícolas e de Desenvolvimento do Suporte à Produção Integrada, com a promoção, divulgação, logística de pós-colheita e comercialização, bem como de material genético melhorado para as cadeias produtivas do agronegócio.
Descrição	Coordenação e identificação dos processos de industrialização, logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio ante o panorama atual marcado pelos diagnósticos e tendências identificadas, demandando estratégias de gestão e, sobretudo, capacidade de identificação do consumo interno e de acesso aos mercados globais; Implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada – SAPI, que é caracterizado por exploração agropecuária sustentável, em conformidade com protocolos formais de Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade, inocuidade e rastreabilidade, tanto para os agro-alimentos, quanto para os produtos não alimentares, subprodutos e resíduos agroindustriais, permitindo aos agentes envolvidos na cadeia produtiva condições de competitividade em relação ao cenário nacional e internacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CGSPI/DEPROS/SDC
Coordenador nacional da ação	Sávio José Barros de Mendonça
Unidades executoras	Coordenação–Geral de Sistemas de Produção Integrada e Rastreabilidade – (CGSPI)
Áreas (UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Políticas, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG
Competências Institucionais requeridas para execução da ação	Art.4º, IX, da Lei 8.171, de 17/01/1991; art. 27, I, "b", da Lei nº 10.683, de 28/05/2003; Anexo I, art. 1º, II, do Decreto nº 4.629, de 2003.

Resultados

Participação de Reunião Técnica das Coordenações de Produção Integrada da Cadeia Agrícola e da Cadeia Pecuária, com vistas à formação de parcerias, nos diversos estados brasileiros, na área de Fruticultura, Hortaliças, Pecuária Leiteira, entre outros segmentos do agronegócio, de forma a dar continuidade ao Programa de Produção Integrada. Esta reunião teve como sede a cidade Florianópolis/SC

Participação nas reuniões e nas visitas técnicas com intuito de promover um intercâmbio, conhecer novas tecnologias na Produção Integrada de Flores Tropicais e na Pós-colheita de Coco in natura para exportação.

Estas visitas técnicas e a reunião ocorreram na cidade de Fortaleza/CE e foi promovida pelo CNTPA/Embrapa no Departamento de Fitotecnia da Universidade Federal do Ceará.

Tabela XCII - Principais despesas vinculadas à Ação 8591

Natureza da despesa	Provisão recebida	Liquidado	% Aplicado
339014	2.760,00	1.815,30	65,77
339030	600,00	409,46	68,24
339033	700,00	0	0
TOTAL PI	4.060,00	**2.224,76**	54,80

Fonte: SIAFI

Um deslocamento para a cidade de Petrolina foi cancelada ocasionando a não utilização dos recursos referentes à natureza de despesa 339033.

Tabela XCIII - Recursos Humanos envolvidos na Ação 8591

N.º	NOME	FORMAÇÃO	CARGO/ ATRIBUIÇÃO	LOTAÇÃO
01	Narciso B. de Freitas	Engenheiro Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuária	DPDAG/PE

Tabela XCIV - Metas e resultados da Ação 8591

AÇÃO	PRODUTO	METAS		RESULTADOS	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICO	FINANCEIR
Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas	Pessoas Beneficiadas	-	4.060,00	-	2.224,76

Fonte: SIAFI

Resultados

As atividades vinculadas a esta ação foram realizadas de acordo com as demanda requeridas e os objetivos foram atingidos em sua plenitude.

2.3.2.25 Ação 2B17 – Fiscalização de Contratos e Repasses

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento realiza diversos convênios com instituições públicas e privadas. Por meio destes convênios existe o repasse de verbas públicas que precisam ter o seu uso fiscalizado.

Esta ação prevê o acompanhamento e fiscalização da utilização destas verbas, com a verificação *in loco* da situação e andamento de cada projeto.

25 - Dados Gerais da Ação 2B17 - Fiscalização de Contratos e Repasses

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse.
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Infra-Estrutura Rural – CIER / DIEL / SDA
Unidade executora	SFA/PE
Áreas (UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Políticas, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG
Competências Institucionais requeridas para execução da ação	Portaria nº 367, de 31 de agosto de 2005; Acórdão TCU nº 2.285, de 2005 - Primeira Câmara; Instrução Normativa/STN nº 01, de 1997; Lei nº 8.666, de 1993

Resultados

O Plano Interno FISCONTRATO, dá o suporte operacional das atividades de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos Contratos executados pelas Instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.

No ano de 2010, a Divisão de Políticas, Produção e Desenvolvimento Agropecuário, analisou e deu parecer em diversas propostas lançadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, dos diversos municípios e organizações do estado de Pernambuco, abaixo discriminados:

Tabela XCV - Análises de Propostas para o Prodesa no Siconv

Nº Proposta	Beneficiario	Valor a ser repassado
206192010	Afogados da Ingazeira	487.500,00
254382010	Afrânio	487.500,00
226892010	Cabrobó	292.500,00
619172010	Carnaíba	390.000,00
156372010	Itapetim	682.500,00
243572010	Parnamirim	341.250,00
615342010	Surubim	536.250,00
623782010	Tupanatinga	341.250,00
672362010	Gravatá	682.500,00
382572010	Ibimirim	243.750,00
685232010	Manari	341.250,00
327012010	Brejo da Madre de Deus	292.500,00
327042010	Brejo da Madre de Deus	243.750,00
474372010	Pesqueira	292.500,00
601012010	Angelim	487.500,00
406282010	São Vicente Ferrer	390.000,00
150272010	Tamandaré	292.500,00
150392010	Ibirajuba	146.250,00
131392010	Jupi	243.750,00
463632010	Brejão	146.250,00
457432010	Riacho das Almas	487.500,00
995962010	São Bento do Una	243.750,00
267372010	Cedro	195.000,00
302532010	Chã de Alegria	146.250,00
330392010	Ipubi	291.000,00
618742010	Jucati	419.250,00
618632010	Quixaba	292.500,00
634842010	Salgadinho	146.250,00
615552010	São Benedito do Sul	195.000,00
636592010	São Caetano	585.000,00
427202010	Tamandaré	243.750,00
7550982010	Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco	104.119,00
7496872010	Associação dos Criadores de Pernambuco	76.921,10
	Total a ser repassado→	12.222.540,10

Fonte: SICONV

No ano de 2010, a Divisão de Políticas, Produção e Desenvolvimento Agropecuário, em atendimento as solicitações da Diretoria de Infraestrutura Logística e Parceiras Institucionais – DIEL/SDC/MAPA, emanadas de decisões do Tribunal de Contas da União – TCU, fiscalizou *in loco* as ações desenvolvidas pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário – PRODESA, que financiou diversas Prefeituras Municipais e outras Organizações, através de Contratos de Repasse, no intuito de saber se o objeto previsto nas propostas atendidas havia sido alcançado como determina a legislação de regência.

Assim, descriminam-se abaixo as fiscalizações realizadas:

Tabela XCVI - Fiscalizações Realizadas Contrato de Repasse

Beneficiário	Contrato de Repasse	Objeto Adquirido Fiscalizado
Instituto COEP	707128/2009	Projeto de Associativismo em Comunidades Rurais do Semiárido Nordestino
Município de Belém de Maria	246.675-52/2007	Uma Retroescavadeira
Município de Belém de Maria	266.503-91/2008	Uma Retroescavadeira
Município de Chã Grande	179.208-63/2005	Uma Retroescavadeira
Município de Chã Grande	266.502-87/2008	Uma Retroescavadeira
Município de Itambé	266.507-37/2008	Uma Retroescavadeira
Município de Itambé	267.030-98/2008	Dois Caminhões Caçamba, Dois Tratores Agrícolas e Duas Grades Aradoras
Município de Palmerina	2692.197.054-93/2006	Um Trator com Implementos Agrícolas
Município de Palmerina	245.719-55/2007	Uma Retroescavadeira e Um Caminhão Caçamba
Município de Palmerina	246.683-58/2007	Uma Motoniveladora
Município de São João	235.265-61/2007	Uma Retroescavadeira e Um Trator de Esteira
Município de Tacaratu	227.168-14/2007	Uma Retroescavadeira
Município de Tacaratu	266.501-73/2008	Um Trator Carregadeira
Município de Tacaratu	2692.176.163-75/2005	Um Trator Agrícola 4x2 e Carreta Pipa de 3.500L
Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco	196.908-95/2006	Uma Perfuratriz Hidráulica Roto-pneumática; um Compressor de Ar Portátil Rotativo e um Caminhão para 08 Toneladas

Tabela XCVII - Recursos Humanos envolvidos na Ação.

N.º	Nome	Formação	Cargo/ Atribuição	Lotação
01	Fred de Melo Souto Lima	Veterinário	FFA/Chefe DPDAG	DPDAG/SFA/PE
02	Iedo Romero P. Nascimento	Zootecnista	Fiscal Federal Agropecuário	DPDAG/SFA/PE
03	Narciso Bezerra de Freitas	Eng. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	DPDAG/SFA/PE
04	Albaneide A. Arruda Neves	Nível Superior	Aux Administrativo	DPDAG/SFA/PE
05	Aluisio José R. da Silva	Tec. Agropecuário	Tec. Ativ. Agropecuária	DPDAG/SFA/PE
06	Severino Inácio da Silva	Motorista	Motorista Oficial	DAD/SFA-PE
07	Marcos Pimentel de Bulhões	Nível Médio	Assis.Administrativo	DAD/SFA-PE
08	Mauricio José da Silva	Nível Médio	Aux. Operacional	DAD/SFA-PE

Os recursos humanos disponíveis para as atividades fins do programa foram suficientes, tornando possível o atendimento das mesmas e em tempo hábil.

De uma maneira geral pode-se afirmar que as condições materiais de trabalho foram suficientes para o cumprimento das metas, porém, o Serviço necessita de um veículo para dar maior agilidade e condições de trabalho aos servidores de cumprirem as atividades.

Tabela XCVIII - Principais despesas vinculadas à ação 2B17

Natureza da despesa	Provisão recebida	Liquidado	% Aplicado
339014	4.131,00	3.282,24	79,45
339030	1.120,00	131,72	11,76
339033	1.000,00	0	0
TOTAL PI	6.251,00	3.413,96	54,61

Fonte: SIAFI

A SFA/PE, por meio de solicitação do Órgão Central, promoveu acompanhamento "in loco", nos município nas diversas regiões do Estado de Pernambuco, destinados à fiscalização dos investimentos feitos pelo erário público, para as atividades voltadas ao desenvolvimento do setor agropecuário.

Ademais, por meio de Contratos de Repasse, além da contemplação de órgãos estaduais foram atendidas 65 (sessenta e cinco) prefeituras no estado.

Tabela XCIX - Metas e resultados da ação 2B17

AÇÃO	PRODUTO	METAS		RESULTADOS	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICO	FINANCEIRO
Fiscalização de Contratos de Repasse	Contrato Fiscalizado.	-	**6.251,00**	-	3.413,96

Fonte: SIAFI

Resultados

Essa ação visa realizar a fiscalização de Contratos de Repasse para atendimento a projetos agropecuários celebrados com recursos do Orçamento Geral da União, de modo a garantir a boa aplicação dos recursos públicos e atendimento aos Órgãos de Controle Interno e Externo.

Como todas as demandas relativas a essa ação foram integralmente cumpridas, o desempenho dessa ação na SFA/PE foi satisfatório.

2.3.2.26 Ação 8611 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

26 - Dados Gerais da Ação 8611 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.
Descrição	Criação de incentivo e fomento a pequena produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, correção de solos, construção de pequenos abatedouros de animais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas e equipamentos de pequeno porte. Elaboração de estudos e diagnósticos técnicos, implantação, acompanhamento da execução e avaliação de projetos para o desenvolvimento sustentável, visando ao aumento da produção, produtividade, processamento, garantia da qualidade, armazenamento, comercialização e melhoria na logística de transporte para redução dos gargalos ao escoamento da safra agropecuária.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais – CGPI/DAS
Coordenador nacional da ação	Marcelo Alexandre Andrade de Almeida
Unidade executora	SFA/PE
Áreas (UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Políticas, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG
Competências Institucionais requeridas para execução da ação	Lei 11.439, de 2006, Decreto nº 5.351, de 2005, Instrução Normativa/STN/MF 01, de 1997.

Resultados

Acompanhamento *in loco* do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, cujo processo tem o nº 21000.004643/2009-49.

Acompanhamento *in loco* do convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA e a Associação dos Criadores de Pernambuco/ACP, apoiando a realização de

julgamento de animais, durante a 69º Exposição Nordestina de Animais e Produtos Derivados, maior e mais importante evento da região Norte /Nordeste do País, voltado para o setor agropecuário.

Fiscalização de Contrato de Repasse entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Prefeitura Municipal de Garanhuns, através do Programa de Apoio e Desenvolvimento Agropecuário – PRODESA, registrado no SICONV sob o nº 701.131/2008.

Tabela C - Principais despesas vinculadas à Ação 8611 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

Natureza da despesa	Provisão recebida	Liquidado	% Aplicado
339014	1.157,00	1.133,82	98,00
339030	180,00	102,92	57,18
TOTAL PI	1.337,00	1.236,74	92,50

Fonte: SIAFI

Tabela CI - Metas e resultados da Ação 8611 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

AÇÃO	PRODUTO	METAS		RESULTADOS	
		FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICO	FINANCEIRO
Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário	Pessoa atendida	-	1.337,00	-	**1.236,74**

Fonte: SIAFI

Tabela CII - Recursos Humanos envolvidos na Ação 8611 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

N.º	Nome	Formação	Cargo/ Atribuição	Lotação
01	Fred de Melo Souto Lima	Med. Veterinário	FFA / Chefe do DPDAG	DPDAG/SFA-PE
02	Vladimir O. S. Guimarães	Engº. Agrônomo	Fiscal Federal Agropecuário	SEFAG/SFA-PE
02	Mauricio José da Silva	Nível Médio	Auxiliar operacional	Gabinete/SFA-PE

Resultados

Não houve solicitação de planejamento de metas por parte do órgão central, as demandas foram apresentadas ao longo do exercício e, prontamente, foram executadas no âmbito da SFA/PE.

2.3.2.27 Ação 4716 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

27 - Dados Gerais da Ação 4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, integrantes do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmos não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Executiva do MAPA
Coordenador nacional da ação	José Rogério Lara
Unidades executoras	SFA-PE
Áreas (UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Divisão de Apoio Administrativo – PE
Competências Institucionais requeridas para execução da ação	Decreto Nº 7.127, de 4 de março de 2010, publicado no D.O.U em 05 de março de 2010

Resultados

Essa ação foi integralmente cumprida, cujo desempenho foi satisfatório, em que pese às restrições orçamentárias que o PI MANUTSFAS vem passando ao longo dos anos nas dotações orçamentárias que são disponibilizadas para a SFA-PE.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	22000	130025

Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	-	-
	PLOA		-	-	-	-	-	-
	LOA		-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			-	-	-	-	-	-

Fonte:

Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	-	-
	PLOA		-	-	-	-	-	-
	LOA		-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			-	-	-	-	-	-

Fonte:

Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Valores em R$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	-	-
LOA	PLOA		-	-	-	-	-	-
LOA	LOA		-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Especiais	Reabertos	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Extraordinários	Reabertos	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			-	-	-	-	-	-

Fonte:

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA Valores em R$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	130025	20.122.0750.2000	31.244,77	-	9.193,10
			20.122.0750.4716	-	-	857.856,08
			20.122.6003.2B17	-	-	6.251,00
			20.125.0356.4745	-	-	1.900,00
			20.125.0356.4746	-	-	382.601,00
			20.125.0375.2019	-	-	16.575,80
			20.125.0375.2124	-	-	40.960,81
			20.125.0375.2140	-	-	22.493,51
			20.125.0375.2141	-	-	116.489,00
			20.125.0375.2179	-	-	108.245,54
			20.125.0375.2909	-	-	11.804,20
			20.125.0375.4747	-	-	1.700,00
			20.128.0360.4572	-	-	10.865,78
			20.603.0356.2136	-	-	48.000,00
			20.665.0356.4723	-	-	6.420,80
			20.665.0393.2847	-	-	3.761,65
			20.121.360.1K40	-	-	6.170,56
			20.122.1442.2272	-	-	3.100,83
			20.125.0356.8938	-	-	168.836,71
			20.125.0356.8939	-	-	57.537,51
			20.125.1442.4720	-	-	4.150,00
			20.128.1442.8622	-	-	1.500,00
			20.603.0357.2134	-	-	169.708,94
			20.603.0357.2180	-	-	63.596,10
			20.603.0357.8572	-	-	177.959,30
			20.604.0357.2181	-	-	19.893,51
			20.604.0357.4842	-	-	29.746,00
			20.604.0357.8658	-	-	94.113,56
			20.605.6003.8611	-	-	1.337,00
			20.665.1426.8606	-	-	7.602,00
			20.601.1442.8591	-	-	4.060,00
			09.272.0089.0181	143.856,87	-	-
Movimentação	Concedidos	-	-	-	-	-

Externa	**Recebidos**	130025	20.122.0750.2000	-	-	75.883,58
Natureza da Movimentação de Crédito		**UG concedente ou recebedora**	**Classificação da ação**	**Despesas de Capital**		
				4 – Investimentos	**5 – Inversões Financeiras**	**6 – Amortizaçã o da Dívida**
Movimentação Interna	**Concedidos**	-	-	-	-	-
	Recebidos	**130025**	20.122.0750.4716	88.000,00	-	-
			20.125.0356.4746	25.000,00	-	-
			20.125.0375.2141	45.203,00	-	-
			20.125.0375.2179	106.500,00	-	-
			20.125.0375.2909	120.797,51	-	-
			20.125.0356.8938	28.224,00	-	-
			20.125.0356.8939	60.000,00	-	-
			20.603.0357.2134	186.991,34	-	-
			20.603.0357.2180	23.000,00	-	-
			20.603.0357.8572	1.789.327,49	-	-
			20.604.0357.2181	87.000,00	-	-
			20.604.0357.4842	590.000,00	-	-
Movimentação Externa	**Concedidos**	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Execução Orçamentária da Despesa

- Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	-	-	-	
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	-	-	-	-
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	-	-	-	-
Inexigibilidade	-	-	-	-
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

- Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-							
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-

2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa- 339014	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa-339030	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa-339033	-	-	-	-	-	-	-	-
*Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	715.409,98	816.005,82	715.409,98	783.368,21
Convite	-0-	-0-	-0-	-0-
Tomada de Preços	3.665,51	-0-	3.665,51	-0-
Concorrência	-0-	-0-	-0-	-0-
Pregão	711.744,47	816.005,82	711.744,47	783.368,21
Concurso	-0-	-0-	-0-	-0-
Consulta	-0-	-0-	-0-	-0-
Contratações Diretas	501.932,64	486.062,17	501.932,64	445.967,43
Dispensa	406.811,93	385.684,72	406.811,93	345.589,98
Inexigibilidade	95.120,71	100.377,45	95.120,71	100.377,45
Regime de Execução Especial	78.416,19	54.618,44	78.416,19	54.618,44
Suprimento de Fundos	78.416,19	54.618,44	78.416,19	54.618,44
Pagamento de Pessoal	604.545,68	804.841,22	604.545,68	804.841,22
Pagamento em Folha	108.196,72	175.101,64	108.196,72	175.101,64
Diárias	496.348,96	629.739,58	496.348,96	629.739,58
Outras	47.813,64	27.598,50	47.813,64	22.655,59
Fonte: SIAFI				

2.4.2.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	108.196,72	175.101,64	-	-	108.196,72	175.101,64
1º elemento de despesa	-	-	108.196,72	175.101,64	-	-	108.196,72	175.101,64
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	1.578.472,23	2.035.764,92	1.367.949,57	2.012.595,10	210.523,87	173.032,79	1.362.949,57	2.154.985,41
1º elemento de despesa	496.348,96	629.739,58	496.348,96	629.739,58	-	-	496.348,96	629.739,58
2º elemento de despesa	77.089,79	106.733,28	40.482,52	68.151,40	36.607,58	38.581,88	40.482,52	68.151,40
3º elemento de despesa	73.105,16	148.198,49	73.105,16	148.198,49	-	-	73.105,16	135.943,32
Demais elementos do grupo	931.928,32	1.247.153,57	758.012,93	1.166.505,63	173.916,29	134.450,91	753.012,93	1.146.049,47

Fonte: SIAFI

*** DETALHAMENTO DEMAIS ELEMENTOS DO GRUPO**

Elemento de Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	RP não processados	Valores Pagos

	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
3390-36	23.555,35	3.186,00	23.555,35	3.186,00	-	-	23.555,35	3.186,00
3390-37	429.823,68	461.040,66	346.363,18	412.157,92	83.460,50	48.882,74	346.363,18	396.644,65
3390-47	6.834,46	7.118,90	6.834,46	7.118,90	-	-	6.834,46	7.118,90
3390-39	460.406,98	762.712,21	371.882,92	731.644,90	88.524,96	83.139,19	371.882,92	731.644,92
3390-93	2.057,85	6.232,80	2.057,85	6.232,80	-	-	2.057,85	1.289,89
3391-39	9.250,00	6.863,00	7.319,17	6.165,11	1.930,83	2.428,98	2.319,17	6.165,11
Total	931.928,32	1.247.153,57	758.012,93	1.166.505,63	173.916,29	134.450,91	753.012,93	1.146.049,47

Fonte: SIAFI

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	850.337,75	2.168.921,95	440.000,00	410.337,75	410.337,75	2.168.921,95	440.000,00	41.337,75
1º elemento de despesa	850.337,75	2.168.921,95	440.000,00	410.337,75	410.337,75	2.168.921,95	440.000,00	41.337,75
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Análise crítica

Os valores apresentados neste Relatório, em relação ao exercício anterior, não apresentam alterações significativas que venham merecer comentários mais apurados, bem como, fica evidente que não ocorreu qualquer efeito na gestão orçamentária provocados pelo contingenciamento de recursos.

A SFA/PE, mantém vigente terceirizações essenciais aos serviços em respeito a Legislação pertinente, porém, persistem as carências apontadas no RG de 2009, não obstante o ingresso de servidores originários de órgãos extintos, a unidade continua carente de concurso público para suprir o déficit de recursos humanos. Se levarmos em consideração a qualificação e o grande número de servidores com tempo de serviço suficiente para aposentadoria - fatores que influenciam decisivamente no desempenho funcional - ficam evidentes a real e urgente necessidade de renovação do quadro funcional.

3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

QUADRO A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Valores em R$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	**Denominação**				
-	-				
Linha Detalhe					
UG	**Credor (CNPJ/CPF)**	**Saldo Final em 31/12/2009**	**Movimento Devedor**	**Movimento Credor**	**Saldo Final em 31/12/2010**
-	-	-	-	-	-
Razões e Justificativas:					

Fonte:

3.2 Análise Crítica

Não se aplica a unidade.

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2010**
2009	-0-	-0-	-0-	-0-
2008	50.671,77	-0-	50.671,77	-0-
2005	14.826,00	7.277,57	7.548,43	-0-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2010**
2009	620.860,41	50.221,21	570.639,20	-0-
2008	425.394,61	69.947,96	355.446,65	-0-
...				
Observações:				

Fonte: SIAFI

4.2 Análise Crítica

Prejudicado, vez que não houve saldos a pagar em 31/12/2010

5. *INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE.*

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

QUADRO A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	**282**	**282**	**0**	**0**
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	**0**	**0**	**0**	**0**
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	**0**	**0**	**0**	**0**
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	**11**	**11**	**0**	**0**
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos	**14**	**14**	**0**	**0**
1.4.2 Removidos	**0**	**0**	**0**	**0**
1.4.3 Licença remunerada	**12**	**12**	**12**	**0**
1.4.4 Licença não remunerada	**1**	**1**	**1**	**0**
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	**8**	**8**	**0**	**0**
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	**0**	**0**	**0**	**0**
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	**0**	**0**	**0**	**0**
2.2.4 Sem vínculo	**0**	**0**	**0**	**0**
2.2.5 Aposentado	**0**	**0**	**0**	**0**
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	**16**	**16**	**0**	**0**
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	**0**	**0**	**0**	**0**
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	**0**	**0**	**0**	**0**
3 Total				

Fonte: SGP/DAD

QUADRO A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1.2. Servidores de Carreira	**2**	**8**	**57**	**132**	**83**
1.3. Servidores com Contratos Temporários	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	**1**	**1**	**8**	**9**	**8**
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	**0**	**0**	**1**	**4**	**3**
2.3. Funções gratificadas	**0**	**0**	**5**	**9**	**2**

Fonte: SGP/DAD

QUADRO A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

1.2. Servidores de Carreira	**0**	**10**	**9**	**8**	**93**	**154**	**0**	**5**	**3**
1.3. Servidores com Contratos Temporários	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	**0**	**0**	**2**	**0**	**6**	**18**	**0**	**0**	**1**
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**7**	**0**	**0**	**0**
2.3. Funções gratificadas	**0**	**0**	**0**	**0**	**8**	**8**	**0**	**0**	**0**

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SGP/DAD

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

QUADRO A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	**282**	**4**
1.1 Voluntária		**4**
1.2 Compulsório		**0**
1.3 Invalidez Permanente		**0**
1.4 Outras		**0**
2 Proporcional		**0**
2.1 Voluntária		**0**
2.2 Compulsório		**0**
2.3 Invalidez Permanente		**0**
2.4 Outras		

Fonte: SGP/DAD

QUADRO A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	**1000**	**31**
2. Proporcional	**387**	**7**

Fonte: SGP/DAD

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	**62**	**60**	**47**	**40**	**121.483,22**
Área Fim	**27**	**25**	**25**	**30**	**59.203,02**
Área Meio					
Nível Médio					
Área Fim	**18**	**18**	**19**	**20**	**24.189,74**
Área Meio	**24**	**21**	**19**	**18**	**26.230,60**

Fonte: SGP/DAD

5.4 Quadro de custos de recursos humanos

QUADRO A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010.

Valores em R$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdên-ciarios	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	13.665.802,06	-	8.075.944,85	3.931.128,58	-	3.772.321,3	1.244.296,3	30.679.493,07
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com Contratos Temporários								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	376730,76	-	139711,16	396378,03	-	58552,39	-	971372,34
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	668293,66	-	885929,74	170488,95	-	67182,84	46872,79	1838767,98
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	896469,26	-	1030473,88	149142,72	-	199984,9	16704,07	2292774,31

Fonte: SGP/DAD

.

5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

QUADRO A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Pernambuco – SFA/PE														
UG/Gestão: 130025					CNPJ: 00.396.895/021-79									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identifi-cação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	

2010	L	O	06/2010	09.625.853/0001-93	12/07/10	11/07/11	25	25	-	-	-	-	A
2008	V	O	08/2001	08.069.307/0001-36	12/12/08	23/05/11	08	08	-	-	-	-	P

Observação

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

QUADRO A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante														
Nome:														
UG/Gestão:					**CNPJ:**									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Nat.**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Observação:

LEGENDA
Área:
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

QUADRO A.5.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
-	-	-	-
-	-	-	-

LEGENDA
Área:
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte:

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A definição dos indicadores gerenciais sobre recursos ficou a cargo da Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Coordenação-Geral de Recursos Humanos, da SubSecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração –SPOA. Apesar de ainda não ter chegado as diretrizes para implantação dos indicadores gerenciais sobre recursos humanos já foram desenvolvidas ações no âmbito da SFA-PE no sentido de preparar servidores para execução de algumas atividades necessárias para implementar essa ação, tais como a criação do Setor de Gestão Desenvolvimento de Pessoas, nomeação de dois servidores para serem os interlocutores da SFA-PE junto a Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos/CGRH/SPOA em Brasília, participação desses servidores em treinamento na sede do MAPA e reunião de harmonização sobre o tema na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba.

INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.

6.1 Transferências efetuadas no exercício

Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento									
CNPJ: 00.396.895/0021-79						UG/GESTÃO: SFA-PE			
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	704099	06.193.129/0001-40	1.916.464,74	191.647,35	815.009,29	1.724.817,3	27.07.09	20.05.11	1
1	704098	06.193.129/0001-40	807.560,67	80.758,08	217.089,28	726.802,59	27.07.09	19.05.11	1
1	715481	06.193.129/0001-40	1.504.312,25	150.433,14	0	1.353.879,11	30.11.09	28.02.11	1
1	715486	06.193.129/0001-40	1.424.503,79	142.500,20	0	1.282.003,59	04.12.09	28.02.11	1
1	755098	05.774.391/0001-15	113.719,00	9.600,00	0	0	31.12.10	02.03.12	1
1	749687	10.777.845/0001-41	83.771,10	6.850,00	0	0	05.11.10	06.04.11	1
2	20619	10.346.096/0001-06	497.500,00	10.000,00	0	0	02.12.10	30.11.11	1
2	25438	10.358.174/0001-84	510.000,00	22.500,00	0	0	29.12.10	01.01.12	1
2	22689	10.113.710/0001-81	358.000,00	65.500,00	0	0	11.01.10	06.11.12	1
2	61917	11.367.414/0001-70	400.000,00	10.000,00	0	0	23.12.10	31.12.11	1
2	15637	11.358.157/0001-00	733.000,00	50.500,00	0	0	24.08.10	04.11.12	1
2	24357	11.361.235/0001-25	356.250,00	15.000,00	0	0	23.06.10	30.12.12	1
2	61534	11.361.862/0001-66	560.000,00	23.750,00	0	0	09.12.10	09.04.12	1
2	62378	10.106.205/0001-64	360.000,00	18.750,00	0	0	20.12.10	31.12.11	1
2	67236	11.049.830/0001-20	750.000,00	67.500,00	0	0	16.12.10	11.12.12	1
2	38257	10.105.971/0001-50	250.000,00	6.250,00	0	0	09.04.10	31.12.11	1
2	68523	01.626.099.0001-02	350.000,00	8.750,00	0	0	29.12.10	31.12.11	1
2	32701	10.091.528/0001-77	300.000,00	7.500,00	0	0	24.12.10	17.12.12	1
2	32704	10.091.528/0001-77	248.750,00	5.000,00	0	0	29.12.10	17.12.12	1
2	47437	10.264.406/0001-35	412.500,00	120.000,00	0	0	23.12.10	14.12.12	1
2	60101	10.130.755/0001-64	497.500,00	10.000,00	0	0	30.12.10	07.12.12	1
2	40628	11.361.896/0001-50	408.500,00	18.500,00	0	0	21.12.10	14.06.12	1
2	15027	01.596.018/0001-60	304.500,00	12.000,00	0	0	23.12.10	18.12.12	1
2	15039	11.256.062/0001-85	158.250,00	12.000,00	0	0	17.12.10	11.12.12	1
2	13139	10.140.978/0001-02	255.750,00	12.000,00	0	0	14.01.11	19.12.12	1
2	46363	10.131.076/0001-00	150.000,00	3.750,00	0	0	31.12.10	31.12.11	1
2	45743	10.091.551/0001-61	537.500,00	50.000,00	0	0	31.12.10	20.11.12	1
2	99596	10,091.577/0001-00	255.000,00	11.250,00	0	0	31.12.10	02.12.12	1
2	26737	11.361.219/0001-32	222.500,00	27.500,00	0	0	13.12.10	19.12.12	1
2	30253	11.049.798/0001-82	220.000,00	73.750,00	0	0	26.05.10	01.06.12	1
2	33039	11.040.896/0001-59	352.000,00	61.000,00	0	0	31.12.10	03.02.12	1
2	61874	35.450.790/0001-91	530.000,00	110.750,00	0	0	20.08.10	12.08.11	1
2	61863	35.445.527/0001-04	343.742,00	51.242,00	0	0	29.12.10	10.06.12	1
2	63484	11.097.367/0001-91	149.250,00	3.000,00	0	0	21.12.10	09.10.12	1

2	61555	10.145.803/0001-98	213.000,00	18.000,00	0	0	30.12.10	10.12.12	1
2	63659	10.091.585/0001-56	614.250,00	29.250,00	0	0	16.12.10	12.12.12	1
2	42720	01.596.018/0001-60	256.000,00	12.250,00	0	0	31.12.10	18.12.12	1

LEGENDA

Modalidade:
1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Parceria
4 - Termo de Cooperação
5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:
1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte: SICONV

6.1.1 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
CNPJ: 00.396.895/0021-79				**UG/GESTÃO: SFA/PE**		
Modalidade	**Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício**			**Valores repassados em cada exercício** (Valores em R$ 1,00)		
	2008	**2009**	**2010**	**2008**	**2009**	**2010**
Convênio	0	4	2	0	4.055.404,11	1.032.098,57
Contrato de Repasse	NI	NI	31	NI	NI	0
Termo de Parceria	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	0	4	2	0	4.055.404,11	1.032.098,57

Fonte: SICONV

NI = Não informado: Apesar de várias tentativas junto a Caixa Econômica Federal, órgão responsável pela liberação dos recursos referentes a contratos de repasse, sendo o último contato telefônico com a Dr.ª Lurdes Brasil, da Unidade da Caixa em Caruaru e uma das responsáveis pelo controle das liberações dos recursos para contratos de repasse, ainda não tivemos o retorno com as informações requisitadas.

Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTES

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
CNPJ: 00.396.895/0021-79			**UG/GESTÃO: SFA/PE**		
Modalidade	**Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes**	**Valores** (R$ 1,00)			**% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010**
		Contratados	**Repassados até 2010**	**Previstos para 2011**	
Convênio	02	02	5.087.502,68	181.040,10	5.087.502,68
Contrato de Repasse	31	31	0	10.606.500,00	0
Termo de Parceria	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0
Totais	33	33	0	10.787.540,10	5.087.502,68

Fonte:

6.1.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
CNPJ: : 00.396.895/0021-79			**UG/GESTÃO: SFA/PE**		
Exercício da prestação de contas	**Quantitativos e montante repassados**			**Instrumentos** (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	**Contratos de Repasse**
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		2	31
		Montante Repassado		1.032.098,57	0
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	0	0
			Montante Repassado (R$)	0	0
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0
			Montante Repassado (R$)	0	0
2009	Contas prestadas		Quantidade	0	NI
			Montante Repassado (R$)	0	NI
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	0	NI
			Montante Repassado (R$)	0	NI
2008	Contas prestadas		Quantidade	0	NI
			Montante Repassado (R$)	0	NI
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	0	NI
			Montante Repassado (R$)	0	NI
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidade	0	NI
			Montante Repassado (R$)	0	NI

Fonte: SICONV

NI = Não informado: Apesar de várias tentativas junto a Caixa Econômica Federal, órgão responsável pela liberação dos recursos referentes a contratos de repasse, sendo o último contato telefônico com a senhora Lurdes Brasil, da Unidade da Caixa em Caruaru e uma das responsáveis pelo controle das liberações dos recursos para contratos de repasse, ainda não foram encaminhadas as informações requisitadas.

Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

-

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
CNPJ: : 00.396.895/0021-79			**UG/GESTÃO: SFA/PE**	
Exercício da prestação de contas	**Quantitativos e montantes repassados**		**Instrumentos**	
			Convênios	**Contratos de Repasse**
2010	Quantidade de contas prestadas		0	0
		Quantidade	0	0

	Com prazo de análise ainda **não vencido**	Montante repassado (R$)		0	0
	Com prazo de análise **vencido**	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
			Montante repassado (R$)	0	0
2009	Quantidade de contas prestadas			0	NI
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		0	NI
		Quantidade Reprovada		0	NI
		Quantidade de TCE		0	NI
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	NI
		Montante repassado (R$)		0	NI
2008	Quantidade de contas prestadas			0	NI
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		0	NI
		Quantidade Reprovada		0	NI
		Quantidade de TCE		0	NI
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	NI
		Montante repassado		0	NI
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	NI
		Montante repassado		0	NI

Fonte: SICONV

NI = Não informado: Apesar de várias tentativas junto a Caixa Econômica Federal, órgão responsável pela liberação dos recursos referentes a contratos de repasse, sendo o último contato telefônico com a senhora Lurdes Brasil, da Unidade da Caixa em Caruaru e uma das responsáveis pelo controle das liberações dos recursos para contratos de repasse, ainda não foram encaminhadas as informações requisitadas.

6.2 Análise Crítica

A realização de convênios com o Governo do Estado de Pernambuco, tendo como órgão executor a Agência de Defesa e Fiscalização do Estado de Pernambuco - ADAGRO, é fundamental para o Estado de Pernambuco, principalmente no tange a Defesa Agropecuária, possibilitando a execução de atividades que não poderia ser cumprida pela SFA-PE por não ter a capilaridade para atender todos os municípios pernambucanos, nas demandas relativas à defesa agropecuária, e na fiscalização da entrada de produtos agropecuários nas barreiras que o estado tem com outros estados da federação.

Na área de defesa animal os convênios firmados em 2009 foram aditivados em 2010, com vistas à alteração no cronograma de execução, proporcionando realização de atividades importantes no controle de doenças animais, fiscalização nas barreiras e garantia da segurança e inocuidade de animais e subprodutos.

Os convênios relativos à defesa vegetal foram aditivados com um suplemento de recursos no valor de R$ 1.032.098,57 (um milhão, trinta e dois mil, noventa e oito reais e cinqüenta e sete centavos), esses recursos foram fundamentais para a execução das atividades da ADAGRO na manutenção e ampliação dos programas de sanidade vegetal no Estado de Pernambuco, proporcionando garantia e segurança fitossanitária para a produção vegetal do estado, atendendo os acordos bilaterais para exportação, além de controlar as pragas existentes e assegurar que outras ingressem em nosso estado.

Os convênios são acompanhados *in loco* pelos responsáveis designados pela SFA-PE e pelos relatórios de acompanhamento, nos quais não foi verificada nenhuma inconformidade. Os recursos transferidos via convênio foram suficientes para realização das atividades do Estado e os valores praticamente os mesmos que foram liberados em anos anteriores.

No exercício de 2010, patrocinado pela Coordenação de Apoio Operacional, da Secretaria de Defesa Agropecuária/MAPA, foi realizado no estado um treinamento em gestão de convênios, evento

com participação de representantes de todas as Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de representantes dos órgãos estaduais de defesa agropecuária de todo o país.

Esse treinamento foi fundamental para melhorar o entendimento dos servidores da SFA-PE para emissão de parecer técnico de viabilidade e de procedimentos no acompanhamento *in loco* de convênios.

Com relação aos contratos de repasse, cuja atividade da SFA-PE é acompanhar *in loco* os contratos celebrados entre o MAPA e a Caixa Econômica Federal, são primordiais para apoiar a pequena produção agropecuária, agregando valor aos produtos e melhorando a renda e a qualidade de vida dos pequenos produtores.

As ações decorrentes dos contratos de repasse: - criação e manutenção de estradas vicinais, - construção de pequenos abatedouros, - aquisição de máquinas agrícolas, - análise e correção de solo, propiciam uma melhora na elaboração de estudos e diagnósticos técnicos e no acompanhamento da execução e avaliação de projetos para o desenvolvimento sustentável, permitindo aumento da produção, da produtividade e da capacidade de armazenamento.

Para o ano de 2011 algumas medidas vão ser implementadas visando à melhoria no controle de recursos transferidos pela SFA/PE, entre elas; - treinamento de servidores na análise de prestação de contas de convênios, - treinamento de servidores no acompanhamento da aquisição de bens materiais por parte da convenente, - nomear mais um servidor da Seção Orçamentária Financeira - SEOF para atuar no acompanhamento de convênios, e, - solicitar a Coordenação de Apoio Operacional - CAO/SDA/MAPA um treinamento em análise e acompanhamento de convênios específico para os servidores da SFA-PE.

DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES AOS CONTRATOS, BEM COMO SOBRE CONVÊNIOS, FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMO DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI 11.768, DE 14 DE AGOSTO DE 2008. (CONFORME ITEM 9 DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010).

DECLARAÇÃO DO RESPONSAVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):			**Código da UG:**
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco			130025
Declaro que as informações referentes aos contratos celebrados no âmbito desta Superintendência estão disponíveis e atualizadas, no sistema integrado de administração de serviços gerais - SIASG, na forma prevista previstos na Lei n.º 11.768, de 14 de agosto de 2008). Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	**Recife/PE**	**Data**	**28 de fevereiro de 2011**
Responsável	**Geraldo Ferraz**	**Matricula SIAPE**	**20094**

DECLARAÇÃO DO RESPONSAVEL PELA ÁREA DE CONVÊNIOS			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):			**Código da UG:**
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco			130025
Declaro que as informações referentes aos convênios celebrados no âmbito desta Superintendência estão disponíveis e atualizadas, sistema de gestão de convênios, contratos de repasse e termo de parceria – SICONV, na forma prevista previstos na Lei n.º 11.768, de 14 de agosto de 2008). Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	**Recife/PE**	**Data**	**28 de fevereiro de 2011**
Responsável	**Denildo Pereira de Lima**	**Matricula SIAPE**	**759900**

INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.

As declarações requeridas estão no item 20 – ANEXO, do presente relatório.

INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UNIDADE JURISDICIONADA.

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		

Considerações gerais:

Não consta no regimento interno da SFA-PE unidade de controle interno. Entretanto, o presente Quadro foi preenchido com base nos dados consolidados resultados das informações prestadas pelo corpo dirigente da SFA/PE.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			**X**		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				**X**	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			**X**		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				**X**	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				**X**	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			**X**		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?				**X**	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				**X**	
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				**X**	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			**X**		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				**X**	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)?			**X**		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)?			**X**		
Considerações Gerais: Dados apurados em reunião na Divisão de Apoio Administrativo com o pessoal responsável por compras, licitações e manutenção predial					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
<u>LEGENDA</u> **Níveis de Avaliação:** **(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. **(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. **(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIA DE RESPONSABILIDADE DA UJ.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	**UF 1**	-	-
	município 1 – Recife/PE	1	1
	município 2 – Glória do Goitá/PE	1	1
	município "n"	-	-
	UF "n"	-	-
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município "n"	-	-
Subtotal Brasil		-	-
EXTERIOR	**PAÍS 1**	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
	PAÍS "n"	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		-	-

Fonte:

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	**UF 1**	-	-
	município 1 – Recife/PE	1	1
	município 2 – Glória do Goitá/PE	1	1
	município "n"	-	-
	UF "n"	-	-
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município "n"	-	-
Subtotal Brasil		-	-
EXTERIOR	**PAÍS 1**	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
	PAÍS "n"	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		-	-

Fonte:

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conserva-ção	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reava-liado	Imóvel	Instala-ções
Recife/PE	2531.00091.500.1	Sede SFA/PE	3	1.622.590,06	09/10/2001	-	0	0
Glória do Goitá	2421.00001.500.7	Cessionária	3	2.146.339,00	02/10/2001	-	0	0
Total							**0**	**0**

Fonte: Secretaria do Patrimônio da União – SPIU/PE

1 – Aquicultura
2 – Arrendamento
3 – Cessão – Adm. Federal Indireta
4 – Cessão – Outros
5 – Cessão – Prefeitura e Estados
6 – Cessão Onerosa
7 – Comodato
8 – Disponível para Alienação
9 – Em processo de Alienação
10 – Em regularização – Cessão
11 – Em regularização – Entrega
12 – Em regularização – Outros
13 – Entrega – Adm. Federal Direta
14 – Esbulhado (Invadido)
15 – Imóvel Funcional
16 – Irregular – Cessão
17 – Irregular – Entrega
18 – Irregular – Outros
20 – Locação para Terceiros
21 – Uso em Serviço Público
22 – Usufruto Indígena
23 – Vago para Uso

Estado de Conservação: estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

1 – Novo
2 – Muito Bom
3 – Bom
4 – Regular
5 – Reparos Importantes
6 – Ruim
7 – Muito Ruim (valor residual)
8 – Sem Valor

Análise crítica:

Os imóveis estão registrados no SPIU. Não foi feita a reavaliação dos imóveis pertencentes à SFA-PE no exercício de 2010. O Imóvel onde se encontra localizada a sede da Superintendência precisa de realizar uma série de serviços nas instalações elétricas, hidráulicas, cobertura e impermeabilização, entre outros.

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ.

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					
Considerações Gerais: Por se configurar como uma unidade descentralizada do MAPA, a SFA-PE não conta com planejamento próprio para área de Tecnologia da Informação. O papel da Superintendência, neste tocante é replicar localmente as determinações emanadas pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI/MAPA). As atribuições de TI, no âmbito da SFA-PE, são subordinadas a SAOD, entretanto não constam no seu quadro funcional servidores da área citada acima. As atividades realizadas no dia-a-dia são principalmente de suporte ao usuário, executadas pela interlocutora da respectiva área, auxiliada por alguns estagiários e por um técnico terceirizado, cuja contratação e pagamentos são de responsabilidade do órgão central (MAPA).					
LEGENDA **Níveis de avaliação:** **(1) Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. **(2) Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. **(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. **(4) Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. **(5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

9. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS NºS 5.355/2005 E 6.370/2008.

Tabela CIII - Cartões Corporativos

IDENTIFICAÇÃO		FATURA
CPF	NOME DO SUPRIDO	
457.997.094-20	ANA DAVID DE SOUSA	707,04
090.054.044-34	ANTÔNIO FERNANDO DE SOBRAL	928,75
265.028.014-04	ANTONIO RODRIGUES DE LIMA	6.985,61
373.079.244-04	CARLOS AUGUSTO MARTINS PEREIRA	2.230,86
166.797.254-53	CARLOS NEPOZIANO DA SILVA	493,03
062.768.904-30	CRÉLIO LEÃO DE SOUZA	490,66
835.810.814-15	EGILDO JOSÉ DA SILVA	1.118,39
418.370.884-20	ENOQUE PRINCIPE JUNIOR	3.442,65
196.508.844-91	EVARISTO PAULINO DE ALBUQUERQUE	285,99
198.782.064-91	FRED DE MELO SOUTO LIMA	8.200,34
698.102.734-87	HOMERO MARCOS SAMPAIO	1.337,10
148.963.034-15	JOSAFÁ CORREIA LEITÃO	1.023,61
197.293.084-20	JOSÉ BEZERRA GOMES FILHO	443,20
124.854.624-53	JOSÉ DE ANCHIETA MARTINS VIEIRA	2.841,89
068.657.123-15	JOSÉ DE RIBAMAR	456,00
185.850.271-34	JOSÉ ROBERTO ALVES DE LIMA	1.797,72
362.057.454-53	JURIVALDO ALVES DE SOUZA	3.836,83
690.881.360-68	LIA TREPTOW COSWIG	1.077,14
599.228.775-20	LUCIANA GOMES MACIEL	335,72
143.264.854-34	MARIA MARGARIDA DA ROCHA	483,53
081.089.514-53	NARCISO BEZERRA DE FREITAS	2.265,74
046.180.094-20	NELSON LUIZ ABDON PINTO	380,91
326.397.674-53	NOÊMIA LÚCIA GUARANÁ FERREIRA	601,81
128.409.394-87	OTONIEL DOS SANTOS GOMES	733,79
194.380.364-15	PEDRO PAULO MIRANDA DA SILVEIRA	1.933,89
103.143.934-04	PETRÔNIO CORREA SODRÉ	441,00
170.681.264-72	RUBEN CÍCERO DOS SANTOS	435,60
196.277.424-49	RÓMULO SÁVIO MONTEIRO FLORÊNCIO	1.469,59
880.929.504-82	SARA MEDEIROS DA ROCHA MELO	641,52
280.458.154-34	SEVERINO GUIMARÃES FERRAZ FILHO	6.147,50
399.731314-87	SILVANA CORREIA DE MENDONÇA	901,10
611.900.634-68	VIVIANE JUREMA LOPES BORGES RODRIGUES	149,93
	TOTAL	54.618,44

Nota: Os cartões coorporativos foram utilizados na forma da lei, para pagamentos de suprimento de fundos sendo todas as despesas sido realizadas na função crédito, sem a ocorrência de saques.

14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA, CONTENDO DECLARAÇÃO DO GESTOR DE QUE OS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA, BEM COMO, DA CONTRAPARTIDA COMPROVARAM, NO EXERCÍCIO, QUE ESTAVAM EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO AOS PAGAMENTOS DOS TRIBUTOS JUNTOS À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - SRFB, AO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, E À SEGURIDADE SOCIAL.

14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

QUADRO A.14.1 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

14.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

QUADRO A.14.2 - VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA

Valores	2008		2009		2010	
	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo
Renúncia	-	-	-	-	-	-
Contrapartida	-	-	-	-	-	-
Medidas de Compensação	-	-	-	-	-	-

Fonte:

14.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

QUADRO A.14.3 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS

UF	2008		2009		2010	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	-	-	-	-	-	-
AL	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-
AM	-	-	-	-	-	-
BA	-	-	-	-	-	-
CE	-	-	-	-	-	-
DF	-	-	-	-	-	-
ES	-	-	-	-	-	-
GO	-	-	-	-	-	-
MA	-	-	-	-	-	-
MT	-	-	-	-	-	-
MS	-	-	-	-	-	-
MG	-	-	-	-	-	-
PA	-	-	-	-	-	-
PB	-	-	-	-	-	-
PR	-	-	-	-	-	-
PE	-	-	-	-	-	-
PI	-	-	-	-	-	-
RJ	-	-	-	-	-	-

RN	-	-	-	-	-	-
RS	-	-	-	-	-	-
RO	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-
SC	-	-	-	-	-	-
SP	-	-	-	-	-	-
SE	-	-	-	-	-	-
TO	-	-	-	-	-	-
Σ	-	-	-	-	-	-

14.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica

QUADRO A.14.5 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS

UF	2008		2009		2010	
	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado	Quantidade	Valor Aplicado
AC	-	-	-	-	-	-
AL	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-
AM	-	-	-	-	-	-
BA	-	-	-	-	-	-
CE	-	-	-	-	-	-
DF	-	-	-	-	-	-
ES	-	-	-	-	-	-
GO	-	-	-	-	-	-
MA	-	-	-	-	-	-
MT	-	-	-	-	-	-
MS	-	-	-	-	-	-
MG	-	-	-	-	-	-
PA	-	-	-	-	-	-
PB	-	-	-	-	-	-
PR	-	-	-	-	-	-
PE	-	-	-	-	-	-
PI	-	-	-	-	-	-
RJ	-	-	-	-	-	-
RN	-	-	-	-	-	-
RS	-	-	-	-	-	-
RO	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-
SC	-	-	-	-	-	-
SP	-	-	-	-	-	-
SE	-	-	-	-	-	-
TO	-	-	-	-	-	-
Σ	-	-	-	-	-	-

14.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

QUADRO A.14.7 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DA RENÚNCIA DE RECEITA PELA PRÓPRIA UJ

Renúncia	Programas	Recursos Renunciados Aplicados			Recursos Orçamentários Liquidados		
		2008	2009	2010	2008	2009	2010
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-

14.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

QUADRO A.14.8 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS

Situação	2008		2009		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-

14.7 Comunicações à RFB

QUADRO A.14.9 - COMUNICAÇÕES À RFB

Renúncia	2008				2009				2010			
	Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados	
	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

14.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

QUADRO A.14.10 - INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS

Ano	Metas				Renúncia/PIB (%)	Geração de empregos	
	Descrição	Indicador	Prev.	Real.	Nac.	Diretos	Indiretos
2008	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-

14.9 Declaração

Não se aplica a unidade

14.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB

QUADRO A.14.11 - AÇÕES DA RFB

Renúncia	Fiscalizações	Autos de Infração		Recolhimento	
		Qtd. Empresas	Valor (R$)	Qtd. Empresas	Valor (R$)
-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER AS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UNIDADE

JURISDICIONADA SE VINCULA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO.

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco					2797
Deliberações do TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
01	014.460/2008-8 Tomada de Contas Simplificada – Exercício 2007	**1415/2010 – TCU – 1ª Câmara**	2.1 e 2.2	CP	OFÍCIO 354/2010 TCU/SECEX-PE
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco					2797
Descrição da Deliberação:					
2. Resolveu, ainda, esta Corte de Contas, determinar à Superintendência Federal de Agricultura e Abastecimento em Pernambuco, que: **1. Estabeleça e divulgue junto aos seus servidores, regras específicas para a expedição de passagens aéreas, de modo que as aquisições, preferencialmente, se circunscrevam às tarifas promocionais;** **2. Faça constar dos processos de concessão de passagens aéreas as justificativas para a sua concessão, preços praticados na data da consulta e compra da passagem, justificativa no caso de a compra não se enquadrar nos critérios de passagem promocional, inclusive quanto ao motivo de a aquisição das passagens estarem próxima à data da viagem, uma vez que esse é um aspecto determinante para a perda do preço promocional;**					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					**Código SIORG**
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco					2797
Síntese da providência adotada:					
A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco, por meio do Memorando Circular nº 001/2010/GAB/SFA/PE, de 24.01.10, determinou a todos os Chefes de Divisão, Serviço, Seção e Setor que fosse observado o disposto na Portaria nº 505, de 29.12.09, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por ocasião da aquisição de bilhetes de passagens aéreas em favor de SFA/PE, a qual está disponibilizada para consulta na sua intranet. Ademais, também foi disponibilizado na intranet um lik denominado Acórdão TCU, para informação e consulta dos servidores acerca das deliberações recebidas da citada Corte de Contas, onde consta o **Acórdão 1415/2010 – TCU – 1ª Câmara**					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados são favoráveis, uma vez que a Administração está atendendo a recomendação e sendo conscienciosa na concessão de passagens.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A transparência no presente caso foi um fator preponderante para a consecução dos resultados alcançados.					

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Descrição da Deliberação:	
-	
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Descrição da Recomendação:	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Síntese da providência adotada:	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	**Código SIORG**

Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG

Descrição da Recomendação:

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG

Justificativa para o seu não cumprimento:

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO.

Não aplicável a unidade**.**

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO

A SFA-PE realizou atividades gerenciais e de assistência no exercício de 2010 no controle de pragas e doenças, inspeção e fiscalização da produção de insumos agropecuários, classificação de produtos vegetais, a aferição da qualidade de produtos de origens animal e vegetal, monitoramento da utilização de ferramentas da qualidade como as Boas Práticas de Fabricação (BPF), Análise de Perigos e Controle de Pontos Críticos (APPCC), Procedimentos Padrão de Higiene Operacional (PPHO), disseminação das práticas de agricultura orgânica e vigilância agropecuária internacional.

Entre as iniciativas da SFA-PE, também se pode destacar a realização de um Acordo de Cooperação Técnica com Núcleo de Assessoramento Jurídico no Recife – NAJ/Recife, atual Consultoria Jurídica da União em Pernambuco, de número 01/2010. Seguindo os princípios basilares da administração pública, notadamente o da eficiência, a SFA-PE e o CJU, concordaram em **I -** Adotar medidas voltadas à efetivação do princípio da eficiência na Administração Pública, através da padronização de minutas e editais de licitação e contratos, em como do compromisso de adoção, pelos órgãos assessorados, das minutas aprovadas pelo CJU/Recife-PE; **II -** Compartilhamento das minutas padronizadas com os órgãos participes; e, **III -** Necessidade de certificação, pelos órgãos assessorados, das minutas utilizadas, atestando que as mesmas obedecem ao modelo adotado pelo CJU/Recife-PE, conferindo, assim, maior segurança jurídica aos procedimentos licitatórios contemplados por este acordo de cooperação.

A produção do relatório foi possível graças à compilação de diversos dados apresentados pelas unidades técnicas e administrativas da Superintendência. A leitura deste relatório permitirá perceber as conquistas da SFA-PE no ano de 2010, que representam, em última análise, conquistas da própria sociedade brasileira, em consonância com a missão institucional do MAPA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UJ ATESTANDO OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS.

18.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa

QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			**Código da UG**
Local		**Data**	
Contador Responsável		**CRC nº**	

QUADRO B.1.2 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			**Código da UG**
SUPERINT. FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/PE			130025
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a: **a) CONTAS COM IMPROPRIEDADES: 142900000 E 142119100.** Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	**Brasília, DF**	**Data**	31 DE DEZEMBRO DE 2010
Contador Responsável	**Alberto Jerônimo Pereira**	**CRC nº**	**006624/T-GO**

QUADRO B.1.3 - DECLARAÇÃO ADVERSA DO CONTADOR

DECLARAÇÃO ADVERSA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			**Código da UG**
Local		**Data**	
Contador Responsável		**CRC nº**	

19. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL..

19.1 Composição Acionária do Capital Social

QUADRO B.4.1 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Texto				
Ações Ordinárias (%)				
	ACIONISTAS	**31/12/2008**	**31/12/2009**	**31/12/2010**
Governo	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
	% Governo	-	-	-
Free Float	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	% free float	-	-	-
	Subtotal Ordinárias (%)	-	-	-
Ações Preferenciais (%)				
	ACIONISTAS	**31/12/2008**	**31/12/2009**	**31/12/2010**
Governo	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
	% Governo	-	-	-
Free Float	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	% free float	-	-	-
	Subtotal Preferenciais (%)	-	-	-
	Total	**100%**	**100%**	**100%**

19.2 Composição Acionária da UJ como investidora

QUADRO B.4.2 - INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES

UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2010			
Denominação completa:			
Ações Ordinárias (% de participação)			
Investida	**31/12/2008**	**31/12/2009**	**31/12/2010**
-	-	-	-
-	-	-	-
Ações Preferenciais (% de participação)			
Investida	**31/12/2008**	**31/12/2009**	**31/12/2010**
-	-	-	-
-	-	-	-

ANEXO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que constam nos assentamentos funcionais dos servidores Alberto Jerônimo Pereira e José Calazans dos Santos, cópias de suas respectivas Declarações de Imposto de Renda, Ano-base 2009 Exercício 2010.

Brasília, 15 de fevereiro de 2011

Carlos Antonio Portuguez de Assunção
Chefe de Divisão da CGAP

DECLARACAO/SLMBS
15/2/2011

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Pernambuco – SFA-PE
Divisão de Apoio Administrativo - DAD
Seção de Gestão de Pessoas - SGP

DECLARAÇÃO

Declaramos que os servidores de que trata a Lei nº 8.730 de 1993 e Decisão Normativa TCU nº 81 de 13/12/2006, entregaram as declarações de bens e rendas, referente ao ano calendário 2009, exercício 2010, visando atender o disposto no anexo IV item 3.3.6. e Anexo I (Norma de Execução nº 03), da Portaria CGU nº 555, de 28/12/2006, publicada no Diário Oficial da União de 29/12/2006 Ed. Extra.

Recife, 24 de março de 2011

Sérgio Luis Barbosa da Silva
Seção de Gestão de Pessoas-Substituto

sgp/suely

Av.Gal. San Martin, nº 1000. Bongi – Recife PE – CEP. 50630-060 Fone/Fax: (81) 3236-8530